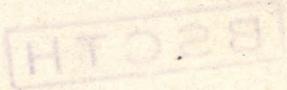
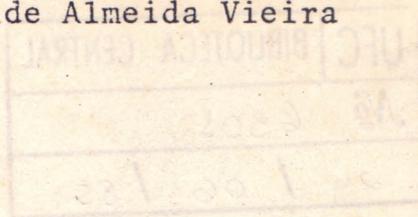


Maria Sulamita de Almeida Vieira



*Sociologia rural*  
*Economia Agrícola*  
*Exposição*  
*Ceará*

*J. 0804000-8*  
*C. 4020300-8*  
*4020500-0*

FEIRA: espaço de liberdade ou de ilusões ?

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em So-  
ciologia do Desenvolvi-  
mento.

Departamento de Ciências  
Sociais e Filosofia.  
Universidade Federal do Ceará.

Fortaleza - 1980

BH/UFC

COMITÉ:

Prof. Agamenon Tavares de Almeida - Orientador

Prof. César Barreira

Profa. Renate Rott

À memória  
do meu pai,  
do Luís de Gonzaga e  
da Bebete,  
pelas lições de amor à vida e à ciência.

## Agradecimentos

Este trabalho é fruto de reflexões nossas com a contribuição valiosa de outras pessoas. Dentre estas, destacamos aquelas que, na feira, nas suas casas, no trabalho ou nas estradas, nos forneceram os dados sobre a realidade. A todas elas expressamos aqui um agradecimento especial.

Na verdade, quase todas as pessoas que nos ajudaram na elaboração deste trabalho, talvez não esperem uma atitude de agradecimento como o reconhecimento de um favor prestado, pois o mais importante seria reafirmarmos nesse momento o propósito de continuarmos juntos, refletindo sobre os problemas que hoje nos preocupam, no intuito de compreendermos melhor a realidade e sobre ela atuarmos com mais segurança. Por outro lado, é impossível mencionarmos aqui todos os que, de uma forma ou de outra, contribuíram conosco, desde os professores e colegas, ao longo do curso, aos familiares, que tiveram a paciência e a compreensão para nos apoiar ou nos dirigir uma palavra de estímulo.

Queremos agradecer principalmente: ao Cesinha, companheiro de todas as viagens, como também aos amigos que discutiram conosco as idéias iniciais e, ao longo de todo o período de elaboração, nos deram sugestões, referências bibliográficas, enfim nos ajudaram a amadurecer o pensamento que levaria a este resultado final. Nestes termos, nos dirigimos à Irllys, ao Agamenon Almeida, ao César, ao Yves, ao Diego, à Célia Guabiraba, à Renate, ao Edgard, Elvira e Moacyr.

Gostaríamos ainda de agradecer ao Patrício, que nos ajudou na idéia montagem da capa e ao Elízio, Buy e Silas, que nos ajudaram na confecção da mesma. Nas pesquisas dos dados secundários, foi importante também contar com a colaboração do Zezé,

Pompeu e Raimundo Ferreira. Na datilografia, a compreensão da Hilda nos ajudou de verdade. .

A citação de tantos nomes e mais, a certeza de que muitos foram omitidos, confirmam o que dissemos no início: este trabalho é o resultado de um esforço conjunto.

## ÍNDICE

Introdução.....	7
Cap. I - O Contexto do Surgimento das Feiras no Interior do Ceará.....	15
Cap. II - O Município de Itapipoca: Características Principais da sua Economia.....	42
Cap. III - A Feira: agentes e processos sociais.....	75
CONCLUSÃO .....	101
BIBLIOGRAFIA	

"PORQUE POBRE É ASSIM: PRÁ DONDE O SUJEITO CORRER SE ESTREPA"

(parceiro)

## INTRODUÇÃO

-A idéia de estudarmos a feira no interior do Ceará não surgiu por acaso, nem nos veio assim de repente, nem tão pouco é uma idéia isolada, pois se inclui numa tentativa de compreensão mais global da sociedade em que vivemos. Portanto, há uma justificativa para esse estudo, tanto do ponto de vista teórico quanto em termos de aproveitamento de uma vivência pessoal no campo.

Em primeiro lugar, considerando a questão agrária, vista sob a ótica da reprodução do capitalismo, em que uma classe social se apropria das riquezas geradas por uma outra classe, despertou-nos a atenção o fato de que os trabalhos produzidos ultimamente no Brasil, na área das ciências sociais, têm dado bastante ênfase ao estudo dos mecanismos de apropriação e acumulação de capital, mas tendo como preocupação maior as relações sociais de produção, sem atingir a comercialização. (1)

Não temos aqui a pretensão de desenvolver nenhuma crítica a esses trabalhos, estamos apenas fazendo uma constatação, deixando claro que também não tencionamos preencher nenhuma grande lacuna nesses termos, ou corrigirmos possíveis "falhas" suas. O que queremos dizer é que, mesmo que esses trabalhos não estabeleçam uma separação entre produção e circulação dos bens, como se existissem enquanto processos isolados, não tem sido analisado em profundidade a questão da comercialização. Não conhecemos, por exemplo, nenhum trabalho que focalize a feira enquanto veículo de circulação de bens oriundos de pequenas unidade produtoras e enquanto "instrumento" de apropriação e que fortalece, em última instância, o processo de acumulação de capital. (2)

---

(1) A esse respeito, além de outros trabalhos, atente-se para as diversas teses de doutorado ou dissertações de mestrado que têm sido produzidas por esse Brasil afora. Ex: Wanderley (1978), Barreira (1977), Brizolla (1977), Servilha (1977), Garcia Jr. (1975), Maluf (1976), etc.

(2) Para que possa corroborar tal afirmativa, remetemos o leitor aos trabalhos de: Palmeira (1972), Mott (1976), Gatti e Echenique (1971), Forman e Riegelhaupt (1971) e Garcia (1976).

Em segundo lugar, do ponto de vista prático, nossa opção pelo estudo da feira no interior do Ceará, em parte é fruto do nosso contato durante alguns anos com o meio rural nordestino, sobretudo cearense, quer pelas nossas próprias origens; quer como estudante de ciências sociais em estágios específicos ou, através da aplicação de questionários, como parte de pesquisas de diferentes entidades e com finalidades diversas; quer como profissional da mesma área, atuando em órgãos públicos e privados, em diversas regiões do Ceará e algumas de Estados vizinhos, em termos de desenvolvimento de comunidade e avaliação de projetos de desenvolvimento, junto aos chamados "pequenos produtores rurais".

Associando, portanto, o nosso conhecimento empírico e a leitura de trabalhos sobre problemas do Nordeste agrário, fomos formulando questões diversas, cujas respostas nos possibilitariam u'a melhor compreensão desta realidade que nos parece bastante complexa e se constitui, dentre outras coisas, em um rico laboratório de pesquisas sociais. Ademais, entendemos que nenhum de nós poderá se sentir comprometido com o processo de transformação da sociedade brasileira, sem que, ao mesmo tempo haja um esforço constante de ação e compreensão mais clara da sua dinâmica.

Então, nessa tentativa de compreensão e explicação da realidade, aos poucos começávamos a perceber que esse "mundo rural" na verdade não se constituía em uma unidade autônoma, mas sim, que fazia parte de um conjunto mais amplo e complexo. Estava claro também para nós que não havia uma contraposição entre o rural e o urbano, como se se tratassem de homogeneidades opostas, fechadas em si mesmas. De fato, preferíamos partir daquela visão da sociedade estruturada em classes sociais, portanto, onde as contradições básicas se dão entre essas classes e não entre a cidade e o campo. Em outras palavras, ao invés de encararmos a sociedade numa perspectiva dual, adotamos a ótica segundo a qual essa sociedade é vista como um conjunto que, embora se relacionando com outros conjuntos (sociedades), possui uma dinâmica própria e que se reproduz basicamente a partir das relações que se processam entre as classes sociais que a compõem. Isso, é óbvio, não nos impede de ver que essas classes estão também num espaço físico, que se ligam a atividades econômicas diferentes e são também situadas num tempo. Nesse sentido estamos chamando a atenção para o fato de que há o rural e o urbano, há o agrário e o industrial e há a história à qual se vincula a formação social brasileira. O importante, no entanto, é que se veja isso tudo como uma totalidade onde há leis (inerentes a um modo de produção) que ex

plicam a dinâmica dessa totalidade. Fica claro que estamos tratando da questão agrária numa sociedade capitalista, portanto, estamos partindo de que a sociedade brasileira, no que pese todas as particularidades que se lhe possam atribuir à história, é uma sociedade capitalista. (3) Como diz Nazareth Wanderley (no seu texto sobre) "Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira"), o "caráter capitalista da agricultura brasileira parece ser hoje aceito pelos estudiosos da questão e o debate feudalismo-capitalismo perdeu o conteúdo polêmico. A tendência dominante se orienta no sentido de admitir o pressuposto da dominação do capital na agricultura nacional e compreender as formas concretas de sua reprodução, considerando que, em determinadas circunstâncias, ela cria e reproduz relações de produção diferentes da relação definidora do próprio capital". E, complementando em nota de rodapé: "O Capital é uma relação social entre proprietários dos meios de produção e vendedores de força de trabalho, na qual, esta força de trabalho, separada das condições objetivas de produção, constitui uma mercadoria, que gera trabalho não pago, fonte de reprodução do próprio capital". (Wanderley, 1979).

Vista, pois, a sociedade sob esse prisma, começamos a nos perguntar, dentre outras coisas: como é que a feira - esse espaço onde, em termos de produtos agrícolas, circula basicamente a produção oriunda de pequenas unidades de produção - se situa face ao processo de reprodução do sistema capitalista? Haverá alguma forma específica de participação da feira nisso tudo? Em outras palavras: sabemos que o sistema capitalista se reproduz através de uma série de mecanismos dentro de um conjunto de relações que se desenvolvem entre aquelas classes, ou segmentos de classes, que trabalham e os que se apropriam de parte desse trabalho, de parte de algo que é produzido. Como dissemos anteriormente, muitos estudos atualmente mostram como tem se processado essa reprodução do sistema, a partir de uma análise das relações sociais de produção predominantes na agricultura, sem, contudo, estender essa análise à comercialização.

referências à forma como são comercializados os produtos agrícolas, mas esse não tem sido o objeto de estudo principal. E mais: as referências feitas, nunca dizem respeito à comer

(3) Não é propósito nosso discutir aqui as raízes da formação social brasileira, nem os critérios para uma definição nesses termos, estamos apenas explicando a compreensão que temos a respeito e que adotamos para este trabalho.

cialização que se faz pela feira, mas sim, à comercialização mais significativa ou expressiva do ponto de vista sócio-econômico, que é aquela que se faz por outras vias de intermediação. Por exemplo, a comercialização em que os principais agentes são os grandes proprietários e os produtores sem terra ou pequenos proprietários. No nosso caso, o estudo restringe-se à comercialização através da feira.

Definindo, portanto, com mais clareza o problema a ser analisado, a nossa proposta é a seguinte: considerando as relações de produção predominantes na agricultura, estudaremos em que medida a feira, enquanto alternativa de comercialização para o camponês, se vincula ao processo de reprodução do sistema global. Para isso, tentaremos identificar a feira enquanto uma rede de relações entre os que produzem e os que lhes compram a produção. Ao mesmo tempo, procuraremos mostrar as possíveis vinculações entre essa estrutura da feira e a organização da produção agrícola no seu conjunto, sem esquecer os laços "externos", isto é, o que diz respeito ao comportamento da economia como um todo. Portanto, a feira que nos preocupa aqui não é simplesmente aquele momento da venda das mercadorias, em que as pessoas se encontram, geralmente em uma praça, periodicamente, para a efetivação das trocas. Esse aspecto será incluído no nosso estudo, mas o encaramos muito mais como uma "formalização" de todo um processo (do qual é apenas um momento dado), por isso mesmo não é o que se apresenta em primeiro plano. A feira, objeto de estudo nosso aqui, diz respeito à rede de relações que se desenvolvem entre diversos agentes, na dinâmica da economia camponesa (que em momento algum pode ser vista desvinculada do restante da sociedade), tendo como principal objetivo a compra e venda de produtos agrícolas, geralmente oriundos das unidades de produção camponesa. Nesse sentido, a feira não é somente algo plausível, visualizado numa praça, em determinados dias, mas sim, é um conjunto de relações econômicas, algumas vezes embotadas por uma série de artifícios, o que nos pode levar a, erroneamente, considerá-las como relações "não-econômicas".

Precisamos saber quem vende produtos agrícolas na feira. Isto é - a nível empírico, dentre as categorias que compõem o que aqui denominamos de campesinato - qual (ou quais) aquela (s) que constitui a maior fonte de abastecimento da feira, em termos de produção agrícola? E, obviamente, que explicação se pode dar ao fato.

Vista nessa perspectiva, a feira não poderá ser analisada desvinculada do processo produtivo, pois, na verdade trata-se de uma imensa rede, em cuja composição en-

tram as relações de produção e as relações de comercialização, chamando-se a atenção para o fato de que a feira é apenas uma das formas de comercialização, aparentemente a que possibilita maior "liberdade" ao camponês (e), por sua vez, a participação do camponês na feira deve refletir a sua posição na estrutura de classe).

Partindo-se, portanto, desse raciocínio, isto é, da perspectiva da feira como um processo de circulação que se caracteriza como um verdadeiro labirinto de relações -- processo esse, cujo encontro das pessoas em um local determinado, com periodicidade de terminada, para a troca, é apenas um momento -- é que vimos a necessidade de desenvolver a nossa análise concebendo a feira como estreitamente vinculada ao processo produtivo. Daí a inclusão neste trabalho de uma parte descritiva, onde caracterizaremos, em linhas gerais, as relações sociais de produção mais comumente encontradas no município de Itapipoca, onde coletamos os dados empíricos.

Em síntese, pois, nossa principal preocupação será a análise da participação da feira (vista sob a ótica acima mencionada) no processo de reprodução do sistema capitalista. Tentaremos recompor historicamente o processo de formação das feiras no interior do Ceará, a fim de que possamos identificar a evolução desse processo ao mesmo tempo em que se transformavam as relações sociais de produção na nossa agricultura. Ao mesmo tempo, tentaremos focar mecanismos concretos, atuais, de participação da feira naquele processo, buscando descobrir, nesse conjunto de relações, elementos que possam por exemplo, mascarar a lógica do sistema global, que "escondem" possíveis relações de exploração ou formas de apropriação da produção entre quem produz e quem tem a posse e o controle dos meios de produção. É desnecessário repetir que aqui está implícita a idéia de totalidade e que, nesse sentido, essa apropriação vai ocorrer provavelmente fora dos limites da produção camponesa. Acreditamos também haver deixado claro que o processo de produção está circunscrito apenas ao âmbito da unidade de produção, embora haja uma vinculação entre o processo através do qual se reproduzem os fatores de produção e o processo de circulação desses produtos.

Os resultados desse trabalho refletirão certamente a nossa compreensão acerca da totalidade. Não é nenhuma novidade dizer que, paralelamente à ampliação do conhecimento científico, desenvolvem-se muitas interrogações, o que é promissor, pois, aos pou

cos, todas as discussões vão conduzindo a um amadurecimento teórico-metodológico, o que, a nosso ver, representa um fortalecimento em termos de abertura de novos horizontes para uma compreensão cada vez mais clara da realidade. Nesse sentido, há alguns pontos que merecem discussão, dentre os quais, um diz respeito ao nosso próprio objeto de estudo: como situar a feira dentro da questão agrária.

A essa interrogação responderíamos que a feira, na perspectiva em que estamos enfocando, situa-se no âmbito da "economia camponesa". É logo vem a questão principal: como falar de "economia camponesa" ao mesmo tempo em que afirmamos o caráter capitalista da agricultura brasileira e obviamente da sociedade? Para Nazareth Wanderley, "o campesinato constitui uma das classes fundamentais aos modos de produção e nas formações sociais pré-capitalistas e, enquanto tal, sua configuração histórica é determinada por certos elementos constitutivos fundamentais" (Wanderley: 1976). Ora, então de princípio, seria impossível juntar na explicação de u'a mesma realidade, esses elementos de análise (agricultura capitalista e economia camponesa). No entanto, é ainda a mesma autora quem chama a atenção nesse seu artigo para as vias principais de dominação do modo de produção capitalista, onde o campesinato sofre alterações ao longo do próprio processo de formação social. A propósito, analisa a reprodução do campesinato no seio das formações sociais capitalistas. E, citando Jolivet, em "Sociétés rurales et capitalisme, diz: Esta permanência do campesinato se explica na medida em que não só a economia camponesa não se constitui um obstáculo à dominação do capital, mas sobretudo, na medida em que ela foi e continua sendo ainda, em circunstâncias históricas bem definidas, a melhor forma de organizar a produção agrícola num sentido favorável ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e que ela é necessária, enquanto este não tem condições de resolver certos problemas colocados pela produção agrícola. "(Wanderley; pag. 538).

Estamos, pois, partindo daquela idéia de totalidade, em que é possível falar de uma "economia camponesa", no nosso caso, desde que subordinada ao capital, em que há uma adequação dos seus elementos à reprodução do primeiro. A mesma autora refere-se ao papel da economia camponesa, na formação social dominada pelo capital, na reprodução ampliada da força de trabalho; nas atividades de produção e consumo a custos mínimos e na transferência de recursos para a indústria. O seu objetivo com isso é mostrar que, vista sob essa ótica, "a economia camponesa se despoja de algumas de suas características

fundamentais, que a definiam nos modos de produção pré-capitalistas, particularmente no que se refere ao caráter autárquico de sua produção e à própria natureza de classe do cam-pesinato" (4).

Enquanto Wanderley tenta "dissecar" o conceito de economia camponesa como instrumento analítico que possibilita uma compreensão mais clara do real, alguns ou-tros autores referem-se à "economia de pequena produção" ou "pequeno produtor", como se essas expressões substituíssem um conceito analítico (5). A nosso ver, esse procedimento pode levar a um embotamento maior da realidade, no sentido em que, por não se tratar de um conceito, a expressão é insuficiente para explicar e, em decorrência, muitas distorções podem advir. Pelo que entendemos, é importante ter um procedimento crítico face ao uso, ou não, do conceito de economia camponesa. Nesses termos, não podemos:

- a) usar levemente esse, ou outro, conceito e,
- b) rejeitá-lo simplesmente, sob a alegativa de que o campesinato existiu como classe nas formações sociais pré-capitalistas, por isso não se aplica ao caso brasileiro.

Realmente é impossível pensar, por exemplo, o camponês do Nordeste hoje, a partir do que nos fala Kautsky: "... a família camponesa medieval era uma comunidade econômica total ou quase totalmente autosuficiente, não só produtora de seus meios de sub-sistência, mas também construtora de sua casa, móveis e demais utensílios caseiros, que fa-bricava a maior parte de seus toscos objetos, curtia as peles, tecia o linho e a lã, fazia seus vestidos, etc. O camponês ia ao mercado, porém não vendia mais que o excedente de sua produção, comprando o supérfluo... "Difícil também explicar fenômenos da economia camponesa no Nordeste brasileiro, nos termos descritos por Sismondi, citado por Kautsky no mesmo livro: "o camponês que com seus filhos lavra parcela de sua propriedade, que não paga arrendamento a nenhum superior nem salário a nenhum inferior, que regula sua produ-ção pelo seu consumo, que come seu trigo, bebe seu vinho e se veste do seu linho e de suas lãs, esse se preocupa muito pouco com os preços do mercado, pois tem pouco que vender e que comprar e jamais se arruinará por crises comerciais" (Kautsky: 1970, pag.

(4) Para uma compreensão mais clara a esse respeito, ver o texto de Nazareth Wanderley, "Algumas Reflexões sobre o Campesinato do Nordeste: conceito e realidade".

(5) Essa prática tem se tornado frequente sobretudo no âmbito do planejamento governamental.

Refletindo, pois, sobre a nossa formação social, aceitamos as idéias de Nazareth Wanderley, que analisa o campesinato na agricultura do Nordeste brasileiro partindo de que há um domínio do capitalismo. Nesse sentido, há uma vinculação entre as formas e relações de produção existentes na agricultura e a dinâmica do processo de acumulação do capitalismo brasileiro. "As formas e as relações de produção existentes na agricultura foram e são criadas e reproduzidas, nos diversos momentos da evolução histórica do capitalismo brasileiro, como resposta às necessidades do seu processo de acumulação". "(Wanderley, pag. 541).

De fato, as características no nosso caso não são aquelas evidenciadas por Kautsky, mesmo porque os elementos constitutivos da própria formação social são outros, então a totalidade se configura e se estrutura também de maneira diferente. Não se pode falar, por exemplo, de uma auto-suficiência da família camponesa, à medida em que, por várias relações, não pode ser vista fora daquela totalidade a que nos referimos anteriormente. Se, por um lado aqui ela produz para a sua subsistência, essa produção não está fora do "esquema" geral de reprodução do próprio sistema capitalista; além disso, não favorece a produção ou fabrico de outros bens necessários ao consumo da própria família, mas sim, torna-a cada vez mais "dependente" de objetos produzidos por outros "setores" da economia, portanto, em termos de mercado, o camponês está nesse mercado e os preços dos seus produtos são determinados pela lógica do sistema e as crises comerciais certamente afetam o campesinato. Todos os movimentos, pois, são movimentos da totalidade. Por isso a nossa proposta não é considerar a economia camponesa como algo diferente da economia capitalista (inerente à sociedade brasileira), como se fossem realidades separadas e nisso a feira seria algo peculiar a essa economia camponesa. Pretendemos, sim, analisar a economia camponesa como parte da economia capitalista e nesse caso, focar de modo mais específico a feira. Nesse sentido, o nosso esforço será para identificar elementos que indiquem ligações da feira com o sistema global, bem como as suas vinculações com a estrutura de produção.

o o o

Para levar a efeito esta análise decidimos, então, estudar um caso concreto que não se distingue substancialmente dos outros casos.

A opção pela feira do município de Itapipoca, no interior do Ceará, prende-se basicamente aos seguintes motivos:

- a) em primeiro lugar, uma vez que enfocariamos a questão das relações de trabalho, era interessante tomarmos como base uma realidade onde essas relações apresentassem variações. Nesse sentido, o município de Itapipoca preenchia o critério: abrange regiões fisiográficas distintas - serra, sertão e praia - nas quais a estrutura fundiária se caracteriza por algumas variações que levam ou condicionam a uma certa diferenciação nas relações de trabalho, de uma zona para outra.
- b) em segundo lugar, mesmo considerando que este não poderia ser um critério determinante - dadas todas as limitações que se nos apresentaram, dentre elas o fato de não contarmos com nenhum financiamento para este trabalho - não poderíamos, nesse momento, realizar todo um estudo da área, a fim de obtermos um conhecimento mais profundo da mesma. Escolhemos, então, uma região por nós conhecida, por havermos trabalhado lá durante 4 anos, com programa de extensão universitária.
- c) é muito difícil medir a importância de uma feira, mesmo porque entra aí uma questão de subjetividade, por isso os critérios, de uma pessoa a outra, variam bastante. Mas, não há outra forma de dizer: pretendíamos analisar uma feira de certa significação na região onde ela existe, sem deixar de ser aquilo que chamariamos de uma "feira típica". Explicando melhor: não escolheríamos uma área por exemplo onde a produção básica fosse de hortaliças, com finalidade comercial. Uma feira aí nesse caso para nós, não seria o que estamos denominando de "feira típica", já que na maior parte do Estado do Ceará, os produtos agrícolas que participam das feiras são destinados, em princípio, à "subsistência" e não à comercialização. De fato, o que entra na circulação na maioria dos casos é aquilo que denominariamos de "excedente forçado" (6). Com a produção que circula pela feira não é computada por nenhum órgão (são "feiras livres"), não há como estipular o volume de produção que passa por cada uma e compará-las a partir daí, para deci

(6) "excedente forçado" - referimo-nos àquela parte da produção camponesa que é vendida a outros, não porque seja desnecessária ao consumo da família produtora, mas sim por que esta precisa vender um pouco do que produziu (embora posteriormente comprando novamente), para comprar outros bens de que necessita e não produz (além de todos os produutos industrializados como: sabão, querosene, sal, açúcar, rapadura, tecidos, etc., pode precisar tratar-se de uma doença, fazer uma viagem ou coisa semelhante).

dir qual seria a mais importante ou significativa nesses termos. Por outro lado, essa questão do volume de produção, de fato não era o fundamental para o nosso estudo, embora entrasse também na "balança", tanto assim que levamos em conta o fato de haver um certo consenso entre as populações locais acerca do tamanho da feira. Para isso, entram critérios como o número de feirantes <sup>(7)</sup>, o número de pessoas que frequenta a praça de mercado, sistematicamente, para comprar, para vender, para fazer outros "negócios"; o espaço físico ocupado pelos feirantes, a área de abrangência da feira etc. Na verdade, esses itens não se dissociam da feira no sentido mais amplo que adotamos aqui.

A exemplo do que ocorre a quase todas as pessoas que realizam uma pesquisa, tivemos algumas dificuldades que, em parte foram sendo superadas ao longo do tempo.

A delimitação do objeto de estudo foi uma daquelas dificuldades, talvez a principal, já que a clareza nesses termos ajuda muito a direcionar os passos do trabalho. Queríamos estudar a feira, como uma das coisas que fazem parte da "economia agrária" e, de modo mais específico, algo que se liga mais diretamente à "economia camponesa" (§). Essa era apenas a idéia mais geral e as perguntas mais imediatas que nos vinham à mente e que algumas pessoas com quem conversávamos também nos faziam, eram: "por que a feira?"; "o que, da feira?" e "o que é feira, pr'a você?".

---

(7) Feirante - estamos chamando de feirante neste trabalho, aquele indivíduo que compra o produto de outros e vende-o, no varejo, ou, para usar a expressão local, "vende no retalho", na praça de mercado, de forma sistematica em termos de que obedece a uma periodicidade (por exemplo, toda semana). Portanto, mesmo sabendo que no conjunto de relações que designamos como feira, entram outros agentes não localizados naquela praça, restringimos o termo feirante para aquela categoria, obedecendo de certo modo o que é uma prática entre nós. Em Itapipoca, ouvimos também o termo "feirista", para designar essa pessoa que vende ali na praça.

(§) Sempre que me refiro a "economia agrária" e "economia camponesa", coloco aspas para deixar claro que não estou tratando de realidades separadas: já disse que entendo que a economia agrária faz parte de uma totalidade, cuja dinâmica não é impulsionada pelas diferenças entre o rural e o urbano, mas sim pelas contradições básicas que se processam entre as classes sociais. Apenas estou querendo entender as relações sociais numa parte desse todo, que se situam no contexto agrário, daí a expressão "economia agrária".

O que é feira, por exemplo, foi uma pergunta que, à primeira vez que nos formularam, achamos sem nenhuma relevância. No entanto, depois consideramos importante dizer que a feira pela qual nos interessávamos não era simplesmente aquele momento da troca, geralmente feita numa praça das cidades, uma vez por semana, em que aparecem praticamente os mesmos vendedores, etc. (§§). Pretendíamos sim, entender as relações que se processavam entre as pessoas, isto é, entre os principais agentes da comercialização por essa via (feira), vinculando-os às relações vigentes no processo produtivo propriamente dito. Nisso está implícita a tentativa de compreender também as relações entre as classes sociais ou segmentos de classes. E, partindo de que a economia brasileira como um todo se caracteriza como economia capitalista -- cujo movimento de reprodução é regido por leis gerais que condicionam as diversas relações no âmbito interno da sociedade e nesse sentido direcionam a dinâmica dessas relações -- queríamos entender, sobretudo, a forma como esse conjunto de relações que chamamos de feira, participava daquele movimento geral do sistema capitalista brasileiro (§).

Toda essa dificuldade em delimitarmos o nosso objeto de estudo implicava, pois, ao mesmo tempo em superarmos dificuldades em termos de compreensão dessa totalidade. Significava, portanto, ter que superar (ou pelo menos tentar) muitas deficiências teórico-metodológicas.

Aos poucos, ou à custa de muito "quebra-cabeça", conseguimos definir respostas àquelas interrogações, o que acreditamos já haver explicitado em outras passagens desta Introdução.

---

(§§) Neste trabalho, para não criar dúvidas, quando nos referimos à feira nessa dimensão, usaremos a expressão praça de mercado, isto é, aquela praça, na cidade, onde, aos sábados acontecem as trocas com mais intensidade (alguns feirantes, como de feijão, e frutas e miudezas, permanecem ali todos os dias da semana). Obviamente nos depoimentos de pessoas locais que citaremos neste trabalho, vai aparecer o termo feira, referindo-se também a esse contexto, bem como no último capítulo, ao abordarmos a dimensão sócio-cultural.

(§) Alguém poderia argumentar que, ao invés de economia brasileira, a referência deveria ser à sociedade brasileira. Também achamos mais correto, uma vez que na verdade a economia se faz a partir de um conjunto de relações sociais e políticas. No entanto, esta separação aparente foi feita somente com o intuito de facilitar uma expressão de pensamento.

Além desse obstáculo que consideramos o principal, enfrentamos outros, qua se sempre a este relacionados, mas achamos desnecessário citá-los.

Por outro lado, nos deparamos com outras dificuldades de ordem mais práti ca:

- falta de recursos <sup>(§)</sup>: viajamos praticamente todas as semanas, durante 10 meses (dispondo de uma bolsa de mestrado) do CNPQ), para o município de Itapipoca, sem poder contar com nenhum auxiliar de pesquisa, já que não tínhamos condições de oferecer uma gratificação a esse possível auxi liar, ou custear-lhe as despesas. De certo modo, esse problema repercutiu na coleta de dados, já que não realizamos tudo o que prevíamos (por exempl o, percorrer por várias vezes as "linhas" de feira).
- a falta de um orientador, foi outro aspecto que repercutiu negativamente na elaboração deste trabalho, sobretudo à época de efetivação do projeto, em que precisávamos tirar muitas dúvidas, dirigir as leituras para aquilo que fossem mais interessante no sentido de nos fundamentarmos melhor, do ponto de vista teórico-metodológico. Não é que a nossa concepção se ja de que o orientador tem o papel de fazer o trabalho ou assumir a sua res ponsabilidade. Apenas achamos que o orientador é importante como al guem que nos ajuda a avançar nas idéias, no amadurecimento do raciocí-

Quanto ao trabalho de campo, durante o período de 10 meses, em via gens semanais, permanecemos na área cerca de 65 dias. O referido tempo, distribuímos entre: contatos na praça de mercado com feirantes e produtores; contatos com feirantes fora da praça,

---

(§) Parece-nos claro que os órgãos financiadores de pesquisa tenham mais interesse em finan ciar projetos maiores, que envolvam o estudo de questões mais abrangentes e significati vas dentro daquela área a que se liga o projeto. Isso parece lógico, num país que conta com recursos escassos, ou que pelo menos distribui mal os seus recursos e onde certamente há choques de interesses na definição das prioridades, mesmo em se tratando de entidades estrangeiras, cujos interesses também já estão definidos. Solicitamos por exemplo, uma a juda à Fundação Ford dentro do seu Programa de Dotações para a Pesquisa em Ciências So ciais no Brasil, o que nos foi negado sob a argumentação de que a seleção foi altamente competitiva e que o Comitê "composto de seis renomados cientistas sociais brasileiros con siderou como critérios: a) importância do tópico e qualidade geral da proposta; b) adequa ção da metodologia; c) qualificação do pesquisador e d) potencialidade de impacto do

e contatos com produtores nas unidades produtoras ou na sede municipal.

Através desses contatos, realizamos 83 entrevistas e fizemos o registro de muitas observações, à medida em que presenciávamos fatos relevantes para o nosso trabalho.

Por outro lado, levamos a efeito uma coleta de dados secundários junto ao INCRA, F. IBGE e CEPA-CE (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola), além da pesquisa bibliográfica nos arquivos do Instituto Histórico do Ceará e da Biblioteca Pública do Estado.

No trabalho de campo, propositalmente, utilizamos a abordagem antropológica (entrevistas, história de vida e observação direta), ao lado da pesquisa dos dados secundários.

Apesar de usarmos bastante o discurso dos informantes ao longo de todo este trabalho, convém lembrar que não o tomamos como absoluto. Nesse sentido, tivemos a preocupação de, durante a pesquisa, confrontá-los com dados objetivos, colhidos pela observação direta, bem como com os dados secundários.

Resta dizer que não nos prendemos a uma amostragem estatística porque acreditamos também na cientificidade de outros procedimentos, desde que assumidos com rigor e seriedade. Então, durante esse tempo, atualizamos as nossas informações a respeito da economia do município, além da coleta de dados, mais específicos sobre a feira, junto aos principais agentes.

Assim, com base em um roteiro de questões previamente determinado, conversamos com um número significativo de feirantes de diversos produtos, na própria praça de mercado ou fora dela. (Por exemplo, se eram 25 feirantes de feijão, entrevistamos 10 daqueles, em dias diferentes e repetidas vezes cada um). Nossos principais informantes foram: feirantes, produtores e alguns consumidores,

---

projeto no desenvolvimento da disciplina e/ou das ciências sociais em geral, no Brasil".

Ao explicitarmos isso, não estamos achando que houve injustiça no nosso caso, ou coisa semelhante. Em primeiro lugar, não gostaríamos de tratá-lo como caso isolado e, em decorrência, dizer que esse fato dá margem a que façamos muitas reflexões a respeito do ensino e da pesquisa em nosso país. Por exemplo, que solução encontraríamos para esse problema, que não é específico da UFC?

Gostaríamos de registrar que, apesar de toda a nossa experiência no meio rural, inclusive de origem, a nossa condição de mulher (associada certamente a alguns preconceitos, talvez inconcientes, da nossa parte e da parte das pessoas locais), criou para nós algumas limitações, mesmo que não nos impossibilitassem de levar em frente o trabalho: por exemplo, não era fácil conversar com motoristas de caminhão, na praça de mercado, na noite que antecede à realização da feira, apesar de ser um momento muito oportuno. Mesmo com os próprios feirantes, algumas vezes, os outros com quem não estávamos conversando ficavam dizendo brincadeiras, como: "não acredite na conversa dele não, já enganou a muitas ...". Mesmo assim, este foi um trabalho bastante gratificante, onde aprendemos muitas coisas, sobretudo, amadurecemos mais a nossa compreensão a respeito da realidade, principalmente no que concerne à explicação do ponto de vista teórico.

" VIDA DE POBRE É ASSIM: OU O BEIÇO OU A LÍNGUA; OU TRABALHA  
OU MORRE DE FOME" (parceiro).

O CONTEXTO DO SURGIMENTO DAS FEIRAS NO INTERIOR DO CEARÁ

Neste capítulo, fazemos uma tentativa de recompor passagens da História do Ceará, de modo mais específico no que diz respeito à estruturação da sua economia agrícola. Mesmo reconhecendo os prejuízos daí decorrentes, fazemos como que um corte na História, tomando como ponto de partida a segunda metade do século passado, quando as atividades agrícolas se intensificaram mais no Ceará, pois até então destacava-se apenas a pecuária:

Ao tentar recompor a nossa História, temos como objetivo principal situar aí a formação e desenvolvimento das feiras no interior do Estado. Neste sentido, buscamos respostas para questões como:

- nesse processo de formação econômica, em que momento surgiram as feiras e por que?
- enfim, o que representavam as feiras?

Talvez seja esse um objetivo pretencioso demais, quando se pensa na escassez de dados ou de estudos a respeito da chamada "economia de subsistência" que é a que nos interessa mais de perto aqui, já que focalizamos a feira enquanto espaço para comercialização, ocupado principalmente pelos camponeses<sup>(1)</sup>.

---

(1) Em princípio, já podemos dizer que não dispomos de dados suficientes, mesmo levando em conta, dentre outras fontes de consulta, o acesso que tivemos ao excelente trabalho de Célia Guabiraba, sobre "Atuação do Estado na Agricultura Cearense - 1850/1930", resultado de uma pesquisa levada a efeito por um grupo, sob a sua coordenação, no ano de 1978, para a Fundação Getúlio Vargas/SUPLAN. Para analisar a atuação do Estado na agricultura cearense, a autora apresenta dados muito significativos a respeito da nossa formação social e econômica, sempre numa perspectiva histórica, com a preocupação constante de estabelecer as correlações com o contexto nacional e suas vinculações no plano da política externa. Portanto, neste capítulo do nosso trabalho, nos reportamos várias vezes àquele documento.

Além dessa fonte, recorreremos também às Leis Provinciais, inclusive nesse caso, coletamos dados anteriores a 1850 (década de 30), onde as informações nos pareceram importantes.

Feitas essas observações preliminares, nosso esforço agora será no sentido de apresentar os seus resultados, com o objetivo já mencionado e reconhecendo todas as limitações.

A ocupação do sertão do Ceará por criadores e plantadores começa a se processar sobretudo a partir da ocupação de Pernambuco pelos holandeses (1624 a 1634), quando muitos europeus fugiram de lá e se refugiaram aqui.

A partir dessa fase se desenvolveu também o comércio entre o sertão e o litoral cearense, tendo como principais mercadorias o gado e os artigos importados, trazidos estes últimos de Pernambuco.

A agricultura, até o final do século XVIII, era muito inexpressiva, embora já se cultivasse desde o início da colonização aqui no Ceará: a cana-de-açúcar (para produção de aguardente e rapadura, passando-se a produzir açúcar a partir de 1845, o que, na década de 50, já se exportava); o algodão (para o fabrico de artefatos, desde os primórdios da colonização), além de gêneros alimentícios, mas tudo em pequenas quantidades. O forte da economia, pois, se centrava na criação de gado. "Desde o período colonial a indústria pastoril ocupou lugar de destaque na economia do Ceará. Depois da seca de 1790/2, a agricultura começou a desenvolver-se, competindo depois com a criação de gado. Os gados grossos-cavalar, bovino e muar - contribuíram com elevadas parcelas.

No triênio 1852-54 constatou-se a existência de 4.720 fazendas de gado no Ceará, ocupando Granja o primeiro lugar, com 1.202 fazendas, acompanhada de Quixeramobim, com 1.107 (...). O rebanho bovino no triênio citado, em Quixeramobim, era de 26.648 cabeças e o cavalar, de 4.571, enquanto em Granja havia 12.812 cabeças de bovino e 1.109 de gado cavalar (...). Cálculos feitos em 1862, avaliavam o total do gado bovino e

---

Com bastante atenção consultamos ainda o "Relatório da Exposição de Chicago - 1892/3", onde há informações significativas sobre a economia do Ceará, que se fez presente naquela exposição. Outro texto de Thomaz Pompeu, este mais recente, trata do "Ceará no Centenário da Independência", bem como o trabalho de Rodolfo Theophilo sobre a HISTÓRIA DA SECA DO CEARÁ e ambos serviram-nos também como fonte de pesquisa, além do livro de Raimundo Girão, HISTÓRIA DO CEARÁ.

Embora não se trate de um trabalho específico sobre o Ceará, consultamos também uma publicação da Fundação Getúlio Vargas, intitulada "O Problema do Abastecimento numa Perspectiva Histórica - 1530/1918", de autoria de Maria Yedda Leite Linhares, abril de 1978.

cavalar na Província, naquele ano, em 1.200.000 cabeças correspondendo para cada habitante, 2,4 cabeças e 144.000 cabeças de cavalo a 0,28 por habitante. A população era, entao, calculada em 500.000 habitantes " (Guabiraba: 1978, pags. 18/9).

Com essas informações queremos apenas fornecer uma visão global da situaço da pecuária no Ceará, na segunda metade do século XIX, quando a agricultura passa a assumir também certo destaque na economia da Província como um todo. Essa projeço da atividade agrícola não pode ser vista de modo isolado, pois, sobretudo a partir da segunda metade do século XVII, o país como um todo se ressentia da escassez de alimentos, principalmente para o consumo das populaçoes dos núcleos urbanos que se iam formando pelas Províncias. Portanto, a ampliaço da agricultura, no Ceará, guarda relaçoes com o restante da economia nacional que, por sua vez, se liga a fatores externos. Por exemplo, antes o açúçar brasileiro já perdera o seu monopólio no mercado europeu e a Metrópole se recuperava da crise, com a descoberta do ouro de Minas Gerais.

Como já foi dito, até o século XIX a pecuária se constituía na atividade econômica de maior relevância para a Província; por isso mesmo, a preocupação maior por parte do poder político se voltava para a "indústria pastoril". Um exemplo disso pode ser dado com as tentativas de corrigir solos para a pastagem e com as leis que protegiam a criaço de gado bovino. Há leis, por exemplo, que proibem ao mesmo tempo, criar ovelhas, cabras e porcos e que obrigam a "todo lavrador a cercar suas plantaçoes". Se não cercassem e maltratassem o gado que invadisse seus roçados, seriam responsáveis pelos danos causados.

Nas Leis, podemos inclusive perceber a falta de proteço aos lavradores <sup>(+)</sup>: por um lado não tinham poder aquisitivo suficiente para possuírem "gados grossos" e, por outro lado, não tinham o direito de criar "gado miúdo" deixando toda a pastagem para os primeiros, além de terem ainda a obrigaço de cercar seus roçados, sob pena de ver invadidas as suas plantaçoes. Portanto, além dos aspectos econômicos, observa-se aí a questão da estruturaço das classes sociais (como, aos poucos isso vai sendo "modelado" na formaço social) e a posiço do Estado na elaboraço das leis. "Ao que tudo indica, o gado miúdo era criado sobretudo pelos pequenos proprietários. Dizia o Relatório de 1862 que ele servia de alimento a grande parte da populaço. As posturas municipais, não raras vezes, tentavam coibir este

---

(+) Lavrador - nesse caso, trata-se do pequeno produtor, que não se confunde com os donos de terra (propriedades maiores).

tipo de criação, apesar do rendimento que representava para a Província" (Guabiraba: 1978, pag. 20).

O que fica claro, pois, é a elaboração das leis para favorecer a classe do minante. A estruturação das classes, portanto, nasce com os primórdios da formação da nossa sociedade, à medida em que se define a propriedade privada da terra, decorrente, por sua vez, da política que norteia o empreendimento colonizador. De início, a Colônia se caracteriza basicamente pela presença dos senhores e dos escravos, sendo estes propriedades daqueles. Ao lado disso, os "acostados", os pequenos proprietários, ou moradores das fazendas. Mais tarde, com a abolição da escravidão, a estrutura social se altera, mas não chega a sofrer mudança radical, pois, uma vez assegurada a propriedade da terra aos senhores, o "homem livre" teve que se submeter ao domínio daqueles. E, ao longo da História, como era de se supor, o Estado sempre se colocou ao lado da classe dominante. Nesse sentido, por exemplo, os incentivos sempre foram dados àquelas culturas agrícolas destinadas primordialmente à exportação. Com isso, favorecia não apenas essa classe, internamente, mas contribuía tambem para o fortalecimento do capitalismo enquanto sistema econômico, cujos limites não coincidem com as fronteiras territoriais da nação brasileira.

Com a crise norteamericana, já no final do século XVIII teve impulso a produção algodoeira, que adquiriu bom preço no mercado inglês, em consequência do que mais tarde teve o seu volume aumentado. Guabiraba nos mostra que no quinquênio 1850-55, "a exportação dos couros ocupou o segundo lugar na Província, perdendo para o algodão, mas no quinquênio seguinte ela foi suplantada não só pelo algodão, como pelo café e açúcar, recuperando o terceiro lugar no quinquênio 1860-65" (pag. 20).

Inicia-se, portanto, no século XIX uma ampliação das atividades agrícolas, embora enfrentando, já àquela época, muitos obstáculos. A propósito, encontram-se pronunciamentos dos presidentes da Província que fazem, com frequência, alusões a: falta de capital para a agricultura, ausência de instituições de crédito, falta de braços para o trabalho agrícola, presença de doenças parasitárias nas plantações, falta de estradas e portos para o escoamento da produção, falta de máquinas ou processos para melhor aproveitamento dos solos, etc. Guabiraba, na introdução do seu trabalho, pag. III, diz que "a ausência de estradas de ferro e de rodagem, de instituições de crédito, de portos e de meios de transportes, caracteriza agudamente o Ceará, na segunda metade do século passado". A esse respeito,

também Thoaz Pompeu, no Relatório da Exposição de Chicago - 1892/3, afirma: "A corrente migratória para o Amazonas e recentemente para o sul é o resultado das repetidas desilusões sofridas pelo sertanejo, da incerteza da renda agrícola" (Pompeu: pag. 72). É ainda nesse mesmo documento que o autor se refere ao Relatório do presidente da Província, em 1861, onde aquele administrador, "entendia que o alto preço do transporte era a causa imediata de não chegarem às praças somas de gêneros que se consumiam no lugar de fabrico, e que outros sofriam em seu valor notável depressão por semelhantes gastos e absorviam do produtor lucros importantes que se fossem percebidos e acumulados aumentariam os capitais e forças produtivas da Província" (pag. 74).

Esse dado referente aos gastos com transporte da produção teria que ser analisado considerando-se, no conjunto das explicações, a natureza da política global adotada para a Colônia, onde não se pode perder de vista tratar-se de uma economia voltada para o mercado externo. Esse enfoque está muito claro ao longo de todo o trabalho de Célia Guabiraba, como está nas obras de Caio Prado Júnior, Capistrano de Abreu, N. Werneck Sodré e outros, quando analisam a formação social brasileira.

Na verdade, tais problemas tinham suas raízes bem mais profundas (e aqui reaparece a questão das classes). Como diz Yêdda Linhares, "pelas informações esparsas de que dispomos é possível verificar que os problemas da produção, do transporte e da distribuição são estruturais, não podendo jamais ser resolvidos através de medidas meramente conjunturais ou de ordem administrativa. Eles se inseriram no âmago do sistema colonial que se fundara sobre o escravismo, a grande propriedade e a monocultura, bases de uma sociedade de privilégios, de profundos contrastes e de desigualdades extremas em que a opressão dos poderosos sobre os fracos, o desrespeito à pessoa humana e o desejo insaciável de lucro constituíam as regras de um cotidiano sempre brutal. Aos ricos competia enriquecer. Aos pobres restava a resignação sem apelo. Ao poder público, representado pela burocracia de funcionários incompetentes, mediocres e desonestos, cabia perpetuar as hierarquias existentes e delas extrair os meios para a sua auto-reprodução (...). Daí o "contraditório" das leis, o eterno emaranhado dos problemas" (Linhares: 1978, pags. 101/2).

Ao nosso ver, dentre outras coisas, neste trecho a autora nos fornece uma pista para entendermos com clareza toda a corrupção que se desenvolveu no âmbito do poder público e que persiste até hoje. Nesse sentido, a corrupção é gerada e alimentada pelas con

tradições internas do sistema e torna-se necessária ao mesmo.

Não podemos esquecer que essas contradições são próprias do sistema e por isso não serão superadas por ele mesmo. O máximo que pode acontecer, é serem encontrados paliativos, que não atingem de fato a estrutura. Então, há aí um impasse: por um lado há contradições que de certo modo entravam o desenvolvimento do sistema. Por outro lado, para que ele se reproduza como tal, é preciso que coexistam os contrários. Por isso não podemos ter a ilusão de que o sistema (o governo, as classes dominantes) solucionaria o problema do desenvolvimento desigual que o caracterizava desde o seu nascedouro, pois isso implicaria na negação dele próprio.

Guabiraba nos fala que paralelamente à exportação dos grandes produtos cotados no mercado mundial, e, que orientaria toda a política dos governantes, a questão do abastecimento interno preocupava apenas secundariamente as autoridades, no período que delimitou para o estudo (1850-1930). Ainda a respeito da Colônia no cenário mundial, afirma: "A cada alteração na conjuntura internacional, favorecendo produtos como o algodão e o açúcar, corresponderia um "falso" crescimento das áreas estagnadas, da mesma forma que, uma conjuntura desfavorável, provocaria crises, que, muitas vezes, se sucederiam. O modelo exportador que vigorava no Brasil desde o período colonial respondia por essa extrema dependência externa sendo agravado pelo atraso tecnológico" (grifo nosso, pag. 2).

Referindo-se especificamente ao caso do milho, diz o Relatório da Exposição de Chicago que este constituía-se como um dos alimentos básicos da população, mas que, face às dificuldades de transporte, "não raro era preferível importar dos Estados Unidos para o litoral a mandar buscar nos sertões e serras" (pag. 100).

Ao nosso ver, fica claro assim, mais uma vez, a prioridade dada aos produtos de exportação, em decorrência da política global, vinculada a interesses mais amplos que o da própria Colônia/Estado. Entendemos, por outro lado, que, além das vinculações externas, seria necessário examinar o conjunto do processo produtivo, internamente, para que pudessemos obter uma noção mais precisa do processo de circulação dos produtos. Mas sentimos carência de dados a esse respeito. Guabiraba nos diz que: "Não surpreende que uma população numerosa, contando, em 1862, com cerca de 519.000 habitantes, sofresse inúmeros problemas relativos ao abastecimento, motivados entre outras causas, pelo atraso das relações de produção, pelos precários meios de transporte e pelo clima. Muitas vezes precisou-se im

portar os alimentos de que necessitava a Província" (pag. 21.)

As dificuldades de transporte e estrada, bem como as condições climáticas, são relativamente bem descritas e mencionadas com muita frequência na bibliografia que consultamos. No entanto, as relações de produção raramente são referidas e não encontramos descrição das mesmas.

Perguntamo-nos, por exemplo, sob que regime ou sistema eram produzidos os gêneros de primeira necessidade? E, se houvesse facilidade de transporte, quem seriam os principais agentes da comercialização? Referimo-nos especificamente à comercialização interna, dos produtos alimentares entre as unidades produtoras e os povoados e vilas, pois sabemos da existência de comerciantes maiores, voltados para a exportação, como Boris, Irmãos Salgados e outros, no Ceará.

No Relatório da Exposição de Chicago, há também uma passagem em que se lê: "a farinha de mandioca é, como o algodão, a cultura do pobre" (pag. 105). E acrescenta que, além de abastecer o consumo interno, a farinha era vendida para Estados vizinhos. Quanto a essa venda, poderíamos nos interrogar sobre se realmente isso se constituía uma "sobra" do abastecimento interno, (já que havia crises de abastecimento), ou se se tratava de contrabando do produto. Guabiraba faz referência a ações dessa natureza, exatamente no caso da farinha, saindo "ilegalmente" de Cascavel para Mossoró, no Rio Grande do Norte. E também lembra - reportando-se a um pouco antes do período considerado no Relatório - os períodos de crise, em que tivemos que nos abastecer com a farinha de outras Províncias. "A década de 40 do século XIX trouxera uma repetição do quadro de amarguras causado pelas grandes secas. Em 1845, uma nova calamidade climática provocou uma revoadada da população sertaneja, rumo ao Cariri, a região mais fértil do Ceará. Para a capital vieram mais de 30.000 pessoas. O Pará e o Maranhão abasteceram a Província de farinha de mandioca (§). A Mão-de-obra representada pelos flagelados foi aproveitada na execução de obras públicas" (pag. sem numeração).

Por outro lado Rodolfo Theóphilo, em História da Seca do Ceará, quando menciona o surto algodoeiro na Província em decorrência da guerra civil norteamericana, diz

---

(§) Ao que tudo indica, as crises se alternavam no tempo e também entre as Províncias. Stuart Filho refere-se à saída de farinha de mandioca, do Cariri-Ce, para as Províncias da Paraíba e Pernambuco.

que "... os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto..." E acrescenta: " em breve, porém, começaram as economias do lavrador a enriquecer as províncias vizinhas onde se iam prover de farinha e legumes: as sobras do ouro estrangeiro voltavam em troca de objetos de luxo, de fazendas finas" (pag.22). Segundo o mesmo autor, o cultivo do algodão era feito com o trabalhador livre: "o lavrador preferia pagar aos assalariados 1\$280 diários a empregar nas roças os seus poucos escravos".

Diante desses dados, gostaríamos de refletir sobre dois pontos:

1- a partir do trecho transcrito da História da Seca do Ceará, constata-se mais uma vez a oscilação da economia interna, como reflexo do que se passa lá fora. Realmente o abastecimento interno situa-se sempre no plano secundário e só adquire importância à medida em que as culturas de primeira necessidade satisfazem a alguma exigência do mercado externo, no sentido de dar respaldo à política global da Colônia. Daí a preocupação com as crises de abastecimento. Isso nos parece acontecer, por exemplo, no caso em que as leis provinciais obrigam os agricultores ao cultivo de produtos alimentares, a nosso ver, como uma forma de garantir a sobrevivência das populações mais pobres.

A título de ilustração, transcreveremos artigos dessas leis, aprovando posturas de câmaras municipais de diferentes localidades. Ressalte-se que a citação de trechos da lei, determinando praticamente as mesmas coisas, mas oriundas de diferentes municípios, é proposital para que fique claro não se tratar de motivos particulares, a uma ou outra localidade: Lei 68, de 1837 (Câmara de Aracati) - art. 67: sendo de reconhecida utilidade a plantação da mandioca manipeba, não só por crescer com mais vantagem, como porque se conserva anos debaixo da terra, sempre em estado de crescimento e desmancha, ordena-se que todo lavrador seja obrigado a plantar anualmente quatrocentas covas de dois pés, sob pena de serem multados em dez mil réis ou dez dias de prisão.

Lei 14, de 1938 (Câmara de Quixeramobim) - art. 10: todos os lavradores que plantarem em qualquer parte deste município, serão obrigados a plantar todos os anos de mil até 3 mil covas de mandioca, conforme a possibilidade de cada um, e o que o contrário fizer, pagará a multa de oito mil réis para as despesas da câmara, ou quatro dias de prisão e o duplo nas reincidências.

Observe-se que não se trata de uma política social e econômica voltada para as questões de fundo (mã distribuição das terras, destaque especial para os produtos de exporta

ção, etc.). A preocupação é de certo modo superficial e marcada por um imediatismo extremo, que se revela também em relação a outros problemas. No caso das estradas, as Câmaras também determinavam que os proprietários assumissem a responsabilidade de construí-las e conservá-las, cortando o mato que, a cada período chuvoso, crescia às suas margens. É como se cada um tivesse que fazer por si, independentemente de existir um poder público.

Lei 640, de 1854 (Câmara de Crato) - Art. 75: Todos os moradores dos sítios deste município são obrigados a plantarem anualmente 2.000 covas de mandioca em ariscos sem agoa de rega, sob a multa de 2\$000 réis.

O artigo seguinte desta lei obriga os donos de sítios a fornecerem "até o fim de junho", a relação dos moradores ao fiscal, para que este controle as disposições do artigo 75.

Lei 641, de 1854 (Câmara de Barbalha) - art. 14: Todos os proprietários de terra deste município, que não alegarem motivos justos, são obrigados a plantarem anualmente, além dos legumes, 4 mil covas de mandioca, pelo menos, e os rendeiros duas mil, sob pena de pagarem multa, aqueles 5\$000 réis, e estes 2\$000 réis.

E a lei acrescenta que serão multados os proprietários que permitirem em suas terras "rendeiros ou moradores" que não satisfaçam as disposições do artigo 14. Quanto às punições, devemos ter em mente que, a exemplo do que acontece hoje, nem sempre se concretizavam, pois, como lembra Yêdda Linhares, a propina coexistiu com a fiscalização.

Lei 694, de 1854 (Câmara de Telha) - art. 23: obriga todos os agricultores do município a plantarem anualmente pelo menos 1.000 covas de mandioca manipeba, velando em sua conservação para arrimo nos tempos estéreis. Multa de 4 mil réis, salvo se o terreno for inadequado.

Como se pode constatar, há uma preocupação constante com o abastecimento interno, mas sempre a nível da sobrevivência, não uma preocupação no sentido de impulsionar o desenvolvimento da sociedade de "dentro para fora", isto é, dinamizando-a internamente, para superar suas próprias contradições.

A idéia de que a preocupação com as culturas de primeira necessidade se liga à sua importância para a sustentação da política mais global, aparece claramente no trabalho de Célia Guabiraba, que afirma na sua introdução: "constatou-se o interesse do gover

no por aqueles gêneros básicos na alimentação do povo, não com o intuito de favorecer o abastecimento interno da Província/Estado, mas com o fim de aumentar o volume das exportações, sua principal fonte de renda numa fase em que o crescimento das cidades exigia maior quantidade de alimentos".

Desnecessário se faz dizer que garantir o abastecimento das cidades que cresciam, significava garantir a sobrevivência de uma população que, em muitos casos, já saíra do campo "por causa da seca".

2- O segundo ponto de reflexão nossa, diz respeito às repercussões do surto algodoeiro. Rodolfo Teófilo ao se referir a esse aspecto, o faz em termos bem gerais, como se o fato atingisse igualmente a todos os homens ligados à agricultura, não levando em conta, portanto, o desenvolvimento desigual. "... os homens descuidavam-se..."; "... começaram as economias do lavrador a enriquecer as províncias vizinhas..."; "... as sobras do ouro estrangeiro voltavam em troca de objetos de luxo".

A propósito, entendemos que o autor emprega inadequadamente (aliás isso ocorre também com outros autores, como Thomaz Pompeu) o termo lavrador. Se isso é verdade, quem seriam esses homens que "abandonavam seus legumes pelo plantio do precioso arbusto? Moradores nas terras onde cultivavam agora o algodão? Se eram moradores e, nesse período do surto algodoeiro, trabalhavam como assalariados, sob que regime trabalhavam em épocas "normais"?

A História nos leva a raciocinar por uma lógica segundo a qual o surto algodoeiro não beneficiou igualmente a todos. Em outras palavras, tendemos a acreditar que os mais favorecidos nesse caso foram os proprietários de terra, pela própria lógica da política governamental. É provável, pois, que apenas essa minoria usufrísse dos resultados da exportação do produto.

Ao lado disso, teríamos que ver como ocorreu a importação dos produtos alimentares das Províncias vizinhas. Que vias teriam sido utilizadas? (não as vias de transporte, mas sim, que tipo de relações comerciais se desenvolveram aí e, se houve algum lucro, quem se beneficiou do mesmo?).

Essas interrogações nos vêm à mente quando estamos querendo compreender a dinâmica da circulação dos produtos, internamente. É necessário dizer que estamos admi

tindo que, em épocas regulares, principalmente os trabalhadores livres (entendendo livre como não-escravo) produziam farinha de mandioca e legumes (milho e feijão), em pequenas quantidades, que lhes garantia a sobrevivência pelo menos por determinado período do ano. Além disso, admitimos também que parte dessa produção era comercializada internamente, tendo como uma de suas vias, a feira.

Como mostra a literatura a esse respeito, a partir da segunda metade do seculo XIX as leis provinciais, aprovando posturas das Câmaras municipais, dentre outras coisas, preocupavam-se também com a regulamentação das feiras no interior do Ceará:

Lei 761, de 1856 (Câmara de Maria Pereira) - art. 1: Fica criada nesta vila uma feira semanal no dia de sábado desde as seis horas da manhã até quatro da tarde.

Lei 893, de 1859 - art. 1: Ficão criadas três feiras de gados, sendo uma na cidade de Baturité, uma na vila de Maranguape, e uma na povoação de Pacatuba.

A propósito, a lei determina também os dias em que se realizará cada uma das feiras. Além disso, refere-se à obrigatoriedade, ou não, da entrada de gado na feira: "só serão obrigados a entrar na feira de Maranguape os gados que descerem pela estrada de Canindé, e na de Pacatuba, os que descerem pela de Baturité, não ficando inibidos de feirar outros quaisquer gados que vierem de partes diversas.

Lei 947, de 1869 - art. único: Fica criada um feira para a venda de gêneros, nos dias de sábado, na cidade de Baturité, no lugar que a câmara municipal respectiva designar, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO Nº 739 - de 22 de outubro de 1855 (§).

Nº 43.

Aprovando artigos de postura da câmara municipal da Vila da Imperatriz.

Francisco Xavier Paes Barreto, presidente da província do Ceará. Faço saber a todos os seus habitantes, que a assembleia legislativa provincial sob proposta da câmara municipal da vila da Imperatriz, decretou a Resolução seguinte:

Art: 1º - Fica criada n'esta vila uma feira semanal, que será em todos os sábados de cada semana, desde as seis horas da manhã até as três da tarde.

(§) O destaque a esta Resolução deve-se ao fato de ser a villa de Imperatriz a atual cidade de Itapipoca, onde se localiza portanto, a feira que estudamos.

Art. 2º - O local da feira sera no largo, que fica entre o largo da Boa-vis  
ta, e a rua dos Coqueiros.

Art. 3º - A Câmara fará construir um telheiro rodeado de um parapeito de tijolo rebocado tendo duas partes de grades convenientemente fechadas, não dispendendo com esta obra mais 200\$000 réis.

Art. 4º - No dia de feira se exporão à compra, e venda todos os produtos de indústria agrícola, fabril, e comerciante, como farinha, milho, arroz, aves, passáros, ovelhas, cabras, porcos, obras de marcenarias, fazendas, molhados, louças, &c, &c, que entrem para a vila, sendo todavia permitido vender-se e comprar-se nas lojas, quitandas, e açougues, os gêneros que neles já se acham expostos a venda; os contraventores sofrerão a multa de 4\$000 réis, ou quatro dias de prisão.

Art. 5º - As presentes posturas terão execução quinze dias depois que a câmara as fizer publicar.

Art. 6º - É proibido trazer no dia da feira toda e qualquer arma, ainda mesmo as que não são defesas como cacetes, exceto aquelas que forem indispensáveis para o uso do serviço da feira; os contraventores sofrerão a multa de quatro mil réis ou quatro dias de prisão.

Art. 7º - O animal vacum, cavalari, e muar, no dia da feira serão recolhidos no cural da municipalidade, onde se farão as compras, e vendas; Os contraventores sofrerão a multa de dois mil réis, ou dois dias de prisão.

Art. 8º - É proibido atacar-se os gêneros, que vierem para a feira, ou nela estiverem, sem que tenham decorrido as horas marcadas para as compras, e vendas; os contraventores, tanto compradores, como vendedores, sofrerão a multa de oito mil réis, ou oito dias de prisão.

Art. 9º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contem. O secretário da província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do governo

do Ceará aos 22 de outubro de 1853, trigésimo quarto da independência e do império.

(L.S.)

Francisco Xavier Barreto

Selada e publicada na secretaria do governo aos 22 de outubro de 1855.

Manoel Francisco de Paula Barros  
Secretário interino da província.

Registrada no livro 4º de leis provinciais. Secretaria do Governo do Ceará aos 24 de setembro de 1855.

Estevão Sabino de Moura.

Então nos perguntamos: qual a origem desses produtos que circulavam por aí? Pelo encaminhamento do nosso raciocínio até aqui, tendemos a admitir que sairiam das pequenas unidades produtoras. Mesmo que muitas destas se localizassem no interior da grande propriedade, a responsabilidade sobre a produção, bem como o seu deslocamento para as vilas e povoados, certamente não estariam a cargo do grande proprietário, cujo interesse comercial se voltava para os produtos de exportação.

Naquele mesmo período e, até um pouco antes, as leis provinciais se voltavam também com muita frequência para a questão da intermediação dos produtos agrícolas de primeira necessidade:

Lei 119, de 1938 (Câmara da Vila Jardim) - art. 11: Todas as pessoas que atravessarem gêneros de primeira necessidade, fazendo deles monopólio para os revenderem ao povo, incorrerão na multa de seis mil réis ou oito dias de prisão; é permitido, porém, que depois de quatro horas que os gêneros estejam expostos à venda no mercado público, seus donos o possam vender por atacado a quem bem o quizerem, e contravindo estes a esta postura, também incorrerão na pena acima mencionada.

Lei 354, de 1845 (Câmara de Lavras) - art. 23: Todo aquele que trazer para esta vila gêneros à venda, principalmente de primeira necessidade, será obrigado a expô-los no alpendre, que fica sendo temporariamente lugar para o mercado público, e só poderá vender por atacado, depois de estarem expostos por espaço de quatro horas; o vendedor que contravier à postura será multado em 20\$000 réis e o comprador em 3\$000 réis, para a câmara.

Lei 640, de 1854 (Camara de Crato) - art. 28: Não de poderá atacar gêneros de primeira ne

cessidade, a saber: farinha, feijão, milho, arroz, sal e rapadura, sem que tenham sido expostos a venda por espaço de 24 horas; o atravessador sofrerá multa de 4\$000 réis.

Observe-se que esta é a mesma lei que obriga todos os moradores dos sítios a plantarem, pelo menos, 2 mil covas de mandioca, o que reflete a preocupação com o problema do abastecimento.

Lei 959, de 1860 (Câmara de Santa Quitéria) - art. 16: Nenhuma pessoa poderá atacar nesta vila, povoações da Barra do Macaco e Riacho Guimarães, quaisquer gêneros, sem que primeiramente estejam expostos, à venda por espaço de seis horas; os contraventores pagarão a multa de dois mil réis, ou dois dias de prisão.

Atente-se para a preocupação no sentido de que os gêneros não fossem vendidos por atacado. Portanto, a venda no "retalho" se apresentava como uma possibilidade maior para o consumo das populações com baixo poder aquisitivo e, se feita a compra diretamente ao produtor, talvez fosse mais difícil a saída dos gêneros da Província, contribuindo assim para o enfrentamento das crises de abastecimento.

Lei 140, de 1938 (Câmara de Quixeramobim) - art. 6: toda pessoa que nesta vila e seus subúrbios atravessar gêneros de primeira necessidade para os vender ao público sofrerá a multa de dez mil réis para as despesas da câmara ou dez dias de prisão; é porém livre aos donos dos gêneros vendê-los a quem bem lhes parecer, depois que os tenham exposto à venda por espaço de 4 horas nos lugares públicos da vila e se estes contravierem a esta postura, pagarão a multa de quatro mil réis e os compradores o duplo.

Lei 958, de 1860 (Câmara de Granja) - art. 110: Enquanto se não fizer a feira, será desde já todo o peixe exposto à venda no lugar que for designado pela câmara, onde deverão demorar uma hora pelo menos, os pescadores; os que venderem em lugar diversos pagarão a multa de 4 mil réis ou dois dias de prisão.

Art. 118: Todos aqueles que vierem vender nesta cidade qualquer gênero serão obrigados a demorarem-se uma hora na casa que para esse fim a câmara designar, enquanto não houver casa de mercado, pagando por cada carga quarenta réis; os contraventores pagarão 4 mil réis de multa e o duplo na reincidência.

Observe-se que não são os produtos agrícolas, mas também o peixe, na qualidade de componente da alimentação básica, constituem-se objeto da atenção da lei.

Lei 970, de 1860 (Câmara de Maranguape) - art. 19: Toda e qualquer pessoa que for encontrada nas estradas, ou que constar, especulando com o mal público, procurar arredar do mercado desta vila e povoações do município, as pessoas que conduzirem seus gêneros ao mesmo mercado, sob faldos pretextos, notícias aterradoras ou quaisquer invenções, afim de lhes comprar o gênero ou mercadoria, ou de lhe dar direção contrária e prejudicial às necessidades públicas, será considerada atravessadora, e como tal multada na quantia de 16 mil réis ou 30 dias de prisão.

Em todos os trechos mencionados, percebemos com clareza a vigilância face ao problema do abastecimento interno. Obviamente não se tratava de uma preocupação política, de "caráter igualitário", no sentido de que todos deveriam ter direito a um padrão alimentar mais digno, mas muito mais uma preocupação com o "bem estar social", à medida em que ele era importante para manter uma determinada política de colonização, de Estado. Nesse sentido, é oportuno dizer, que não podemos interpretar a insistência das leis tentando evitar o problema da intermediação, como uma preocupação com a "classe pobre" em si. Na verdade, mesmo depois da Independência, a política governamental deveria atender a interesses mais amplos do que os interesses nacionais. Se admitirmos que as grandes navegações e a política de colonização foram norteadas principalmente pelos interesses do capitalismo mercantil, não podemos ignorar que posteriormente foram se superpondo os interesses do capitalismo industrial e financeiro. E, nesses termos, a Independência não pode ser interpretada como independência política e econômica, isso nos parece claro.

A propósito das leis provinciais, Yêda Linhares quando trata das Câmaras (não só na Província do Ceará, mas em todo o território nacional), lembra que estas possuíam atribuições muito amplas (+) e que eram integradas por pessoas da classe dominante. "As condições de elegibilidade variavam pouco de capitania para capitania. De maneira geral, só

---

(+) Tais atribuições iam desde a administração dos bens do Conselho, à fixação de salários e dos preços; cursos e valor da moeda, normas sobre o comércio, a agricultura e a navegação, até mesmo instruções para o comparecimento de todos os moradores às procissões religiosas.

Competia às câmaras: a administração municipal, regulamentação das feiras, mercados e do trânsito; a administração dos bens do Conselho e sua receita; obras públicas: estradas, pontes e calçadas; conservação das ruas, limpeza da cidade, arborização; construção dos edifícios; regulamentação dos ofícios e do comércio; abastecimento de gêneros; cultura da terra. (grifo nosso, pag. 73).

poderiam ser eleitos os "nobres", naturais da terra e descendentes dos conquistadores e povoadores" (pag. 77).

Não precisa dizer que aí estão excluídos os índios e os negros. Mas o problema central não é de etnia e sim de classe social. Comerciante também não era tido como nobre, só depois, com a criação da Companhia do Grão Pará e Maranhão. Mesmo assim, se distinguia entre: os que comercializavam com a Companhia e os que vendiam "no retalho". Estes tinham profissão inferior. O lucro do intermediário "era tido como apropriação indebita e desonesta." Atente-se, pois, para o tipo de ideologia que se foi consolidando e que funcionaria como um reforço ao comportamento das classes. Veja-se também como a lei restringe já, de princípio, a participação no poder decisório. Reaparece aqui também a prioridade dos interesses mais específicos de uma classe; no caso do comércio através da Companhia, este beneficiaria não os pequenos produtores e comerciantes pequenos, mas sim o poder dominante.

O exposto é suficiente para concluir que as Câmaras estariam sempre elaborando leis favoráveis à política global adotada para a Colônia/Estado. Mesmo quando, a partir dos meados do século XVII, a Corôa tentou introduzir aí algumas alterações designando os juizes do povo para fazerem parte da Câmara, na prática a situação quase não mudou. Como diz Linhares, "se nas cidades ricas do litoral, centros políticos e administrativos de grande monta, podia chegar, apesar dos protestos dos poderosos até à Corôa as queixas da população, nas pequenas vilas do sertão nordestino, faltavam às câmaras, como veículos das aspirações populares, os necessários meios para satisfazê-las" (pag. 80).

Portanto, seria ingênuo pensar que as leis tivessem como preocupação maior contribuir para que todos usufríssem igualmente dos bens. À Corôa interessava a paz social porque isso era importante para garantir a política em vigor. Segundo Linhares, o abastecimento incluía-se numa das atribuições mais importantes das Câmaras. Acrescenta que muitas vezes a legislação referente à subsistência até prejudicava o interesse da grande lavoura exportadora. A Corôa, diz ela, precisava garantir a subsistência dos seus vassallos, a fim de assegurar o bem comum.

É importante observar que essa preocupação aparece desde o início, nos primórdios da colonização. Há um trecho do Regimento Interno de Tomé de Sousa, 1548, citado

por Linhares, que ordena "se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem ne  
cessárias, feiras, a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem, e comprar o  
que houver mister; e assim ordenareis que os Cristãos não vão às aldeias dos gentios a tratar  
com eles, salvo os senhorios e gente dos engenhos, porque estes poderão em todo o tempo tra  
tar com os gentios das aldeias que estiverem nas terras e limites dos ditos engenhos..." (pag.  
67).

Insistimos, por outro lado, em que há na História do Ceará uma lacuna, ao  
se considerar a nossa formação social e econômica, concernente à caracterização das rela  
ções sociais de produção. Sabe-se da existência das sesmarias; da criação de gado em gran  
des áreas e, como diz o Relatório da Exposição de Chicago, "os gados soltos nos campos, con  
fiados à mercê da providência divina e à fé pública (...) entregue a homens ignorantes dos  
proveitos da indústria e muito mal retribuídos"; das tentativas de encontrar ouro; do surto al  
godoeiro, do comércio com o exterior, etc. mas pouco ou quase nada há registrado a respei  
to das relações de trabalho nesse contexto. Realmente sentimos falta de mais dados sobretudo  
em relação à economia dos chamados "pequenos produtores", dentro e fora das fazendas.

Célia Guabiraba, no trabalho mencionado, detém-se um pouco na "questão  
dos gêneros de primeira necessidade", mas também nos deixa interrogações a respeito das re  
lações de trabalho".

A autora mostra que, em 1867, o presidente da Província fazia pronuncia  
mento expressando a sua preocupação com o elevado preço dos gêneros de primeira necessida  
de: farinha de mandioca, milho, feijão, carne seca e rapadura. O presidente aponta como  
causa dessa elevação de preços: a mudança de pesos e medidas e a ação dos atravessadores.  
Uma comissão nomeada para estudar a questão, aponta também como causa "a falta de bra  
ços livres que se empregassem na agricultura, provocada pela guerra do Paraguai".

A propósito do abastecimento interno da população, diz Guabiraba: "Ao  
crescimento demográfico que se verifica no Ceará, como aliás em todo o Brasil, ao urbanis  
mo mais acentuado de Fortaleza, não corresponde um crescimento da produção de gêneros de  
primeira necessidade. O que surpreende, de fato, no segundo Império, no Ceará, é a teia  
intensa que se estabelece entre o litoral e o interior, entre estes e as províncias vizinhas, a  
pesar da precária rede de estradas, constantemente lembrada pelos Presidentes nos seus Rela

tórios e Mensagens. A existência de um intenso mercado interno que se articulava em torno de alguns centros mais dinâmicos como Icó, Aracati, Sobral, Crato e Baturité, é revelador do "surto agrícola" que percorria o Ceará" (pag. 23).

Refere-se a cada produto, mostrando a sua posição no contexto econômico.

A farinha de mandioca inclui-se na alimentação básica da população e o seu cultivo data do período colonial quando os índios ensinaram aos portugueses a sua utilização. Menciona nesse caso, "a existência de lavras grandes e pequenas de farinha" e acrescenta que este gênero era em geral "cultivado pelo pobre mas que certamente não deixava de figurar nas propriedades mais abastadas". Com efeito, as leis provinciais obrigam o seu cultivo para todos os lavradores: proprietários, moradores e rendeiros.

"O Relatório de 1862 calculava o consumo interno da mandioca em cerca de 570.000 alqueires, correspondendo a um alqueire por indivíduo, por ano. A exportação por mar e terra alcançava cerca de 30.000 alqueires. Pela Alfândega, de 1850 a 1862, saíram 16.914 alqueires" (pag. 23).

Refere-se também ao arroz, feijão e milho, sendo que este último era utilizado também na manutenção dos animais domésticos.

Mostra, a partir do Relatório de 1862, os seguintes dados referentes ao rendimento dos produtos (em ano de produção regular) e à sua distribuição:

Gênero	Quantidade Produzida (Alq.)	Quantidade Consumida (alq.)	Valor da Produção	Quantidade exportada (alq.)
Milho	250.000	225.000	500.000\$000	25.000
Arroz	50.000	30.000	200.000\$000	20.000
Feijão	50.000	45.000	200.000\$000	5.000
Total	350.000	300.000	900.000\$000	50.000

Esse quadro nos faz ver que, apesar das dificuldades de toda ordem (as crises climáticas, os problemas de tecnologia, a questão das estradas e transportes, o problema da ausência de instituições creditícias, etc., apontados frequentemente em toda a bibliografia consultada), a produção para consumo interno estava praticamente garantida. No entanto, voltamos a nos perguntar: como se definia a produção nestes termos, paralelamente ao desen

volvimento das fazendas?

Os dados até aqui expostos, nos levam a concluir por exemplo, que a venda desses produtos começa a existir desde cedo. (V. Regimento Tomé de Sousa, citado). Portanto, delineia-se internamente também aquela rede de relações comerciais, à medida em que os produtores levavam seus produtos para vender nas praças de vilas e povoações, isso, mesmo antes de se formularem as Leis. A nosso ver, o que a Lei faz é tentar regulamentar as relações. Sabe-se pela própria História, que o gado teve um papel importante na formação dessa teia, ligando o sertão ao litoral e as diversas localidades entre si.<sup>(§)</sup> À medida em que os núcleos populacionais iam se formando e, até mesmo em torno de pousadas dos tangedores de gado, pequenos comércios iam se criando. Essa população responsável pelo gado e, mais tarde, também aquela que nas cidades era absorvida pelos Serviços, não pode ser vista como se reproduzindo independentemente do campo.

Os caminhos do gado, na verdade, desempenharam importante papel no povoamento do Ceará, bem como na ampliação do comércio interno. Como diz Studart Filho, "...quebrando a monotonia daquelas ermas estradas setecentistas, surgiram, assim, ranchos, vendas e bodegas, primeiras manifestações de muitos dos hodiernos povoados sertanejos (...). E o rancho estradeiro, onde os tangedores de gado recobram alento para a nova caminhada, e as vendas que lhes refazem as parcas provisões de víveres, transmudam-se, a pouco e pouco, em lugarejos, que ainda hoje guardam fundos traços de sua remota origem" (Studart Filho:1966, pags. 153/4).

(§) Carlos Studart Filho, em "Páginas de História e Pré-História, no capítulo "Vias de Comunicação do Ceará Colonial", refere-se às principais estradas utilizadas sobretudo para o transporte de gado e que muito contribuíram para o surgimento de núcleos populacionais. Cita: Fortaleza-Taquara; Camocim-Ibiapaba; Estrada Geral do Jaguaribe: partia de Aracati - Itaiçaba-Russas-Icó, atravessando mais tarde o Araripe e chegando ao Rio São Francisco; Estrada Nova das Boiadas: Pau dos Ferros/RN-Pereiro-Jaguaribe-Riacho do Sangue-Banabuiú- Qui xeramobim-Boa Viagem-Independência-Crateús-Piauí, possuindo um ramal para Sobral, ligando ainda o Ceará ao Recife; Estrada das Boiadas: Icó-Iguatu-São Mateus-Saboeiro, Arneiros-Tauá-Crateús-Serra Grande-Piauí. De Crateús, um ramal levava a Campina Grande/PB; Estrada da Caiçara: ligando o sertão ao litoral, via Acarau; Estrada Crato-Pianco: Patos/PB- Pianco/PB-Misericórdia/PB-Mauriti-Missão Velha-Crato; Estrada Crato-Oeiras: Crato-Campos Sales-Picos/PI-Mocha. Com a abertura da Estrada Crato-Caninde, ligam-se as bacias Pianco e Parnaíba.

O autor acrescenta que a essas estradas-troncos foram se ligando caminhos para as fazendas de gado. Destaca importantes feiras de gado em Pernambuco e na Paraíba.

Portanto, nesse caso a troca de produtos nasce paralelamente ao surgimento das povoações.

Por outro lado, se inicialmente eram os próprios produtores que traziam os produtos agrícolas às praças para aí comercializá-los e havia leis que proibiam a presença do "atravessador", resta-nos saber em que momento e, por que, a figura do intermediário aparece. Isto é, que transformações teriam ocorrido no campo propriamente dito, em termos de processo produtivo, que possibilitassem o surgimento do intermediário, inclusive nas feiras? A nossa hipótese é que sendo "retalhados" pelo próprio produtor, os produtos necessariamente são vendidos por um preço mais baixo e isso repercute no barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades.

Infelizmente muitas interrogações nossas ficarão em aberto, pois faltam dados sobre a dinâmica do processo produtivo, bem como acerca da comercialização.

Quem por exemplo, financiava essa produção que, em parte, era comercializada? Saindo das unidades produtoras, até chegarem aos portos de Acaraú, Granja e Aracati, ou, até chegarem às casas comerciais exportadoras, estabelecidas entre 1850-69, por onde passavam esses produtos? Quem se apropriava de que? Qual a relação dos comerciantes com a terra, ou, de que maneira isso se liga à questão da posse da terra, que também sofre alterações a partir de 1850, com a Lei de Terras? (§§)

Partindo-se de que a produção estava a cargo de apenas uma parte da população agrária, insistimos em perguntar: sob que sistema se produzia a cana, o algodão e os gê

---

(§§) Guabiraba lembra que essa Lei determinava a aquisição de terras devolutas somente por meio de compra, com exceção das terras de fronteira: com o loteamento das terras favoreceu-se a emigração estrangeira.

Além disso, entendemos que abre-se aí mais ainda o caminho para acentuar as contradições entre as classes sociais que se delineavam, no sentido de que se fecham as possibilidades do trabalhador "livre" adquirir terra para trabalhar numa propriedade sua. Como lembra José de Sousa Martins, desenvolveu-se naquela época no Brasil a idéia de que o trabalho é fonte de riqueza. Mas, ao mesmo tempo, procurou-se fechar as portas para o alcance dessa riqueza, pois a idéia impulsionaria o trabalhador para que trabalhasse para si próprio, ocupando a ampla faixa de terras livres existentes no território. E assim veio a Lei nº 601, chamada "Lei de Terras". Diz o autor: "A Lei de Terras garantiu a mobilização das instituições jurídicas e políticas na defesa da propriedade fundiária, garantindo, ao mesmo tempo, o caráter compulsório do trabalho, da venda da força de trabalho ao fazendeiro por parte dos trabalhadores que não dispuzessem de outra riqueza senão a sua capacidade de trabalhar" (Martins: 1979, pag. 147).

neros de primeira necessidade? Essa pergunta não está separada de uma outra: no processo de formação econômica e social do Ceará, à medida em que se foram definindo as classes sociais, de que maneira os trabalhadores agrícolas contribuíam para um processo de acumulação mais geral que envolve as matérias primas como o algodão e a cana, processo este cujas fronteiras certamente não coincidiriam com as da Colônia?:

É claro que não é este o objetivo que definimos para este capítulo do nosso trabalho. Apenas queremos mostrar que a nossa explicação a respeito da formação das feiras no interior do Ceará seria mais precisa se tivéssemos clareza maior em relação àqueles aspectos da nossa formação social e econômica.

Quando trata da questão da mão-de-obra no Ceará, no período de 1850-1869, Guabiraba diz que em 1860 a população absoluta da Província era de 503.759 habitantes. Destes, 488.318 eram livres e 35.441 eram escravos, o que equivale à relação de 1 escravo para 14 homens livres. Por esses números, percebemos a não expressividade do trabalho escravo nas atividades agrícolas.

Citando Thomaz Pompeu no seu Ensaio Estatístico, a mesma autora diz que ele calculou em 36.500 o total de empregados na Província, assim distribuídos:

- vaqueiros ou encarregados de fazendas de criar.....	5.000
- operários ou subservientes aos vaqueiros .....	10.000
- operários empregados nos serviços agrícolas .....	20.000
- operários empregados no serviço de viação, quer como corréios, arrieiros e tangedores .....	500
- operários empregados nas obras urbanas, tráfego das praças, obras públicas, etc. ....	1.000

O salário oscilava entre mil réis e 320 réis diários, os primeiros pagos a adultos e os segundos, a crianças. O termo médio era de 600 réis diários (pag.43).

Como se constata a partir desse quadro de Thomaz Pompeu, dos 36.500 empregados, 35.000 trabalham diretamente nas atividades agropecuárias. Sabemos que o termo operário não está empregado aqui com o mesmo sentido que utilizamos hoje. <sup>(§)</sup> por outro lado,

(§) O termo operário, no caso, foi usado como sinônimo de morador. O mesmo autor, em "O Centenário da Independência..." fala: "... o primeiro cuidado do agricultor para ter uma agricultura desenvolvida era ter muitos moradores, isto é, operários que residam em suas terras e ali estejam presos a qualquer interesse" (pag.288, grifo nosso).

não temos certeza se o quadro inclui todas as categorias de trabalhadores agrícolas existentes à época no Ceará.

A julgar por referências encontradas na própria História, culturas como o algodão e a cana-de-açúcar, empregavam com frequência mão-de-obra assalariada (ver, por exemplo, R. Theóphilo, em História da Seca do Ceará). Portanto, nem todos os produtores (pequenos proprietários e posseiros, por exemplo, embora pudessem algumas vezes ser diaristas) estariam incluídos nessa estatística, apesar de responsáveis diretos por boa parte da produção de gêneros de primeira necessidade. Em O Ceará no Centenário da Independência do Brasil, trabalho organizado por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, há referências à posição da agricultura na economia da Província, bem como aos principais responsáveis pela atividade agrícola.

"No Relatório com que abriu a sessão de 1/7/1847 dizia o Presidente Ignacio Correia de Vasconcelos: a agricultura, esse manancial do qual tudo poderíamos esperar, não tem sido encarada como a primeira e talvez a única fonte d'onde ha de emanar a nossa prosperidade; e ella bem se pode dizer é quasi exercida, somente pela classe pobre, que não tem a força necessária para leval-a ao ponto conveniente aos interesses da Província" (pag. 28).

Referindo-se a períodos mais recentes, início do século XIX, diz o texto que o sistema de empreitada é usado no plantio de capim, cana e mandioca e nos tratamentos culturais. "Em algumas fazendas, como meio de remediar a falta de braços, adota-se o sistema de dar a casa e uma certa porção de terreno ao trabalhador, conhecido então pela designação de morador.

Os moradores têm obrigação de dar uns tantos dias de serviços por semana, ao proprietário, recebendo a mesma paga ou pouco menos que os outros operários.

No restante da semana podem cuidar de sua lavoura. Em alguns casos esses moradores plantam a sua lavoura de "meia" com o fazendeiro que apenas dá a terra e a casa. Em outros casos e principalmente nas fazendas de criar, a contribuição do morador consiste apenas nos resíduos das colheitas (palha de milho, rama de feijão, etc.)" (Pags. 50/1).

Referindo-se às culturas agrícolas, o texto apresenta a mandioca como integrante da alimentação básica das populações e diz que as "plantações de mandioca formam como que o apêndice de todas as casas de campo, de todas as lavras. É, como o algodão, a cultura do pobre. Nos anos de inverno regular a sua produção basta, não só para satisfazer as ne

cessidades do consumo interno, como para suprir parte dos Estados vizinhos, e quando a estação favorece, não tendo abundantes consumidores, talvez pela imperfeição do processo de fabricação, ou pelos crescidos gastos de transporte, desce a preços tão ínfimos que mal remunera as despesas do fabrico" (pag. 215). Consta ainda nesse texto, que "pode-se calcular em 900.000 a 1 milhão o número de pessoas que fazem uso da farinha de mandioca no Ceará"

Estamos querendo mostrar que os produtores dos "gêneros de primeira necessidade" - apesar da existência das fazendas, apontadas por alguns autores como "unidades autônomas de produção e consumo" - aos poucos foram tendo um espaço no mercado para a comercialização dos seus produtos e, em muitos casos, esse espaço foi sendo representado pelas feiras. Portanto, há uma ligação estreita entre a feira e a produção camponesa.

É importante dizer que encontramos poucas referências específicas à feira. A propósito, no seu livro O Cariri, Irineu Pinheiro, tratando de aspectos ligados ao povoamento daquela região ao sul do Ceará, em um capítulo específico sobre as feiras, diz que: "... são seculares as feiras do Cariri, nas quais se vendem legumes, frutas, fumo, objetos da pequena indústria como chocalhos, linhas (grandes chicotes) de comboieiros, urupemas de cana brava, balaios de taboça, facas de ponta, cordas de agave, caró e malva, estendidas em toda a largura da rua para que as possam examinar os compradores" (pag. 112).

E prossegue, descrevendo a feira de Crato, as suas mercadorias e a distribuição no espaço físico das ruas, o que nos dá uma visão semelhante às nossas feiras de hoje, por todo o interior do Ceará.

Descreve um pouco também a figura do que ele chama "o nosso matuto", (§) os "homens do povo", que acorrem às feiras. E, referindo-se à sua indumentária, diz que usava roupa de algodão tecida por ele mesmo, com algodão que ele próprio produzia, acrescentando que, "no século XIX, nos sertões, a vida era quase autárquica", no sentido de que o homem produzia internamente quase tudo o que consumia.

Referindo-se à feira, diz o autor: "nas feiras o lavrador vende diretamente seu produto ao consumidor" (pag. 113). Cita a presença de "tropas de burros", nas ruas, em dia de feira, como sendo o principal meio utilizado para o transporte das mercadorias. Quanto aos parti

(§) O termo "matuto", na nossa cultura tem conotação pejorativa e refere-se ao "homem do interior", opondo-o ao homem "civilizado" que mora na cidade, que possui hábitos modernos.

cipantes da feira, diz que "até a seca de 1877, a seca grande, compunham-se as feiras somente de homens. Daí para cá começaram as mulheres a frequentá-las" (pag. 114).

O mesmo procura ainda mostrar a feira como um grande encontro dos agricultores procedentes de diversas localidades, a exemplo do que ocorria às festas religiosas, da Igreja Católica. Enfoque semelhante é dado por Joaquim Pimenta, no seu livro Retalhos do Passado, onde fala das feiras nos sertões dos Inhamuns, por volta do início do nosso século: "... o dia de missa naqueles povoados, era também dia de feira e de pagode" (pag. 30), onde havia a presença, segundo ele, de violeiros em desafio, cachaça, baralho, mulheres, acertos de conta, etc.". Em outra passagem, lê-se: "... as primeiras feiras aos sábados: o mercado atulhado de matutos, de malas, de surrões; uma vozeria de ensurdecer; cegos e aleijados que cantavam ou tocavam harmônica, pedindo esmolas..." (pag. 102).

Maria Christina Matta Machado, no seu livro Tática de Guerras dos Cangaceiros, falando da "entrada no sertão", diz que "a penetração para todo o interior foi feita antes da mineração graças ao gado e aos caminhos que se cruzavam. O progresso fixava as bases para o aparecimento de vilas ou feiras de gado" (pag. 12).

Em seguida, referindo-se ao início do povoamento: "Os povoados nasceram para fornecer alimentos aos vaqueiros que transportavam o gado. E este gado faria surgir, nos caminhos de penetração, núcleos humanos mais firmes do que aqueles que apareceram com a caça ao índio, ou com a busca aos metais preciosos. Serão esses caminhos e povoados forte base para a conquista total do sertão, que sem o gado não teria vingado. O gado possibilitaria a formação de cidades, graças às feiras" (pag. 13).

Segundo a autora, "o homem do sertão penetrou na caatinga para fugir ao jugo do senhor latifundiário. (S) Viveu para lutar, sonhou em construir. Conquistou o solo árido; soufreu a seca e criou um gado magro e fraco".

Para Machado, os comerciantes surgiram assim "para acudir os vaqueiros e ven

---

(S) Há que se recordar aqui o sistema de "medição" das terras originalmente: partindo das margens dos rios em direção ao interior. Nesse sentido, as melhores terras localizavam-se sempre "à frente" das propriedades, portanto, mais próximas aos rios, enquanto as "terras de fundo" são mais áridas.

der seus produtos. Iniciaram as feiras, que até hoje são motivo folclórico para todo o povo do Nordeste. Dia de feira é dia de festa... (pag. 17). Diz ainda que os "passadores de gado" (também conhecidos no Nordeste, como tangerinos), cuja atividade realizada era o transporte do gado, das fazendas até as feiras, quando vendiam esse gado, "voltavam com fazendas e objetos a serem vendidos no sertão".

Essa consistia, pois, numa das formas da população interiorana adquirir mercadorias produzidas fora, o que hoje, dentre outras vias, ocorre amplamente através da feira. No aumento da circulação desses produtos pelo interior, a abertura das estradas teve um papel muito importante, à medida em que possibilitou inicialmente o tráfego maior de animais e carros de boi e, posteriormente, dos diversos tipos de veículos a motor.

Dessa perspectiva, isto é, do ponto de vista da criação de determinadas condições físicas, a explicação para o desenvolvimento das feiras pode ser conduzida por esse raciocínio.

Por outro lado, na perspectiva em que nos propomos a fazer esta análise, isto é, sob a ótica da estruturação da nossa economia, vinculada, portanto, à formação social, considerando, pois, todos os fatos aqui enfocados, entendemos que a origem e desenvolvimento das feiras no interior do Ceará se processa como uma das alternativas para o abastecimento, a preços mais baixos, das populações que, em geral, não se empregavam na produção agrícola. Ao lado disso, enquanto espaço para troca, representava também uma das possibilidades que se apresentava ao trabalhador, de adquirir mercadorias que ele não produz.

Por tudo o que vimos até aqui, somos levados a concluir que, como parte da dinâmica global do sistema, as populações pobres também desenvolveram formas variadas de garantir a sua sobrevivência, o que está associado ao fato das culturas de "subsistência" estarem sempre num plano secundário. Quer dizer, ao mesmo tempo em que essas populações eram peças importantes no processo de enriquecimento de pequeno número, elas não se constituíam como objeto de preocupação da política governamental, a não ser até onde garantissem a criação da riqueza. Nesse sentido, se o mercado interno estava relegado ao plano secundário, internamente as feiras poderiam ser um dos caminhos a contribuir para um processo de auto-abastecimento das populações pobres.

Ao tratar especificamente do problema da subsistência, ainda antes da Abolição, Yedda Linhares diz que, protegendo os interesses dos seus súditos e também na tentativa de coibir

determinados abusos, a Corôa determinou que:

1- Fosse dado aos escravos, o sábado para procurarem o seu sustento;

2- Que se reservassem terras ao cultivo da mandioca, "o pão da terra".

Afirma, por outro lado, que essas determinações, via de regra, não parecem haver sido cumpridas, já que, aos senhores, era preferível dar o sustento aos seus escravos, contanto que eles estivessem sempre a seu serviço. Acrescenta que essas determinações devem ter sofrido alterações ao longo do tempo, acompanhando as mudanças da própria economia e da estrutura social. "Há indícios de que, apesar de todas as resistências do poder dominante, os escravos podiam não apenas cultivar para o próprio sustento como também produzir excedentes que eram encaminhados ao mercado, embora não tenha sido essa a regra geral. As revoltas de escravos estão, em parte, ligadas a exigências de melhores condições de vida, entre as quais o direito de produzir para a sua subsistência e o dispor do produto do seu trabalho" (Linhares, pag. 91).

Chama a atenção para o fato de que "a prática camponesa no sistema escravista deveria estar confinada a momentos restritos".

Portanto, essa não era uma situação generalizada. Circunstancialmente e, talvez até por motivos particulares, alguns grupos conseguiram sair um pouco do julgo do senhor. Mas isso deveria ser mais difícil nas grandes propriedades. De qualquer forma, mesmo sem muita expressividade, os produtos de "subsistência" já eram comercializados, fora do âmbito das unidades de produção.

A nossa hipótese é de que, dentro da própria estrutura da sociedade, foram sendo criados espaços que beneficiavam de maneira mais imediata as populações pobres, mas que também esses espaços tinham ligação, direta ou indiretamente, com o sistema mais amplo. Acreditamos que alguns eram gerados pelas próprias contradições internas da sociedade em formação e, uma vez criados, até chegavam a serem formuladas leis, regulamentando-os.

Nessa perspectiva, podemos interpretar as determinações acerca do plantio da mandioca, bem como as normas regulamentando a venda de determinados outros produtos alimentares, como uma forma de evitar as crises de abastecimento <sup>(§)</sup> e ao mesmo tempo fortalecer a política voltada para a exportação, que resultava no enriquecimento de pequeno número, como lem

(§) Desde meados do século XVII eram constantes as queixas contra a escassez de mantimentos, nos centros urbanos principalmente.

bra Linhares.

Assim, entendemos também que a comercialização de produtos agrícolas através da feira (embora não seja a feira uma particularidade nossa), teve, no nosso caso, uma origem que se liga aos pontos que acabamos de mencionar. Nesse sentido, a feira será compreendida como um dos espaços que aos poucos foram sendo conquistados pelos camponeses e que desempenha papel importante nas suas estratégias de sobrevivência.

"TEM GENTE QUE COBRA RENDA É DE MEIA OU TERÇA DE TUDO QUE O TRABALHADOR FAZ. EU TAMBÉM TRABALHO EM TERRA ARRENDADA: NO (PRIMEIRO) ANO QUE EU PLANTO NAQUELE PEDAÇO, PAGO COM MILHO E FEIJÃO, UM TANTO POR QUADRO E FICO COM O ALGODÃO. MAS NUM É VANTAGE NÃO PORQUE NO PRIMEIRO ANO O ALGODÃO QUASE NUM DÁ NADA. DEPOIS DO SEGUNDO ANO, EU DOU O ALGODÃO AO DONO E FICO COM O GENO DE CAROÇO, QUER DIZER, O MILHO E O FEIJÃO, E O PASTO EU REPARTO COM ELE TAMBÉM. EU TINHA UMA VACA QUE DAVA LEITE ÀS CRIANÇA, VENDI PORQUE NÃO TINHA O QUE DÁ A ELA!". (parceiro sem terra).

## CAPÍTULO II

### O MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA - CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA SUA ECONOMIA

Este capítulo propõe-se a apresentar uma visão panorâmica do município de Itapipoca-Ce, através de uma descrição, em que serão enfocados aspectos que consideramos importantes para a compreensão da análise da feira. Nesse sentido, a preocupação em descrever aqui as principais características da economia do município, com ênfase nas relações de trabalho, deve-se ao fato de compreendermos a produção e a comercialização como processos interligados. Então, se o nosso objeto de estudo é a feira, precisamos analisá-la também nas suas vinculações com as formas de exploração da terra e com as relações de produção.

#### 1. Localização, Área e População -

Itapipoca pertence à Microregião 58 de Uruburetama, de acordo com a caracterização feita pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (F.I.B.G.E). A referida Microregião é composta de dez municípios, sendo o município estudado, aquele que ocupa maior extensão territorial, ou seja, 3.124 km<sup>2</sup> e, de acordo com o Censo Demográfico de 1970, tinha uma população de 96.323 habitantes. <sup>(1)</sup>

A sede do município de Itapipoca está situada a 132 km de Fortaleza, ligando-se a esta capital por estrada asfaltada. Tomando como referência o litoral fortalezense, o município localiza-se na direção centro-norte do Estado do Ceará.

Aqueles 3.124 km<sup>2</sup> de área estendem-se por três zonas fisiográficas distintas: serra, sertão e praia. Esse dado é significativo para o nosso estudo, à medida em que há particularidades nas relações de trabalho em cada uma das zonas, o que se vincula também à configuração da estrutura fundiária. Além disso, constata-se uma certa diversificação na produção agrícola entre uma e outra zona, conforme atestam esses depoimentos:

"Rapadura vem da serra, mas também vem da praia.

É de Mundaú, é da Lavage, é de todo canto" (feirante de bolo).

(1) Censo Demográfico da F.IBGE, 1970, que faz estimativas de 106.729 habitantes, para 1975.

"Cebola a gente compra dos serrano, só num é este alho melhor. Este a gente compra de fora, vem de Fortaleza <sup>(§)</sup>. Cebola de folha, cheiro verde, também é dos serrano. Na serra é que dá essas coisas". (feirante desses produtos).

"A farinha vem dessas banda da praia: vem do Cruxati, Barrento, Betânia, Pirangi, pr'aqueles lado" (fiscal da feira).

"Os feirantes de frutas, a maioria compra na CEASA de Fortaleza e vende aqui. Fruta e verdura. Tem algumas frutas que vêm da serra" (fiscal da feira).

"O côco é da praia. Uma parte eles vende pr'a feira, outra parte sai nos caminhão, é gente que vende de muito, pr'a fora" (feirante de peixe).

"... esse peixe aqui é do açude ali no Poço Verde, mas a maior parte do peixe aqui é da praia, da Lavage" (feirante de peixe).

## 2. Principais Produtos -

O município de Itapipoca produz: algodão, castanha de caju, farinha de mandioca, feijão, milho, café, cana-de-açúcar, banana e outras frutas, além de explorar a cera de carnaúba e a pecuária.

Para que se possa visualizar melhor essa produção, bem como ter uma idéia do que representa a economia do município dentro do Estado, apresentamos o quadro que se segue:

---

(§) Este "alho melhor" na verdade não é de Fortaleza, embora seja realmente comprado na capital do Estado. Mas trata-se de artigo importado (embalagem da Argentina).

QUADRO I - Produto Agrícola, área colhida, Quantidade produzida, Rendimento médio, Valor.

Produto Agrícola	C E A R A				I T A P I P O C A							
	Área Colhida (ha)	Quant. Produzida (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Valor (mil cruz.)	Área Colhida		Quant. Produzida		Rend. Médio		Valor	
					(ha)	% s/ Ceará	(t)	%	(Kg/ha)	%	(mil cruz.)	%
Alg. Herb.	48.000	10.800	225	77.833	1.675	3,48	490	4,53	292	129,77	2.490	3,19
Cana-Açuc.	72.000	2.520.000	35.000	276.944	930	1,29	22.218	0,88	25.890	68,25	1.999	0,72
Feijão	460.000	82.800	180	454.103	31.100	6,76	3.100	3,74	99	55,00	10.354	2,28
Mamona	47.500	28.500	600	65.272	1.500	3,15	790	2,77	526	87,66	2.370	3,63
Mandioca	146.500	1.465.000	10.000	658.089	23.000	15,60	168.444	11,49	7.323	73,23	66.872	10,16
Milho	500.000	212.500	425	263.643	19.000	3,80	7.000	3,29	368	86,58	8.400	3,18
Alg. Arb.	1.000.000	170.000	170	1.263.491	31.075	3,10	8.415	4,95	270	158,82	50.490	3,99
Banana*	35.400	66.375	1.875	465.508	1.112	3,14	2.000	3,01	1.798	95,89	14.400	3,09
Cafê	9.039	5.025	555	40.407	190	2,10	190	3,78	1.000	180,18	2.787	6,89
Cajú**	72.367	4.494.469	62.106	310.451	8.200	11,33	574.000	12,77	70.000	112,71	28.700	9,24
Côco**	15.250	76.250	5.000	100.277	700	4,59	2.100	2,75	3.000	60,00	3.150	3,14
Manga**	4.773	409.112	85.713	103.165	60	1,25	4.800	1,17	80.000	93,33		

\* - Quant. Produzida - em 1.000 cachos e rendimento médio, cachos/ha

\*\* - Quant. Produzida - em 1.000 frutos e rendimento médio, frutos/ha.

FONTE: Produção Agrícola Municipal - 1976; vol. 3, Tomo 2. IBGE - Rio/1978.

OBS.: - Ressalte-se que o ano de 1976, no Ceará, foi de chuvas irregulares em muitas áreas, inclusive no sertão de Itapipoca.

Comparando os dados do município com os do Estado, em termos de "quantidade produzida", chama-nos a atenção a participação de Itapipoca quanto ao caju (12,77% s/o total do Estado) e à mandioca (11,49%). Destes produtos, apenas a farinha de mandioca passa pela feira, enquanto a castanha de caju é exportada, bem como grande parte da farinha. (Atente-se para os percentuais referentes ao valor obtido: 9,24% e 10,16%, respectivamente). São significativos também os percentuais de "área colhida", em relação aos dois produtos: 11,33% e 15,60%.

Quanto ao "rendimento médio", observe-se que, no caso do algodão herbáceo, o município está acima da média do Estado (129,77%), o mesmo ocorrendo ao algodão arbóreo (158,82%), ao caju (112,71%) e ao café (180,18%), embora este último tenha uma "área colhida" equivalente a apenas 2,10% do total do Estado. Observem-se, ao mesmo tempo, os percentuais concernentes a: mamona, mandioca, milho, banana e manga, todos eles superiores a 70%. O índice mais baixo diz respeito ao feijão, considerado produto alimentar básico, mas que tem restrita circulação na feira, por motivos que analisaremos à frente.

### 3. Estrutura Fundiária

Quanto à estrutura fundiária, a exemplo do que ocorre em quase todo o Estado, o município de Itapipoca caracteriza-se, em linhas gerais, por uma grande concentração de terras nas mãos de reduzido número de proprietários, enquanto são muitos aqueles que a possuem em pequena quantidade ou não têm nenhuma posse. A propósito, o quadro a seguir revela números interessantes.

## QUADRO II - ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Classe de Área (ha)	CEARÁ		ITAPIPOCA		Área Média (ha)	
	Nº Imóveis	Área (ha)	Nº Imóveis	Área (ha)	Ceará	Itapipoca
< 100	131.639	3.314.584,9	1.995	72.024	25	36
100 † 200	13.561	1.873.166,0	437	60.026	138	137
200 † 500	8.006	2.414.709,8	258	77.820	301	301
500 † 1.000	2.183	1.492.232,1	74	49.871	683	673
1.000 † 2.000	872	1.190.710,2	31	41.587	1.365	1.341
2.000 † 5.000	379	1.117.786,9	09	28.245	2.949	3.138
≥ 5.000	77	412.183,2	02	19.560	6.648	9.780

FONTE: CEPA - Estudos Básicos vol. 3 - Tomo I e INCRA - "Relação Alfabética dos Declarantes de Imóveis Rurais".

OBS.: De acordo com este quadro, podemos ver que, em termos de estrutura fundiária, o município praticamente reproduz a média do Estado.

A distribuição dos imóveis com menos de 100ha, no município de Itapipoca, pode ser vista mais detalhadamente em um terceiro quadro.

Classe de Área (ha)	Nº de Imóveis
menos de 1	0
de 1 a menos de 2	24
de 2 a menos de 5	108
de 5 a menos de 10	164
de 10 a menos de 25	526
de 25 a menos de 50	584
de 50 a menos de 100	589
de 100 a menos de 200	437
de 200 a menos de 500	258
de 500 a menos de 1000	74
de 1000 a menos de 2000	31
de 2000 a menos de 5000	09
≥ 5000	02
TOTAL	2.806

Fonte: quadro elaborado a partir da "Relação Alfabética dos Declarantes de Imóveis Rurais" - INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Ano base: 1977

OBS: - Essa composição de "Classe de Área" é a mesma adotada pelo INCRA.

Chamamos a atenção para o quadro apresentado; na verdade ele fornece uma visão panorâmica do número de imóveis rurais existentes no município, classificados de acordo com a área dos mesmos. (2)

Por outro lado, é importante dizer que, de fato, essas estatísticas não elucidam suficientemente (ao contrário, até embotam a realidade) a questão da distribuição das terras entre os diversos proprietários. Em outras palavras, é preciso lembrar que a estrutura fundiária não se traduz apenas pelo número de imóveis e sua classificação por faixa de área. Portanto, é preciso que estejamos atentos ao uso das estatísticas.

Dizer que há no município de Itapipoca 2.806 imóveis rurais, não é o mesmo que afirmar a existência de 2.806 proprietários de terras no mesmo município. Isso porque se atentarmos para a multiplicidade de posses, constataremos que 468 pessoas têm mais de um imóvel.

(2) Imóvel Rural - de acordo com o INCRA, no Estatuto da Terra, imóvel rural está definido como

"o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa particular;

Em termos reais, eis os dados:

280 indivíduos possuem 02 imóveis  
97 indivíduos possuem 03 imóveis  
36 indivíduos possuem 04 imóveis  
24 indivíduos possuem 05 imóveis  
11 indivíduos possuem 06 imóveis  
06 indivíduos possuem 07 imóveis  
03 indivíduos possuem 08 imóveis  
03 indivíduos possuem 09 imóveis  
03 indivíduos possuem 10 imóveis  
02 indivíduos possuem 11 imóveis  
01 indivíduo possui 12 imóveis  
01 indivíduo possui 13 imóveis  
01 indivíduo possui 27 imóveis (aqui há o registro de uma empresa)

O exame cuidadoso desses dados mostra, pois, que os 2.806 imóveis pertencem a 1.890 pessoas. Além disso, a existência da multiplicidade de posses altera significativamente o quadro (III), à medida em que tomarmos como critério classificatório (para a divisão das "classes de área") não só o tamanho do imóvel, mas também a sua relação de posse. A título de ilustração, apresentamos um exemplo de cada caso, para mostrar, numericamente, como um mesmo proprietário que de fato deveria ser enquadrado em uma só classe de área, numa interpretação pouco rigorosa dos dados, corre o risco de aparecer em diversas classes.

A seguir, um quadro (IV) com exemplos de diferentes situações em que aparece a multiplicidade de posses:

QUADRO IV  
Multiplicidade de Posses

Nº de Imóveis que Possui	Respectivas Áreas (ha)	Total de Área (ha)
02	73,16	89
03	1.093, 46, 120	1.259
04	4, 174, 11, 36	225
05	2,80,7,2, 17	108
06	165, 1980, 3.570, 800, 1.200, 66	7.681

(Cont. Quadro IV)

Nº de Imóveis que possui	Respectivas Áreas (ha)	Total de Área (ha)
07	141, 290, 78, 134, 209, 514, 290	1.656
08	174, 350, 30, 20, 370, 530, 65, 230	1.769
09	4, 121, 36, 422, 593, 36, 332, 284, 80	1.908
10	5, 11, 28, 125, 180, 11, 64, 47, 64, 26	561
11	242, 27, 58, 1.057, 171, 28, 405, 849, 91, 858, 28	3.814
12	200, 50, 100, 300, 154, 200, 250, 116, 20, 10, 300, 114	1.814
13	200, 111, 100, 1.487, 77, 570, 85, 114, 336, 85, 1.045, ...	
	8, 572 .....	4.790
27	1.122, 900, 100, 25, 300, 800, 600, 100, 310, 500, 150, 50, 400 ...	
	100, 9.560, 25, 20 .....	20.657

OBS: Neste exemplo, as áreas que aí aparecem foram retiradas aleatoriamente do conjunto.

Diante desses dados, fica claro que o problema da concentração de terras apresenta-se mais grave quando explicitamos a relação tamanho da área versus propriedade, à medida em que essa área pode ser a soma da área de vários imóveis pertencentes a um único proprietário. Na verdade, assim os números refletem mais fielmente a estrutura fundiária.

Portanto, essa "diluição" dos proprietários de imóveis por entre as "classes de área", mascara significativamente a realidade, levando, dentre outras coisas, à criação de sérias distorções no que concerne à sua interpretação. Isso vale também como uma advertência quanto ao uso da estatística: se bem utilizada, enriquece uma análise, no sentido de torná-la mais clara, mas pode também tirar-lhe a veracidade embotando o real.

No mesmo quadro, atente-se para o fato de que muitas vezes esse fracionamento das áreas é resultante de um processo de absorção dos menores pelos maiores. Em vários casos esse processo é lento, isto é, aos poucos os pequenos proprietários vêm-se obrigados a vender suas terras e, ou permanecer como assalariado pelas fazendas, ou sair de vez para os centros urbanos, por vezes fazendo como que uma "escala" na sede municipal. Por outro lado, os parceiros sem terra também vão sendo pressionados de uma forma ou de outra, até que deixam o campo. Associado, portanto, à concentração da terra, está o problema da proletarianização da força de trabalho que, de modo algum, constitui-se numa particularidade da região estudada, mas sim diz respeito ao processo de expansão do capitalismo.

A questão da concentração pode ser ainda ilustrada, mostrando-se um quadro em que se estabelece uma relação entre: as "classes de área", o número de imóveis engloba

do por cada uma e a área total abrangida pela soma dos imóveis, nas diferentes "classes".

### QUADRO V

#### Concentração de Terras

Classe de Área (ha)	Nº de Imóveis	% s/o total Imóveis	Área p/classe de Área (ha)	% s/área Total
- de 100	1.995	71,09	72.024	20,63
100 a - de 200	437	15,57	60.026	17,19
200 a - de 500	258	9,19	77.820	22,28
500 a - de 1.000	74	2,63	49.871	14,28
1.000 a - de 2.000	31	1,10	41.587	11,91
2.000 a - de 5.000	09	0,35	28.245	8,09
≥ 5.000	02	0,07	19.560	5,60
TOTAL	2.806	100,0	349.133	100,00

Fonte: "Relação Alfabética dos Declarantes de Imóveis Rurais - INCRA/77"

De acordo com o que nos mostram os dados deste quadro, portanto, 79,37% da área situam-se nas "classes" acima de 100 hectares. Se relacionarmos este quadro ao Q-III, constataremos ainda que, dos 1.995 imóveis com menos de 100 hectares, 1.173 estão entre 25 e menos de 100 ha, portanto, 822 imóveis estão abaixo de 25 hectares. E aqui convém não esquecer que, para o Brasil, de acordo com os dados oficiais do INCRA, a maior parte da produção agrícola provém de um grande número de pequenas propriedades (93% dos minifundiários têm área inferior a 50 ha).

#### 4. Relação de Trabalho

Optamos por analisar a questão das relações de trabalho, tomando como referência as tres zonas fisiográficas a que já nos referimos: serra, sertão e praia. Isso porque, apesar de não poder ser estabelecido um quadro rigoroso nesses termos, percebe-se, como dissemos, uma correlação entre o tamanho das propriedades e as relações de trabalho, o que, no conjunto, aparece com certa clareza considerando-se aquelas tres zonas. (3) Além disso, por constata

(3) Por razões que fogem totalmente ao nosso controle, não conseguimos dados estatísticos que corroborassem a ideia de que no sertão predominam as grandes propriedades, na serra as médias, enquanto as pequenas se concentram basicamente na zona da praia. Isso é afirmado constantemente pelas pessoas do município, além de encontrar reforços na própria lógica das "opções" econômicas em cada zona. Por exemplo: pecuária extensiva no sertão, associada à cultura algodoeira;

tamos também uma certa "especialização", em termos de predomínio de determinados produtos em cada zona, é-nos mais fácil tratar das relações de trabalho associando-as à exploração das diferentes culturas agrícolas.

#### 4.1. Serra <sup>(4)</sup>

Na exploração agrícola dos sítios <sup>(5)</sup>, podemos identificar diferentes formas: arrendamento; exploração direta pelo proprietário, usando mão-de-obra assalariada temporariamente e ainda, exploração pelo proprietário com a unidade familiar.

O arrendamento, em geral, é pago em dinheiro, mas com o valor estipulado a partir da produção do sítio. Isto é, dependendo dos cálculos feitos acerca da produção (previsão de) o arrendamento é definido. Às vezes se define a partir das vendas periódicas da produção (por exemplo, semanais na feira). Nesse caso, há um acerto prévio entre proprietário e arrendatário.

A propósito, segue-se um depoimento:

"Eu planto abacate, manga e banana. Eu pago a ele (proprietário da terra) 30% do que eu vendo. Se vender 100 abacates, 30 é dele. Eu pago por mês. Quem traz pr'a vender é eu, quem conta as venda é eu também (...) Eu trabalho pr'a ele também; quando é corte de bana, ele paga Cr\$ 30,00 o dia, à

---

pequenas áreas com "roça" (mandioca) no litoral. É lógico que estamos falando em termos de predomínio, daí podermos perfeitamente encontrar no sertão pequenos proprietários, ou áreas extensas na praia.

(4) A serra está denominada em termos de: "serra seca" e "serra fresca", sendo este último, o tipo propício ao cultivo de fruteiras, sobretudo pelas características climáticas e de solo (temperatura, umidade, fertilidade, etc.). Portanto, o predomínio aí é de fruteiras, embora haja produção de outras culturas, como feijão, mas sem nenhum destaque. Consequentemente, a "serra seca" constitui aquela parte que não se presta à exploração das fruteiras, da cana-de-açúcar, do café, etc. Lá encontram-se, por exemplo, culturas como a mamona, menos exigente quanto às condições naturais.

(5) As propriedades na serra denominam-se "sítios". Desse modo, sítio é, por excelência, a unidade onde se cultivam fruteiras, incluindo o café, embora possamos encontrar, na mesma área, culturas de "subsistência", às vezes até ocupando o mesmo espaço físico das fruteiras. Aliás, esse consórcio de culturas se reflete nas relações de trabalho: quando isso ocorre, o trabalhador assume responsabilidade pelo plantio de tudo (feijão, abacate, laranja, etc.), pelos trabalhos culturais, depois tem direitos sobre toda a produção de feijão, mas tem também o dever de "capinar" o terreno, mesmo após a colheita do feijão.

custa <sup>(6)</sup>; quando é outro serviço, ele paga a Cr\$ 25,00 à custa. Porque na banana ele ganha mais dinheiro; nos outro também ganha, mas demo ra mais" (feirante de banana).

Como esclarece esse depoimento, é difícil haver um tipo "puro" de relação de trabalho. Em um mesmo caso, o indivíduo é arrendatário e, temporariamente, assalariado, isto é, recebe sob a forma de diárias. Por sua vez, o proprietário, ao explorar suas terras, o faz, concomitantemente, através de arrendamento e, sob sua responsabilidade direta, usando o trabalho assalariado. Quando explora com mão-de-obra assalariada (e, em geral trata-se de assalariamento temporário), o proprietário é quase sempre absenteísta (reside muitas vezes na sede municipal, onde pode ter outra atividade), deslocando-se para a unidade produtora com bastante frequência. <sup>(7)</sup> No caso do arrendamento, o arrendatário é de fato o principal res ponsá vel pela sua unidade produtora, o que lhe confere uma certa autonomia, se comparado por exemplo, ao parceiro.

"... A propriedade é minha, mas a terra é de outro home..." Ao que um ou tro completa: "Ele diz assim porque a propriedade das coisa é dele, quem tra ba ia é ele mesmo, mas a terra é arrendada". (produtores da serra).

A exploração direta pelo proprietário com a unidade familiar, ocorre princi pal mente no caso de pequenos sitiantes, que têm a propriedade como garantia de sobrevivência, o que não impede a venda de parte da sua produção, nos períodos de safra.

O assalariamento, bem como a mão-de-obra familiar, aparecem também na exploração da cana-de-açúcar. Ali, além das atividades agrícolas propriamente ditas, há a ativi

---

(6) A expressão "à custa", significa que a refeição é custeada pelo próprio trabalhador, mesmo que esteja trabalhando para o dono da terra. (explicação dada pelo próprio informante).

(7) A serra situa-se numa distância aproximada de 20 km da sede municipal, portanto, mesmo con siderando a precariedade das estradas, este percurso é feito com certa facilidade, a cavalo e até mesmo a pé.

dade de transformação da matéria prima em rapadura e cachaça (8).

O consumo dessa produção é feito em grande parte pelas próprias populações da serra e adjacências, comercializada através da "bodega" (9), ou escoada para a feira aos sábados, sobretudo no caso da rapadura.

É importante dizer que essas relações de trabalho guardam vinculações com a natureza das atividades agrícolas, sem esquecermos também que é sazonal a produção de frutas. (10) Desse modo, à época do corte da banana ou da cana, por exemplo, aumenta o número de assalariados, para sofrer baixa em outras fases do calendário agrícola, como no plantio, em que a mão-de-obra familiar é usada mais intensamente, principalmente no tocante aos arrendatários.

No que concerne à comercialização da produção, todos os produtos referidos aqui entram no circuito comercial da feira, o que não significa dizer que seja essa a única via de escoamento. Na verdade, além de outras vias, há informações de que parte da produção de bananas sai para o vizinho município de Itapagé, cujo acesso é mais fácil. Quanto aos produtos que chegam à feira, em geral são trazidos à praça de mercado:

---

(8) Nesse caso, há pequenos engenhos e alambiques, onde se processa o fabrico da rapadura e da cachaça. Nesse momento, isto é, na fabricação, também há as duas modalidades de uso da mão-de-obra (assalariamento e a unidade familiar). A respeito do volume da produção, os dados do IBGE 1970, revelam: de 226 informante, 13.854 toneladas de cana - 55 mil litros de cachaça e 1.152 toneladas de rapadura.

(9) No interior do Ceará em geral, é muito comum, nas bodegas, a troca de produtos (agrícolas por outros) principalmente em pequenas quantidades. Ex: alguém leva 1 kg de algodão para trocar por sabão ou fumo.

(10) Na serra, as frutas mais encontradas são: banana, manga, jaca, abacate, tangerina, ata, laranja "da terra" (tipo este bastante ácido que, em geral é aproveitado apenas para refrescos, daí a penetração naquela praça de laranjas oriundos da CEASA, em Fortaleza, que por sua vez já recebe de outras regiões do Estado, como Serra de Baturité). Dentre as frutas mencionadas, pode-se dar destaque especial, em termos de quantidade, à banana (ver Quadro I).

Além disso, na serra também se cultiva a cana-de-açúcar e o café, cuja produção não tem grande peso na economia municipal como um todo, conforme mostram os dados oficiais no Quadro I. Se compararmos com o caso da banana, por exemplo, esta ocupa metade da área e o rendimento, em Cr\$, foi o dobro, naquele ano de 1976.

- a) por intermediários que vão comprar "na porta" (11), revendendo no varejo em seguida e  
 b) pelos produtores diretos (pequenos proprietários ou arrendatários).

"Muitos desses aí é gente que compra de outros pr'a vender aqui. Sai com prando pelos sítios". (feirante de frutas)

Os produtos são transportados quase sempre em animais de carga, predominantemente os jumentos.

"Muitos deles já comprou de outros. Traz em carro ou em animal". (feirante de bolo).

"Faz 26 anos que trabalho nisso (feira).

Sou filho natural de Itapipoca. Tenho um sitiozim lá na serra, mas a gente tem fazer de tudo, porque quem tem família grande num dá pr'a viver só da quilo não. Eu também faço rapadura e trago pr'a cá, boto ali um rapaz pr'a vender; aqui fica eu e a mulher. De lá, eu trago tudo enquanto, depende da época. Eu vendo sempre mais barato porque é da lavra, se a gente for comprar tudo pr'a vender, sai muito caro". (feirante de frutas e verduras).

"Eu moro daqui a 3 léguas (18 km). Lá trabalho em terreno arrendado. Trago banana pr'a vender; eu tem um jumento, vem sempre a pé. Saio de lá de madrugada, com lamparina, vem devagar porque os camim é ruim e a gente vem tangendo animal..." (feirante de banana).

"Este aí é rico como todo. Ele mesmo vende aqui na feira; traz em carga de animal. O sítio dele lá dá pr'a tirar 300 milheiro de banana por semana. É rico, mas o povo aqui é assim mesmo, num liga não veve de tudo. mas muitos desses aí é gente que já compra dos que tem. (feirante de bananas).

(11) A expressão "comprar na porta" é bastante utilizada, inclusive em outras regiões, e refere-se a compra do produto no estabelecimento onde é cultivado. No caso em estudo, em geral os intermediários recolhem a mercadoria comprada, em carros que fazem a chamada "linha de feira", percorrendo quase sempre os mesmos trechos. Na serra, como já dissemos, é muito frequente o uso de animais como meio de transporte (de gente e de mercadorias), dada a precariedade das estradas, sobretudo no período de inverno. É óbvio que está relacionado também com o poder aquisitivo das populações. Para se ter uma ideia mais precisa a respeito, até os primeiros anos da década de 70, o único transporte existente nessa zona era um jeep, do padre, que morava no distrito "mais importante" da serra, localizado na sua parte mais alta. Era comum, naquela época, o transporte de enfermos ou mortos, numa rede carregada por muitos homens, até a sede do município.

#### 4.2. Sertão

A parceria, enquanto relação de trabalho, predomina na zona sertaneja, especialmente as modalidades de "meia", "terça" <sup>(12)</sup> e, com certa frequência, "quatro, uma" mesmo considerando as transformações que vêm ocorrendo nas relações de produção, no Nordeste em geral, ao longo do tempo.

"No sertão é quase tudo gente sem terra, que paga renda. Às vezes, o feijão eles pagam renda de 1 alqueiro <sup>(13)</sup> por cada terça que planta. A renda é pelo que plantar; se plantar 20 lito, tem 4 alqueiro, 1 é do patrão (...) Algodão é 20% por arroba. Tem lugar que a sujeição é de 3 dia por semana, até 4 dia. O seu Z.B. paga um trabalhador a Cr\$ 10,00 o dia, sem almoço. Ele mora em Sobral, é advogado. Às vezes leva os moradores pra outras fazendas de lá pra trabalhar lá". (agricultor sem terra).

"Tem gente que cobra renda é de meia ou terça de tudo que o trabalhador faz. Eu também trabalho em terra arrendada: no primeiro ano que eu planto naquele pedaço, pago com milho e feijão, um tanto por quadro (100 m<sup>2</sup>) e fico com o algodão. Mas num é vantagem não porque no primeiro ano o algodão quase num dá nada. Depois do segundo ano, eu dou o algodão ao dono e fico com o genótipo de caroço, quer dizer, o milho e o feijão, e o pasto eu reparto com ele também. Eu tinha uma vaca que dava leite às crianças, vendi porque num tinha o que dá a ela". (agricultor sem terra, no sertão, residente na sede de um distrito).

"... eu também planto. É assim: recebi o terreno arado e cercado, pra plantar milho, feijão, algodão e mandioca. Eu trato do algodão enquanto trabalhar na terra, mas quem ganha é ele. Eu só faço plantar e capinar. Assim é melhor; conheço uns, como o Dr. J., que dá a terra pra os moradores brocar

(12) Terça - nesse caso, é a relação em que, de cada 3 unidades produzidas, 1 fica para o dono da terra. "Quatro, uma", significa que, de cada 4 produzidas, 1 é do dono da terra. Isso varia com o tipo de cultura agrícola, com a sua importância em determinado momento no mercado, com o tipo de solo, com a propriedade, etc.

Terça - é também medida de volume, muito usada pelos camponeses. Uma terça corresponde a 5 litros.

(13) Alqueiro - corruptela de alqueire, medida de volume correspondente a 160 litros. No Ceará, há regiões em que o alqueire são 200 litros.

e fazer tudo e eles têm obrigação de trabalhar 3 dia na semana pr'a ele, com 5 légua de distância, vender o que faz a ele e pagar meia do algodão. Eu tra to o algodão pr'a ele e o resto é meu." (feirante de farinha, agricultor nas proximidades da sede municipal onde reside).

"Planto na terra dos outros. Pago 1 alqueiro de milho por cada 5 lito que planto. Planto também mandioca; algodão, não, porque aqui é terra de arisco<sup>(14)</sup>, boa pr'a roça. Quando faço farinha, pago meia quarta<sup>(15)</sup> ao dono do aviamento, por alqueiro. É manual, num tem motor. Quem é morador tem obrigação de trabalhar pr'o dono da terra e vender a produção a ele (...). Só planto de 10 lito abaixo; num peço dinheiro emprestado não porque quem planta pouco assim, se pedir, é pr'a enganar o rico, porque num dá pr'a pagar não". (parceiro sem terra).

"No terreno do seu J.T. aí no Carrapato, até no ano passado (1978), um dia de serviço, nos dia de sujeição co morador<sup>(16)</sup>, era Cr\$ 6,00. O que é que um pai de familia compra hoje com 6 conto? Lá onde eu moro, daqui a meia légua, um dia de serviço dum home hoje é 30 conto, com almoço e merenda de manhã. Este home, J.T., já matou um home lá, no ano passado, só por que tava pescando no açude da fazenda. Mandou matar. Atirou só pelo cigarro. Era de noite, ele tava fumando em riba duma peda na beira d'agua, o outro atirou pela tochinha de fogo. Espingarda de cartuxo... pegou na espinha dele... onde entrou, o buraco foi pequeno, mas onde saiu, foi o estrago mais fei do mundo, viche maria ... (feirante de farinha).

(14) Arisco é a denominação dada a um solo arenoso, de cor branca, que se presta bem ao cultivo de culturas como mandioca e caju. Em Itapipoca, a zona intermediária entre o sertão e o litoral, recebe o nome de "caatinga" e é nessa região onde se produz mais intensamente essas culturas, embora se cultivem também outras (feijão, milho, etc).

(15) Quarta - é outra medida de volume. Uma quarta são 40 litros.

(16) Apesar de já bastante difundida essa relação, achamos por bem resumir aqui uma definição. Trata-se de uma forma de exploração da força de trabalho do morador pelo proprietário e faz parte do conjunto mais amplo, onde se configura a relação de exploração do processo produtivo, cujos elementos principais são, de um lado os donos dos meios de produção e do outro os donos da força de trabalho. No passado, a sujeição consistiu na obrigatoriedade da prestação de serviços, pelo morador, gratuitamente, ao dono da terra. Esse tipo de exploração justificava-se, sobretudo de acordo com o discurso do proprietário, como uma espécie de

Já falamos anteriormente que não há uma pureza nas relações de trabalho. De fato, na dinâmica de todo o processo produtivo, assumem às vezes características bem específicas, mas complexas, explicáveis, dentro de uma lógica bastante racional (se podemos dizer assim), em que se percebe o poder de se criarem mecanismos novos, de "arrumar" de outro modo, relações já existentes. E tudo isso ocorre em função não apenas das necessidades internas dessa economia agrária, mas sobretudo porque, como dissemos na Introdução deste trabalho, ela se reproduz reproduzindo também um sistema mais amplo, cujas leis gerais são determinantes na nossa sociedade. Dizendo de outro modo, é dentro da dinâmica de reprodução desse sistema que se reproduz também o "setor" agrário da economia.

Em seguida, colocamos alguns depoimentos mostrando um pouco da complexidade das relações de trabalho, quer referente às articulações entre os próprios parceiros (por exemplo, produzir farinha em parceria), quer nas relações entre proprietários e produtores.

"... eu planto mandioca, mas, pr'a fazer, eu dou de metade porque se eu for fazer tem que pagar: CR\$ 60,00 a diária do torrador, CR\$ 60,00 do preneiro e do cevador; 2 arrancador a CR\$ 50,00 o dia de cada um, CR\$ 50,00 pr'a tiradeira de goma; 4 rapadeira a CR\$ 25,00 e depois inda tem que dar uma quarta, por alqueiro, ao patrão. O que é que fica? Aí pego logo e dou de metade, outro faz e me dá minha parte". (parceiro sem terra, feirante de farinha).

Nesse caso, todas as despesas com a farinha ocorrem <sup>por</sup> conta do produtor. O dono do aviamento entra com as instalações físicas da "casa de farinha", o combustível do motor e, se for o mesmo dono da terra, entra também com os animais para o transporte da mandioca, a terra nua e a lenha. "Mas a lenha ele dá no mato pr'a gente tirar".

---

pagamento ou "aluguel" da casa ocupada pelo morador. À medida em que outras modificações foram se processando nas relações sociais de produção no campo, a "sujeição" também sofreu alterações: passou a ser pago aquele serviço obrigatório em determinados dias da semana, obedecendo sobretudo às conveniências do patrão, embora o pagamento não correspondesse ao preço da diária dos não-moradores que prestassem os mesmos serviços à propriedade. Atualmente, há regiões, inclusive encontramos muitos casos nesse estudo, em que permanece a obrigatoriedade do serviço, no entanto, os dias de "sujeição" são remunerados pelo mesmo valor dos outros trabalhadores.

"A renda da farinha é de 20 litros por cada alqueire, pr'o dono do aviamento. Do milho, pago 1 alqueire por hectara. Só do milho, algodão num planto porque o dono bota o gado dentro". (parceiro sem terra, não morador. Atente-se para o fato de que quase sempre é obrigado o plantio do algodão).

No discurso do parceiro estão claros os limites de suas possibilidades de produzir. Quer dizer, evidencia-se aí a falta de recursos, bem como o domínio que existe sobre o processo produtivo, por parte de quem detém os meios de produção.

"Quando a casa de farinha é a motor, quem ceva é home porque precisa botar muita. Agora, quando é puxado a braço, é mulher quem ceva, e aí a gente paga o preço duma rapadeira, que é CR\$ 30,00. A tiradeira de goma também é do mesmo preço, é das mesma que tão raspando. Agora, a diária dum home é mais, é CR\$ 50,00 a CR\$ 60,000". (pequeno proprietário, zona da praia).

Observe-se aí a exploração do trabalho feminino: mesmo desempenhando a mesma tarefa, a mulher recebe menos.

"Se a casa de farinha num for de quem faz a farinha, ele paga ao dono do aviamento uma quarta por alqueire, se for a motor; se for manual, paga meia quarta". (produtor de farinha, na praia).

Concomitantemente à existência da parceria, no sertão também existe o regime de assalariamento temporário, para determinadas atividades (corte da carnaúba, exploração do algodão em algumas propriedades, são exemplos desse fato)<sup>(17)</sup> Não descaremos a detalhes a respeito desse assalariamento, apenas lembramos que a relação não implica em nenhum vínculo empregatício e que o pagamento é feito sob a forma de diárias.

Além das categorias de parceiro e assalariado temporário, sobrevive ainda a figura do morador (que consideramos um tipo especial de parceiro), muito embora com tendência ao desaparecimento no futuro, por uma série de razões que não nos propomos analisar aqui.

(17) Ressalte-se, a propósito, que muitos desses trabalhadores têm se deslocado, temporariamente, para os centros urbanos, por exemplo para a capital do Estado, onde permanecem por determinado período do ano, sobretudo na construção civil, retornando ao interior por ocasião do início das chuvas. Isso é, inclusive, um dado a ser considerado por quem estuda os movimentos migratórios.

Com o morador, conforme mostram depoimentos já citados neste trabalho, existe também a relação denominada "sujeição".

Retomando um pouco a vinculação entre a exploração das culturas agrícolas e a relação de trabalho, vimos que o algodão em geral é explorado sob o sistema de "meia", enquanto no caso do milho e do feijão, a renda <sup>(18)</sup> é cobrada em percentuais menores. <sup>(19)</sup> Essas culturas, via de regra, são plantadas sob a forma de consórcio, ocupando, portanto, o mesmo espaço físico. O algodão no primeiro ano de vida não produz a sua melhor "carga", o que ocorre somente a partir do segundo ano, enquanto o milho e o feijão têm a sua produção colhida ao final de 3 ou 4 meses, sendo que no caso do milho, procede-se a uma colheita única, o que não ocorre ao feijão, que às vezes sofre mais de uma "apanha", à medida em que amadurecem as vagens. <sup>(20)</sup>

Nessa região, podemos dizer com segurança que a mecanização da agricultura é ainda irrelevante no cômputo geral da tecnologia, portanto, não predominam as empresas rurais e sim, as fazendas, onde, como afirmamos anteriormente, desenvolvem-se de forma conjunta, a agricultura e a pecuária extensiva. <sup>(21)</sup> E aí ocorre um fato já bastante conhecido,

<sup>(18)</sup> Renda neste caso e o percentual da produção cobrado pelo uso da terra, o que não pode ser confundido com arrendamento. Tanto o próprio parceiro, quanto o proprietário da terra, utilizam o termo "rendeiro" quando se referem ao parceiro. Isso ocorre não só naquela região como em várias outras do Ceará. A nosso ver, o não-esclarecimento a esse respeito tem levado a que, pessoas que coletam dados, inclusive para fontes oficiais, interpretem rendeiro como arrendatário, o que certamente influi nos resultados finais da pesquisa, levando a afirmação de que em algumas regiões do Nordeste tem aumentado consideravelmente o número de arrendatários, o que nem sempre é verdade.

<sup>(19)</sup> A respeito das relações sociais de produção na cultura algodoeira, endereçamos o leitor ao trabalho de César Barreira, cujos dados foram coletados numa região cearense onde as condições de exploração, no fundamental, não diferem da que estudamos.

<sup>(20)</sup> feijão, quando cultivado pelos camponeses (portanto) quando se destina à "subsistência" à medida em que amadurecem as vagens, logo se faz a primeira "apanha", seguida de várias outras. Quando se trata de um plantio maior -- em que o proprietário não necessita imediatamente para a própria alimentação ou para venda em função do suprimento de necessidades urgentes -- em geral faz-se uma primeira "apanha" quando praticamente toda a "carga" já está madura e, posteriormente, pode ocorrer uma "cata", isto é, aproveitamento do restante das vagens, verdes por ocasião da primeira colheita. No caso do milho, embora trate-se de uma colheita única, envolve duas fases: aquela em que o homem "vira" a metade superior do pé de milho a fim de que não entre água na espiga e faça apodrecerem os grãos e, uma segunda fase, em que ele volta para "quebrar", isto é, tirar do pé, quando o produto já está seco, pronto para ser "batido". Todas essas atividades são executadas sem o uso de máquinas.

<sup>(21)</sup> Os dados do IBGE, 1970, revelam o predomínio da força de trabalho humana: de um total de 4.251 estabelecimentos, 3.805 empregavam basicamente força humana; em 233, força animal; em 137 força mecânica e, em 76, força animal e mecânica. No total de estabelecimen

qual seja o que se refere ao aproveitamento de restos culturais como pastagem para o gado. A título de ilustração, acrescentaríamos o que nos informou certa vez um delegado de polícia local: no município, muitos dos conflitos registrados na delegacia, se ligam a questões de terra (seja conflito entre proprietários, seja entre proprietário e não proprietário, por invasões de roçados pelo gado). Vale ressaltar que aos parceiros não é permitido criar animais, apesar de produzirem pastagem nos seus roçados. A proibição se dá basicamente para evitar a diminuição de pastagem destinada ao rebanho do proprietário, pois se (todos) os parceiros possuísem animais, após a colheita, seus roçados não serviriam ao rebanho do "patrão". Além disso, essa proibição encontra outra justificativa no discurso do proprietário: no período em que o roçado do parceiro estiver ocupado com as culturas agrícolas, ele não terá onde deixar seus animais, sob pena de ocuparem a mesma área do rebanho do dono da terra, em detrimento, portanto, de suas reservas.

Todos esses detalhes, nos fazem ver, sempre com mais clareza, que a questão da concentração não pode ser resumida à simples posse da terra. Quer dizer, além da posse da terra, que é básica no processo produtivo, o proprietário tem encontrado muitas outras formas de se apropriar do produto dos camponeses.

Por outro lado, em alguns casos o parceiro consegue burlar essas normas de proibição, armando-se de certas estratégias. Um exemplo disso nos mostra um feirante de feijão, que até há 2 anos, era parceiro, trabalhando numa propriedade do sertão, cujo administrador era parente do proprietário e residia na sede municipal.

"... a terra foi vendida a um home de Sobral e o home disse logo que com os morador num bulia não, mas num deixava criar porque ele ia assituar, como de fato assituou. (22) E nós, esses 11 morador, tudo criava. O E.M. com os ôi desse tamanho em cima, mas a gente ia escapulindo por ali e criava os bichim. Eu tinha 11 vaca e, no ano da venda da terra, elas deram 8 bezerro. As ovelha; os animais, eu vendi tudo e uma parte do gado. Deixei umas

---

tos, o número de tratores utilizados era de apenas 2 (dois); 29 arados de tração animal; 2 de tração mecânica, 235 colhedeiros; 211 veículos de tração animal, 9 caminhões e 20 caminhonetes em todo o município. Por outro lado, nos últimos 10 anos, tem aumentado o número de máquinas utilizadas na agricultura.

(22) Assituar - corruptela de situar, que significa criar formas de fixação, por exemplo construindo benfeitorias, implantando a pecuária.

reishna, que tirei aqui pr'o lado da praia, pr'um home tomar de conta".

Esse depoimento mostra, de um lado os artifícios criados pelos parceiros, fazendo "vistas grossas" às normas, atentando-se também para o fato da terra não estar diretamente gerenciada pelo seu dono. Mas mostra também, por outro lado, a fragilidade daqueles artifícios. De fato, nesse caso, os limites do não-cumprimento estão muito próximos e desa parecem face ao surgimento de um controle mais rígido. Além disso, o depoimento é um tes temunho do processo de expulsão por que passam os camponeses hoje. Convém lembrar que, antes de ser parceiro, aquele homem foi pequeno proprietário: "eu tinha uma terrinha no dis trito de Miraima, vendi e fui trabalhar na terra dos M.". E mais, as pressões muitas vezes são feitas com certo disfarce: "... disse logo que com os morador num bulia, mas num deixa va criar (...) de fato assituou". Quer dizer, ao mesmo tempo em que o novo dono aparece como aquele que não vai desalojar os moradores, tira-lhes algo que está sendo fundamental, talvez algo que até lhes descaracterizasse um pouco da condição de parceiro. E, para não aparecer como o "mau patrão", imediatamente ocupa de forma efetiva a propriedade. Resu mindo: por pressão, os moradores se retiram para ter noutro lugar, uma condição tão miserá vel quanto a dos demais que não possuem os meios de produção. Ao mesmo tempo, há que se considerar que também essa farsa do proprietário (não querendo aparecer como "mau patrão"), tem a sua fragilidade, no sentido de não se esconder por muito tempo, mesmo que, para os menos esclarecidos, o patrão, de fato, haja "precisado" da terra.

Voltando à nossa descrição, os cuidados com o gado estão sob a responsabi lidade do "campeiro", que substitui o vaqueiro de antes e que possuía participação na produ ção da fazenda -- portanto, se configurava como um tipo especial de parceria, em que o va queiro tinha direito à "sorte" (por cada 4 bezerros nascidos, por exemplo, 1 ficava para ele). Além disso, o vaqueiro ocupava, vamos dizer, uma posição de certo privilégio dentro da uni dade produtora, se comparado aos parceiros da agricultura. Mas ao mesmo tempo, analis do-se cuidadosamente a situação, esse privilégio desaparece, (isto é, não existe) para dar lugar a uma exploração maior da sua força de trabalho. (23)

(23) Em geral, o vaqueiro e, até certo ponto o campeiro, é uma pessoa "de confiança" do dono da terra, por isso tem mais "estabilidade" que os demais trabalhadores, apesar de ser verbal também o seu contrato de trabalho. Nesse sentido, acontece de residir por muitos anos na mesma fazenda. Seu trabalho exige uma dedicação exclusiva e é encarado com um grau de responsabilidade maior que o dos trabalhadores agrícolas, principalmente a medida em que a pecuária se torna uma opção econômica mais rentável. Ele precisa ter uma certa

Hoje, como parte das transformações que vêm ocorrendo nas relações de trabalho, nas atividades agropecuárias, o vaqueiro passa a se caracterizar como assalariado permanente.

Quanto à comercialização da produção agrícola, é feita basicamente por intermediários, quer sejam eles proprietários de terras, ou não.

Em geral, o proprietário recebe do parceiro o percentual que lhe cabe como "renda" e compra-lhe a outra parte, quase sempre por um preço mais baixo do que o vigente no mercado local.

A obrigação de vender ao "patrão" faz parte das relações de parceria. Em muitos casos, essa venda é feita para saldar uma dívida contraída por ocasião do inverno, quando o parceiro necessitava de sementes, gêneros alimentícios ou mesmo ferramentas para o trabalho. Nesse caso, no sertão a venda mais expressiva é de algodão, um dos principais dos chamados "produtos de mercado", já que o feijão e o milho constituem produtos alimentícios e, no caso do milho, ocupa uma área menor, como mostra o Quadro I. <sup>(24)</sup> Mesmo assim, ocorre também a venda de milho e feijão, embora em quantidades menores.

O proprietário por sua vez, vai armazenando esses produtos, para vendê-los em seguida para outros centros, como por exemplo Fortaleza, o mesmo ocorrendo à castanha de cajú, <sup>(§)</sup> cera de carnaúba e farinha.

"especialização", no sentido de certa familiaridade e manejo com a "arte de cuidar do gado". Nos períodos de seca ou estiagem, quando a pastagem e a água se tornam escassas e o gado fica exposto a maiores riscos (por exemplo, cair em barrancos porque está magro e busca a todo custo os alimentos), aumentam ainda mais os encargos do campeiro, que deve manter-se vigilante para que não ocorram acidentes. Em decorrência da ampliação das tarefas, não necessariamente seu salário se altera. Nos períodos de inverno regular, se lhe sobra algum tempo, ou se a mulher e os filhos têm condições, quase sempre têm permissão de cultivar um "quintalzinho". Isto é, podem plantar feijão e milho numa pequena área, em geral próxima à casa de morada (daí a denominação de quintal), sem pagamento de "renda". Portanto, garante-se assim a reprodução da força de trabalho dele próprio e da unidade familiar, mesmo com um salário "pouco compensador".

(24) Não estamos estabelecendo nenhuma separação entre os "produtos para venda" e os "produtos para consumo"; isso não existe no caso do milho e do feijão. A sua finalidade básica é consumo, mesmo assim o produtor vende muitas vezes uma parte, não porque haja plantado com esse objetivo, nem porque se constitua excedente, mas porque necessita de outros bens que ele mesmo não produz, ou porque precisa se curar de uma doença, etc.

(§) O cajú é considerado cultura permanente, portanto, não é cultivado sob o regime de parceria, o que pode acontecer somente nas fases de plantio e "capina" (dando margem ao processo de apropriação do sobretrabalho).

Queremos mostrar que as relações de trabalho caracterizadas na parceria são relações de base essencialmente econômica, embora entremeadas de outras relações que, aparentemente, mascaram a sua natureza eminentemente econômica e de exploração. Desenvolvem-se, portanto, aí mecanismos que consideramos estratégias econômicas e que têm importância no processo de reprodução do sistema como um todo, à medida em que se configuram como especificidades e "arranjos" dessa reprodução na nossa sociedade.

Por exemplo: as relações entre o proprietário e o parceiro são quase sempre relações pessoais, em que os dois se conhecem inclusive em termos de procedência, de origens, às vezes até podemos dizer, conhecem a "história de vida" um do outro. Isso possibilita, no conjunto, a criação de certos "disfarces" da exploração econômica. Ao mesmo tempo, a exemplo do que acontece em quase todo o Nordeste agrário, os contratos de trabalho são verbais, o que, em princípio, não interfere no seu cumprimento, embora favoreça o não-cumprimento do que determina o Estatuto do Trabalhador Rural. Na região estudada -- apesar da presença de Programas Oficiais, destinados aos chamados "produtores de baixa renda", por exemplo extensão rural através da EMATERCE, e da existência de uma agência do Banco do Brasil com financiamento à produção agrícola -- constata-se que muitas vezes o parceiro recorre ao proprietário, em termos de crédito, a fim de suprir suas necessidades mais urgentes, que dizem respeito diretamente à reposição da força de trabalho e reprodução da estrutura de produção. O fato de funcionar como fonte de crédito, garante ao proprietário a compra dos produtos do parceiro, que, mesmo encontrando melhores preços no mercado, fica obrigado a vender a sua produção a quem lhe forneceu a terra para trabalhar e o crédito para sanar suas necessidades "no momento de aperto", sob pena de não ser mais aceito como parceiro, o que poderá implicar, dentre outras coisas, na perda do trabalho incorporado àquela área cultivada e, no ano seguinte, ter que sair em busca de outro "patrão".<sup>(25)</sup>

"... hoje, eu podia vender meu feijão na feira ou noutra ponto, mas vou vender ao S.F., por menos, porque na precisão é ele quem me acode, tanto faz eu

(25) Atente-se ainda para o fato de que há bastante eficiência quanto à veiculação das notícias no meio rural, "de boca em boca" como se diz, de tal modo que, é comum o proprietário de terras ter informações a respeito dos trabalhadores que lhe solicitam terra pra plantar. Então, o conceito de "mau parceiro" (aquele que não segue direitinho as exigências do patrão, que recorre ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais em busca dos seus direitos, etc.), influi bastante para que consiga, ou não, novamente terra para trabalhar. Do mesmo modo, as informações a respeito de quem é "mau patrão" ou "bom patrão" (que cobra renda mais baixa, que não exige lhe seja vendida a produção, etc.) se divulgam facilmente.

ter dinheiro como num ter. E assim, se eu num reconhecer agora, quando for no inverno que eu tiver outra precisão, num tem pr'a donde correr. Então o causo é esse, é por causa desse nosso sistema aqui que a gente num é livre pr'a vender onde quiser". (parceiro).

"O dono me empresta dinheiro no começo do ano e eu pago com a safra. O juro é de 8% por mes. Acho ruim porque a gente é obrigado a vender tudo a ele. Se vender fora, ele sabendo, reclama. Eu planta na terra é assim: planto milho, feijão, algodão e roça. Dou um alqueire de milho por cada 100 passo. Milho e feijão. Do algodão eu dou a metade; os cajueiro, não; aí ele é bom, é todo meu e, a roça, é como eu já disse: a gente dá um quarto da farinha que faz. É muito pouco os que deixa ficar com o cajú" (parceiro).

"Num gosto de pedir dinheiro emprestado ao dono da terra porque no fim da safra eles cobram o juro e ainda o trabalhador vende o que faz a ele e, mais barato 2% do que ele compra dos outro. Se for geno (gêneros), ele compra com abatimento de 5%, dizendo que é o juro (...) se for semente que a gente tirou no começo do inverno, pr'a ele receber na safra, a gente tem que pagar 5% mais do que tirou porque ele diz que é o juro" (parceiro).

"Eu pago a renda a ele é de tres quarta por hectara. Milho e feijão. O resto eu vendo a quem eu quiser. Eu num peço dinheiro emprestado a ele porque a gente num fica sujeito ao patrão. Assim, se a gente pedir dinheiro, fica com aquela sujeição pr'a pagar" (parceiro sem terra, que não é morador).

Configura-se assim, claramente, uma relação de exploração (em termos de renda produto e renda trabalho, considerando-se o processo como um todo).

O crédito funciona, portanto, também como um instrumento de controle, utilizado pelo proprietário, sobre a comercialização da produção do parceiro. Associando-se, pois, a não-posse da terra (ou a posse em quantidade insuficiente) à necessidade de crédito, nos moldes em que se processa o financiamento ou o fornecimento de gêneros e instrumentos de trabalho, o parceiro fica preso ao proprietário por uma relação efetivamente econômica permeada, no entanto, por componentes de outra natureza (ideológica, cultural), que funcionam na tentativa de embotar o econômico, ao mesmo tempo em que reforçam aquela relação econômica. De fato, essas relações estão impregnadas da ideologia da classe dominante, segundo a qual o empréstimo

por parte do proprietário ao parceiro, é traduzido, no discurso ideológico, como um favor, ou um ato de generosidade do primeiro para com o segundo. <sup>(26)</sup> Nunca se deixa explicitar, é óbvio, o caráter da expropriação que, no entanto, se expressa através da parceria, onde a "meia" e a "terça" podem ser vistas como trabalho apropriado.

Procura-se, portanto, através de mecanismos diversos, embotar a natureza das relações de trabalho. No caso da comercialização, o fato do parceiro ter que vender ao proprietário, é traduzido como se aquela dívida, que de fato existe no plano das relações econômicas, fosse essencialmente uma dívida de gratidão, de reconhecimento. Por motivos diversos, que não discutiremos aqui, em geral o parceiro não tem acesso ao crédito oficial. Entretanto, mesmo quando esse acesso se torna possível, tem ainda sido explorado (lembrando que encontra também muitas dificuldades, desde o deslocamento da unidade produtora até à agência bancária, aos entraves burocráticos e bloqueios de linguagem e procedimentos no próprio processo de comunicação com o Banco). Dizemos que é explorado porque, se por um lado o Banco empresta o dinheiro, por outro lado, nem sempre existe, ou nem sempre é viável, a garantia de compra da produção do parceiro por um Programa também oficial. Desse modo, recebe o dinheiro do Banco e "se livra" do proprietário nesse momento. No entanto, como nem sempre a agência creditícia tem planos onde inclui a compra da produção e como o parceiro dificilmente está "integrado" na política de preços mínimos (frequentemente até a desconhece), na hora de comercializar os produtos para saldar a dívida bancária, depara-se novamente com a exploração: preços baixos, tentativas de "trapagadas" no peso do produto, etc., artifícios estes, inerentes à intermediação. Nesse caso, permanece acorrentado, já que a questão da comercialização se liga diretamente à estruturação agrária como um todo e à natureza do sistema onde se insere, isto é, do sistema do qual faz parte, o sistema capitalista.

Sem querer nos estender muito sobre isso, gostaríamos apenas de lembrar que, nessa teia de relações onde se configura a parceria, a exemplo do que ocorre ao crédito, outros elementos ou organismos oficiais (órgãos previdenciários, hospitais, postos de saúde, escolas, sindicatos, etc.) são usados pela classe dominante em detrimento dos próprios camponeses, que constituem a maioria da população rural. Como exemplo, citamos o FUNRURAL, órgão previdenciário,

(26) No discurso do proprietário, é comum aparecer a referência a esse não-reconhecimento por parte do parceiro: "... é um povo sem reconhecimento, a gente faz o que pode, eles não enxergam"; "... lutar com essa gente, é fogo, por mais que se faça, eles não tem conhecimento, parece que têm assim aquela má vontade com a gente".

criado pelo Estado, para os trabalhadores<sup>(27)</sup>, que em princípio possibilitaria a libertação do parceiro com relação ao proprietário (em termos dos "favores" no momento em que o problema do parceiro era doença e o patrão o "socorria" diretamente, quer fornecendo-lhe dinheiro para a compra de medicamentos; quer comprando-os; quer emprestando-lhe um animal para ir mais rápido à cidade, ou mesmo transportando o doente no seu próprio carro), mas, na verdade, utilizado amplamente como uma das formas de poder e controle do primeiro sobre o segundo. Convém não esquecer que todos esses elementos são mais intensamente manipulados e articulados nos períodos que antecedem as eleições para a ocupação de cargos públicos, o que se agrava com o revezamento dos grupos políticos no poder e porque aqueles que ocupam oficialmente os cargos de governo são os mesmos que já exercem o mandonismo nas suas propriedades agropecuárias, ou que têm uma "profissão influente", como a de médico.

É importante dizer que, mesmo levando-se em conta todos esses elementos e artifícios da sociedade, que entram na relação parceiro x proprietário, a economia agrária não deixa de ser considerada de natureza capitalista. Como diz J.S. Martins, "o capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadoria, e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas" (Martins; 1979, pag.21). E, nesse mesmo trabalho, o autor, lembra a importância dos mecanismos ideológicos na produção da riqueza pelos trabalhadores e sua apropriação pelos empresários.

Há, pois, no conjunto de todo o processo, uma totalidade de elementos que tornam a parceria viável economicamente, revertendo para o grande proprietário, e intermediários, sobretrabalho do parceiro e assalariados temporários, permitindo a repro

---

(27) Não pomos em discussão aqui se o FUNRURAL, como os próprios sindicatos, são resultantes de uma pressão advinda dos movimentos sociais no campo. Essa ideia aceitamos sem dúvida. Referimo-nos apenas a uma certa "incorporação" disso pela classe dominante, que passou a utilizá-los em seu benefício.

dução da "classe" dos proprietários rurais e a acumulação capitalista na agricultura e em outros pontos do sistema.

#### 4.3. Praia

Apesar de não dispormos de estatísticas que comprovem, (§) assumimos o risco de afirmar que na zona da praia a exploração das terras é feita fundamentalmente a través da mão-de-obra familiar e que isso está condicionado, em grande parte, ao tamanho das propriedades. Acreditamos, pois, que há aí um grande número das pequenas propriedades do município.

Mesmo considerando a existência da pesca artesanal (levada a efeito principalmente pelas populações que moram em povoações à beira da praia), a principal atividade dessa região litorânea como um todo, é a agricultura. Significa dizer, pois, que a sobrevivência das populações ali é garantida basicamente pela atividade agrícola.

Na praia, explora-se principalmente a farinha de mandioca, sendo insigificante a produção de outras culturas como a do feijão. Além da mandioca, há uma faixa do litoral em que a produção de côco tem destaque, destinando-se na sua quase totalidade ao mercado.

O trabalho familiar envolve não só o cultivo da terra em si, mas também, em muitos casos, o processo de fabricação da farinha, embora se diga com muita frequência na região que não é compensatória a atividade de transformação da mandioca.

"... Mas hoje em dia num compensa os donos de roça fazer farinha não. Só é negócio pr'a quem tem família grande, que os filho ajuda, mas pr'a

---

(§) Deveríamos ter, além da dimensão da propriedade, a sua localização. De fato, pelo cadastro do INCRA, é possível fazer essa correlação, pois o formulário utilizado para o cadastro identifica o distrito onde está situada a propriedade. Uma vez que sabemos a localização de todos os distritos, restava-nos apenas agrupar as propriedades nas três zonas fisiográficas. Ocorre que esses dados estão em microfimes no INCRA e a Instituição se reserva o direito de fornecer o material a quem lhe convém, de modo que, mesmo com toda a boa vontade de técnicos e amigos funcionários de lá e que nos atenderam com presteza por várias vezes, não nos foi possível discriminar o tamanho das propriedades por zona fisiográfica. Convém lembrar que, copiar os dados dos microfimes, significava ocupar um funcionário durante, aproximadamente, uma semana.

um como eu, que é tudo pequeno? A gente só faz porque é teimoso e se ilude que é melhor do que comprar" (pequeno proprietário, na praia).

"... é tempo de safra, mas a agricultura num tá mais dando nada não; com esses inverno desse jeito... o povo ainda fazia uma coisinha era em roça, mas agora também tá baixo o preço da farinha... Milho e feijão, num dá nem pr'a comer mais a família o verão todo" (agricultor sem terra).

"É, num tá mais dando não, o que dava ainda era a roça, mas hoje a gente só tem é despesa... Paga 50 conto ao forneiro, 50 ao preneiro, 30 ao comboieiro, 20 às rapadeira e, no fim, o que é que fica? Paga um quarto da farinha que faz ao dono do aviamento..." (pequeno proprietário).

"Moro pr'o lado da praia; lá eu tem um pedacim de terra e planto milho, feijão e roça. O que dá mais é a roça, mas agora tá fraco o preço da farinha... Olhe, eu fiz agora sete arracada e parei (Uma arracada que a gente chama é 10 carga por dia). Parei e acho que vou vender mandioca pr'a esse povo que tem gado, pr'o gado comer. A despesa que a gente faz num compensa não" (Pequeno proprietário).

Esses depoimentos mostram, dentre outras coisas, que também há o trabalho assalariado, os chamados "diaristas", sobretudo no caso do fabrico da farinha, dadas certas "especializações" (28) Por outro lado, fica claro também que, mesmo se constituindo como cultura de subsistência, parte dessa farinha é vendida. Não que essa parte vendida seja uma sobra do consumo familiar, mas sim, porque representa uma forma do produtor suprir, de imediato, determinadas necessidades suas e da própria família, com o dinheiro que recebe em troca da farinha. Na verdade, não há separação nenhuma entre

(28) Por exemplo, não são todas as pessoas que sabem torrar a farinha ou cevar a mandioca. Além disso, há atividades, como "puxar roda" (onde não existe motor), que somente os homens desempenham; do mesmo modo, há outras tarefas consideradas "de mulher", tais como: raspar mandioca e tirar goma. Então, se na família há apenas um homem e suas filhas com a mulher, é necessário pagar alguém de fora, o que pode até ser feito sob o sistema de "troca de dias", mas não deixa de ser pagamento.

a parte que é plantada para consumo e uma outra que será vendida. A farinha, mesmo sendo produzida para consumo <sup>(§)</sup>, é quase que assim como uma garantia para o produtor, no sentido de que a qualquer momento, ele pode vender um pouco desse produto e comprar a quilo de que necessita também e que não produz (exemplo: açúcar, café, remédio, querosene, sal, etc.). Essa alternativa se abre ainda mais porque, mesmo que as épocas mais adequadas para arrancar a mandioca sejam janeiro e agosto, a farinha pode ser produzida também fora desses meses, embora com desvantagens <sup>(29)</sup>. O que acontece, pois, na prática, é que os produtores não esperam para fazer a farinha "no tempo", dadas as suas necessidades. Tudo isso são, portanto, estratégias encontradas para garantir às vezes a própria reposição da força de trabalho.

Ainda a propósito daqueles depoimentos, entendemos que um dos motivos que fazem com que os produtores persistam produzindo a farinha deve-se ao fato de se tratar de uma produção para consumo, portanto, dentro da lógica do sistema global essa produção é "compensatória", embora apareça ao contrário no discurso dos produtores.

Aquele sistema de produzir "fora de tempo" a farinha, faz com que um "excedente forçado" alimente permanentemente o processo de circulação. Assim, além do comércio feito por outras vias de intermediação (médios e grandes proprietários, por exemplo), semanalmente os caminhões da "linha" <sup>(30)</sup> transportam pequenas quantidades

---

(§) As famílias das comunidades pesqueiras, por exemplo, alimentam-se praticamente todos os dias, de peixe e farinha de mandioca.

(29) Segundo os produtores, de fato, o melhor mês pra arrancar a mandioca é agosto "quando ela tá enxuta; em janeiro também se faz, mas bom mesmo é agosto. Se a gente fizer ela enxuta, uma carga de mandioca dá de 30 a 35 litros de farinha, se ela tiver cheia d'água, às vezes dá 20 litros. A gente nota até quando tá cevando: ali embaixo do banco, se ela tá enxuta, fica muito mais massa, e quando tá cheia d'água, fica muita água na massa e dá mais crueira". (Crueira = fragmentos da batata, que se quebram à medida em que está sendo cevada).

(30) Diz-se que o caminhão, camioneta ou outro carro faz a "linha" (também chamada de "horário"), quando percorre sistematicamente o mesmo trecho de estrada ligando as diversas localidades a um outro ponto, apanhando passageiros e cargas. No caso da feira, portanto, uma vez por semana (em geral à noite que antecede a feira ou pela madrugada do dia em que se realizam as vendas na praça), alguns carros fazem aqueles percursos, ligando as diversas localidades à sede do município, transportando gente e mercadorias, cobrando, pois, a passagem e o frete. Em alguns casos, o motorista do caminhão é um intermediário que também compra dos produtores e vende, em grosso, na feira, o que os feirantes repassam ao consumidor.

(10, 20, 50, 100 litros de cada pessoa) das unidades produtoras até a praça de mercado. Nesse caso, ou se trata de intermediários que compram "na porta" ao produtor, ou é o próprio produtor que, aproveitando a "linha", leva seu produto para vender na praça, em grosso, e comprar outras mercadorias para seu próprio consumo e da família.

Dado o predomínio de minifúndios na região praieira, não é comum a presença de parceiros na agricultura, bem como a figura do patrão não é muito mencionada, pelo menos com a mesma conotação que aparece no sertão. Patrão, na zona da praia, pode ser identificado com o "bodegueiro" que vende fiado nos momentos de "aperto"; pode ser também alguém "mais rico" para usar a linguagem local, residente até mesmo em outra localidade, a quem o produtor recorra nas ocasiões em que precisa se fornecer de alguma coisa. Mas isso não ocorre com muita frequência.

Quanto à atividade pesqueira, já dissemos anteriormente que se trata de pesca artesanal, praticada sobretudo pelos moradores de núcleos localizados à beira da praia.

A produção pesqueira destina-se primordialmente ao consumo interno, embora ocorra a venda para fora, o que muitas vezes nem chega à sede municipal. (§) Nesse caso, os "corretores" saem vendendo o peixe, no sal, pelas estradas em direção ao sertão, transportando-o geralmente em animais como o jumento, que é o mais comum.

"O peixe, quando é tempo de curral que a safra é maior, dá pr'a vender pr'a fora, mas essas pescas de barco só dá pr'o povo daqui mesmo, às vez nem dá. Mesmo tendo mais, a gente vende a uns comprador daqui de perto mesmo e eles levam pr'a vender nesses lugarzim aqui pela ribeira, em carga nos jumento" (dono de barco).

É importante dizer que a pesca é também efetivada através das relações de parceira, em geral sob o regime de "meia", embora se encontrem outras modalidades, dependendo das condições.

---

(§) O peixe vendido na feira é oriundo, na sua quase totalidade, das praias do vizinho município de Trairi.

"Eu tem um barco, mas num pesco não. Tem dois home que pescam nele (...). A gente escolhe um conhecido, um que a gente acha que vai dar certo (...). Pescador bom é o que é interessado, que tem cuidado com os instrumentos. A gente faz assim: dá o barco todo pronto, com tudo que precisa pr'a pescar a eles pescam. De cada tres peixe, dão um ao dono. Quer dizer que sai bom pr'a eles, porque é o dono que ganha menos ... Tem muitos que pede é a "meia" do peixe". (dono de barco e comerciante numa bodega).

Como há proprietários de barcos que também são comerciantes locais, criam-se nesse caso relações de exploração mais acentuadas, entre os parceiros e o dono do barco, e, ao mesmo tempo, dono da bodega. Há casos em que a exploração aparece mais atenuada, por ser o proprietário do barco também um dos pescadores, então não incorpora muito aquela figura do patrão. Por outro lado, pode aparecer como um "fiscal" para os companheiros de barco.

Na verdade, a agricultura e a pesca artesanal na zona da praia são, de certo modo, atividades complementares no processo de reprodução da força de trabalho. A nosso ver, mesmo considerando a diferenciação dos produtores (não somente entre os produtores da pesca e produtores da agricultura, mas sim, no conjunto, tomando a própria atividade agrícola, internamente) é possível identificar no plano empírico, uma certa homogeneização da realidade, sobretudo se comparada ao que nos mostra o sertão. É óbvio que não podemos falar da ausência de exploração na zona da praia. Ao contrário, há muita miséria, há um "estado de pobreza" bastante acentuado e, essa exploração, além de poder ser exemplificada a partir da parceria na pesca e na fabricação da mandioca, ela é parte da exploração que se processa nessa sociedade de classes. O que queremos dizer é que, como não existem grandes proprietários de terra nessa área (ou existem pouquíssimos), os produtores parecem "mais livres", sobretudo no momento da comercialização.

#### 4.4. A Circulação da Produção, em Linhas Gerais, como se dá no Município

No município de Itapipoca como um todo, a circulação da produção agrícola se processa basicamente através:

a) dos intermediários, quase sempre proprietários de terra, que funcionam como fonte de crédito para os camponeses. Nesse caso, uma vez feita a colheita ou, muitas vezes mesmo antes que isso aconteça, o produtor vende ao intermediário grande parte da sua safra (saldando uma dívida, ou não), o que não significa dizer que, ao fazer isso, ele fique com reservas suficientes para o consumo da unidade familiar, até a colheita seguinte.

"O que obriga a gente a vender, é a precisão, dona". (pequeno proprietário).

"Tem deles que plantam e quando colhe, tira a renda, guarda um bucadim pr'a comer e vende o resto pr'a se arremediar. Aí depois, acaba a quele que guardou pr'a comer, aí vem comprar a nós aqui" (feirante de feijão).

No caso da farinha de mandioca, do milho e do feijão, o intermediário sempre que tem condições, faz estoque e vende para fora quando o produto atinge o melhor preço no mercado, ou deixa armazenados os produtos, vendendo-os no inverno, muitas vezes aos próprios produtores.

"Os ricos compram pr'a guardar e depois vender mais caro, quando ninguém tiver mais. Muitos dos pobres vendem logo porque têm precisão. Vende todinha, eles compram barato porque é na época da safra, tem muita ...". (feirante de farinha).

O algodão, a cera de carnaúba e a castanha de caju, são fundamentalmente "produtos de mercado", vendidos, portanto, para outros centros, o que ocorre também, em parte, com o côco, embora no caso deste último, haja também intermediação para o mercado externo, via feira.

b) Outro veículo de circulação é a feira. Neste caso, há produtos que não entram no circuito, tais como: algodão, a cera de carnaúba, a castanha de caju, a mamona (produzida em áreas da serra seca), além de parte da produção das outras culturas (feijão, milho e farinha), sobretudo a que é apropriada pelos proprietários como "renda", ou comprada por eles, dos produtores.

Os produtos que circulam pela feira, tanto se destinam ao consumo interno, isto é, do próprio município, quanto são vendidos para outros centros, como a capi

tal do Estado e outros municípios (a propósito da feira, faremos uma descrição mais detalhada no próximo capítulo).

c) Os sistemas creditícios oficiais, mais especificamente o Banco do Brasil e uma cooperativa particular, funcionam também como integrantes da rede de circulação da produção agrícola do município, à medida em que compram a produção e se responsabilizam pelo seu escoamento, muito embora atinja uma parcela muito reduzida de produtores.

"Em 78, o Banco do Brasil comprou muita farinha aqui. Foi 2 meses pra tirar ela daqui; duas vezes por semana o trem cargueiro saía daqui cheio só de farinha" (feirante de farinha).

d) Uma outra via de circulação são os tradicionais armazéns, em geral localizados na sede do município. Nesse caso, não necessariamente o intermediário é fonte de crédito para o produtor, mas compra-lhe parte de sua produção, ao mesmo tempo em que lhe vende outras mercadorias que ele não produz (exemplo: arroz, querosene, sal, etc.).

e) Talvez pudéssemos fazer referência ainda aos "bodegueiros", como categoria que entra também no processo de circulação da produção agrícola. Isso porque não têm as mesmas características daquele intermediário mencionado na letra a. Na verdade, através das bodegas circula uma boa parte do volume da produção, sendo que, nesse caso, numa perspectiva de circulação interna, a bodega é um entreposto. Significa dizer que poderá estar vinculada aos intermediários da letra a (inclusive "subsidiada" por eles) ou repassar para os armazéns, em volume maior, o que compra fracionadamente aos produtores. E, em alguns casos, a bodega pode servir como intermediário entre o produtor e aquele que vende produtos na feira.

Com base nessas referências à circulação da produção agrícola como um todo, podemos atentar para o fato de que não é tão grande o volume da produção que passa pela feira. Infelizmente, apesar das tentativas, não conseguimos quantificar esses dados, podendo ressaltar, no entanto, que a ausência dos mesmos não prejudica o nosso trabalho em termos do seu conteúdo, uma vez que não abordamos a importância da feira por esse prisma (volume de produtos em circulação). Apenas, aqueles dados nos permitiriam visualizar melhor o quadro geral. É realmente impossível, uma vez que não há controle, a nível do Estado ou do município, sobre a arrecadação da produção agrícola no

seu conjunto. Quantificar isso, implica em distinguir os percentuais referentes aos diver  
sos canais de circulação. Significa, portanto, saber o todo produzido de cada cultura no  
município, num determinado período e, desse todo, determinar: quanto passou pelos gran  
des intermediários, quanto circulou pela feira, quanto absorveram os armazéns, as bode  
gas, etc., sem falar da possibilidade de dupla contagem, quando a rede de intermedia  
ção envolve mais de um agente, o que é uma constante.

"...HOJE EU PODIA VENDER MEU FEIJÃO NA FEIRA OU NOUTRO PONTO, MAS VOU VENDER AO S.F., POR MENOS, PORQUE NA PRECISÃO É ELE QUEM ME ACODE, TANTO FAZ EU TER DINHEIRO COM NUM TER. E ASSIM, SE EU NUM RECONHECER AGORA, QUANDO FOR NO INVERNO QUE EU TIVER OUTRA PRECISÃO, NUM TEM PRÁ DONDE CORRER. ENTÃO O CAUSO É ESSE, É POR CAUSA DESSE NOSSO SISTEMA AQUI QUE A GENTE NUM É LIVRE PRÁ VENDER ONDE QUISEER" (parceiro).

"O QUE OBRIGA A GENTE A VENDER É A PRECISÃO, DONA" (pequeno proprietário).

## CAPÍTULO III

### A FEIRA: AGENTES E PROCESSOS SOCIAIS

Neste Capítulo, abordamos:

- 1- A Dimensão Sócio-Cultural da Feira;
- 2- A Feira como Expressão das Relações Econômicas.

#### 1- A Dimensão Sócio-Cultural da Feira

Analisar a feira como evento puramente econômico não revela um dos importantes aspectos referente às relações sócio-culturais. É que a feira parece recuperar a dimensão pessoal das trocas vigentes em um sistema onde as relações sociais tomam a forma de relação entre coisas<sup>(§)</sup>. A existência de alguns fatores como a possibilidade de uma certa barganha, de vender para "pagar com o apurado", etc. constituem uma pequena margem de opção que não se apresenta em formas mais complexas de comercialização. Entretanto, as relações pessoais no processo de compra e venda dos produtos, não disfarçam a distância que se para a mercadoria do seu produtor. A presença de grande número de intermediários comprova este fato.

Considerando, pois, os aspectos mencionados acima, passamos à descrição da feira, na sua dimensão sócio-cultural.

A feira, na cidade de Itapipoca, acontece uma vez por semana, aos sábados. Mas as pessoas começam a chegar desde o entardecer, entrando pela noite da sexta-feira. Muitos deixam para sair de suas casas pela madrugada, outros ao amanhecer do sábado.

---

(§) Esta idéia está em Marx, quando trata a questão da mercadoria - O Capital, livro, 1, volume 1.

Os que vêm na noite anterior são os que moram mais distantes, têm às vezes que aproveitar o transporte. É importante a feira já amanhecer "montada", pois o movimento de vendas se inicia muito cedo. Na verdade, muitas vezes o feirante compra a mercadoria (do produtor ou de outro intermediário) à noite, de tal modo que, cedinho, o produto já está exposto à venda. É importante para todos eles também ter mais tempo para negociar, quer dizer, chegando à noite, tanto o que traz o produto como o feirante que vai comprar, têm mais opções, maior probabilidade de realização de um "bom negócio". Há alguns intermediários que vão de Fortaleza e esperam ali na praça a chegada dos produtos, acontecendo às vezes, de efetivarem suas compras ainda durante a noite, retornando em seguida. Outros chegam mais tarde, ficam até a manhã do sábado, quando realizam seus "negócios" (§§)

Outras pessoas chegam na noite da sexta-feira, já com o objetivo de manter contatos mesmo fora da feira. Enfim, durante a noite inteira chegam as pessoas. Alguns dormem na casa de conhecidos ou parentes que moram na cidade. Mas muita gente permanece ali mesmo, sobre os surrões e sacos ocupados com a mercadoria; dentro dos caminhões e carroças, embaixo das bancas, etc. Outros ficam nas bodegas ou botequins, em torno da praça, tomando uma caçapaça ou nas mesas de jogo. Ainda alguns ficam junto das bancas, onde as mulheres vendem refeições prontas (panelada, galinha cozida, carne de gado e de criação, peixe frito, etc.), cafezinho, tapioca, bolo, etc., além dos que ficam no galpão coberto, onde há uma série de boxes em que as mulheres também vendem refeições e cafezinhos e, nessa noite, aí há sempre uma dupla de cantadores com suas violas.

A feira ocupa toda a praça, além do trecho de uma rua. Nessa área física distribuem-se, sempre do mesmo jeito, as mercadorias. Isto é, os feirantes de cada tipo de mercadoria estão todos os sábados nos mesmos locais. A própria Prefeitura Municipal se en-

(§) Para se ter uma ideia mais precisa acerca do tipo de "negócio": um comerciante desses compra ao mesmo tempo, farinha, feijão, côco, pequenos animais (carneiros, bodes, porcos, galinhas, etc.), milho, ou outro produto que lhe interesse na feira. Depois, põe tudo sobre um caminhão e transporte para Fortaleza. É muito comum vermos a "carrada" pronta para a viagem, por volta de 9 ou 10 horas da manhã do sábado, ali na praça. Uma outra cena vista com frequência, é a do caminhão parado na "feira dos bichos", já com algumas mercadorias dentro e, ao lado, os homens discutindo preços, enfim, efetivando "negócios".

carrega de demarcar com tinta os espaços no chão.

Na feira de Itapipoca encontramos: farinha de mandioca; feijão; rapadura; côco; peixe (salgado e fresco); raízes e plantas medicinais; frutas (principalmente banana e laranja, além de algumas frutas mais raras, como jaca, seriguela, cajá, graviola, que não são encontradas durante todo o ano); hortaliças, ou o que comumente chamamos de verduras (cenoura, batata inglesa, batata doce, tomate, xuxu, coentro e cebola, etc.). Além disso, pequenos animais, alguns dos quais se conhece pelo substantivo genérico de "criações" (bode, e carneiro), porcos e galinhas. E ainda há que mencionar na feira a presença dos produtos industrializados: confecções, tecidos, calçados, miudezas (brinquedos, bijouterias, alguns cosméticos, etc.), redes, utensílios de cozinha, chapéus, objeto de uso nos animais (arreios, chocalhos, etc.). Estão também presentes na praça, conforme já mencionamos, as bancas de café e refeições prontas.

Uma vez distribuídos os produtos pela praça, criam-se denominações, de acordo com o tipo que ocupa aquele espaço: "feira da farinha", "feira do feijão", "feira dos bichos", "feira da rapadura", etc.

Para a feira convergem pessoas de praticamente todo o município, além de algumas de municípios vizinhos (exemplo: Trairi, Acaraú) e comerciantes da capital do Estado.

Alguns feirantes de Itapipoca, no domingo atuam também na feira do município de Pentecoste, localizada a, aproximadamente, 60 km, para onde se deslocam no sábado à tarde. Isso ocorre principalmente no caso da farinha, do feijão e de alguns produtos industrializados<sup>(+)</sup>.

São utilizados diversos meios de transporte, para as mercadorias e para as pessoas. Alguns vêm a pé, obviamente os que moram mais próximo. Outros utilizam car

---

(+) A respeito dos artigos industrializados, o deslocamento ocorre não só para outra feira onde a periodicidade é estabelecida, mas também é comum encontrarmos vendedores dessas mercadorias, nas sedes distritais por ocasião da festa do padroeiro, nas capelas. Por exemplo, produtos como bijouterias, objetos de cozinha, confecções, calçados e miudezas em geral.

roças (quase sempre alugadas); o jumento é o animal que se vê com mais frequência na rua em que ficam amarrados a maioria dos animais de carga e montaria. Além disso, existem os carros (caminhões, camionetas, jeeps e carros de passeio, estes alugados na própria praça, mas por um número reduzido de pessoas). Na verdade, talvez possamos dizer que o "forte" da feira se faz mesmo é através dos caminhões de "linha".

Quanto aos consumidores da feira, seguramente podemos dizer que, além dos que vêm do campo (e que compram sobretudo produtos industrializados ou realizam outros tipos de trocas), participam pessoas de toda a cidade e pertencentes às diferentes "camadas sociais" (++)

Algumas pessoas compram na feira para revender nos bairros mais afastados, onde possuem suas "vendas", que também oferecem ao consumidor a possibilidade de compra "no retalho".

Na feira também aparecem pessoas que, de vez em quando, trazem algo para vender sem, no entanto, obedecerem à frequência semanal. Por exemplo: uma mulher que faz 3 ou 4 chapéus, traz e vende, recebendo às vezes encomenda para fazer outros; outra pessoa que faz lamparinas e traz para vender, ou mesmo alguém que traz alguns ovos; ainda uns que fazem brinquedos de lata ou madeira, ou outros que, em determinadas épocas, colhem um tipo de frutas no quintal e vendem ali na feira para se "arremediar". Enfim, são pessoas que, apesar de não serem caracterizadas como feirantes, esporadicamente podem aparecer na praça vendendo alguma coisa, sempre com o objetivo de contribuir para o seu próprio sustento ou da família.

Uma vez ou outra, encontramos também na feira alguém que traz o que possui para vender (por exemplo, farinha, milho, feijão) e "apurar" o dinheiro para ir embora para a capital do Estado ou para o Sul do país. Nesse caso, o próprio produtor "retalha" a sua mercadoria, porque isso lhe dá mais dinheiro.

---

(++) Na cidade há um único "supermercado", (pequeno) ou mercantil, como é também chamado. Mas muitos produtos encontrados na feira, não são vendidos lá e, vice-versa. Além disso, há os armazéns, mercearias e bodegas, espalhados pela cidade, onde a população pode se abastecer.

A preservação das relações pessoais no momento de troca, isto é, ali na praça de mercado, manifesta-se também quando: no cafezinho que a dona da banca oferece ao seu vizinho feirante, ou a um freguês conhecido, não como brinde, mas como expressão de amizade; no guardar a "carne boa" para o freguês; no "botar sentido" ao feijão do vizinho enquanto este sai um pouco; no guardar ali junto da sua mercadoria uma compra do outro enquanto este vai resolver uns negócios; quando se unem para defender um companheiro feirante de quem estão querendo tomar o "ponto" (mesmo que essa pessoa venda o mesmo tipo de produto, o que representa um concorrente em potencial). Enfim, poderíamos descrever muitas situações em que aparece esse lado pessoal da relação.

É importante destacar que, apesar de ser fonte de consumo para a população da cidade em geral, a feira tem como atores fundamentais aquilo que chamamos "pessoas do povo". Quer dizer, embora "pobres e ricos" comprem na feira, na verdade, culturalmente ela se liga à população pobre. Nesses termos, a feira é uma festa para grande parte das pessoas que chegam àquela praça no sábado, mesmo para os que estão trabalhando.

A feira é o local onde as pessoas tomam conhecimento de muitas coisas que acontecem fora do seu mundo mais restrito. As informações acerca dos preços das mercadorias também são obtidas ali.

Muitas pessoas aproveitam o dia da feira para ir à cidade fazer outros negócios, realizar compras, mesmo que seja nos armazéns (negociar algumas arrobas de algodão ou mamona, vender algumas peles); receber uma dívida, pagar outra; fazer uma consulta médica, comprar algo na farmácia, ou mesmo se consultar com o "farmacêutico". Outros se encontram na barbearia e, enquanto o barbeiro ganha também o seu pão, conversam sobre os mais variados assuntos. Ainda outros, passando ali por perto do fotógrafo, o conhecido "lambe-lambe", aproveitam para tirar um retrato que, quem sabe, será utilizado nos documentos que estão "aprontando" para "embarcar pr'a São Paulo", tentar uma vida melhor, ilusão que pode se desfazer antes mesmo que comece a amarelar a foto no papel.

Pode ser também o dia da feira aproveitado por alguém para manter um contato com o político que, há algum tempo, lhe prometeu uma "colocação pr'o filho", mas que tem sempre uma justificativa para o não-cumprimento da promessa. E, nas épocas de eleições, é a feira uma oportunidade aproveitada pelos políticos para as propagandas junto à coletividade, ou mesmo através das conversas reservadas com os "cabos eleitorais" do

"sertão", ou compadre que, com certeza, não lhe negará alguns votos.

O dia da feira é ainda aquele em que os companheiros do sindicato se encontram para, mesmo informalmente, tratar de assuntos do seu interesse. Ir à feira, é também oportunidade para ir à igreja assistir à missa, a um batizado ou a um casamento.

É por ocasião daquele dia que as prostitutas fazem também a sua "feira", conseguindo ganhar um pouco mais, porque muitos dos homens que chegam à praça na noite da sexta, dirigem-se ao cabaré que, nessa noite, tem seu movimento tão ampliado, que nos lembra as noites de festa da cidade.

As mesas de jogo, as bodegas, bares, botequins ficam também mais movimentados. Afinal, a cachaça ainda é um dos bons "remédios" que ajudam a enfrentar uma vida tão cheia de dificuldades, tanto quanto pode servir para festejar as alegrias, às vezes fruto da tristeza de outros.

No galpão do mercado, os cantadores ficam a noite inteira batendo a sua viola, improvisando versos que falam de coisas do mundo "lá fora", outras vezes desenvolvem motes, por solicitação dos presentes revivendo fatos e sentimentos seus. No mesmo galpão, nas bancas de "café" ou de refeições, as mulheres vêm nascer o sol, mas estão mais satisfeitas porque o "apurado" foi maior, talvez até lhes possibilite comprar um "peso" de carne de "criação" para comer no domingo.

Muitas pessoas aproveitam a ida à feira para saber notícias de parentes, de conhecidos; para receberem ou enviarem cartas ou recados porque na sua casa o correio ainda não vai.

É ali, ao redor das bancas de "café", comendo uma tapioca, uma piaba assada, ou um pedaço de tripa assada, que se fica sabendo de quem foi embora, de quem morreu, de quem "caiu na vida", de quem largou o marido ou foi largada, de quem enganou, de quem foi enganado, enfim, é ali que as conversas giram em torno do dia-a-dia das pessoas e também onde a sua imaginação ganha asas.

É ainda um lugar propício para que os mendigos façam a sua "feira", quer seja pedindo aos feirantes e consumidores, quer seja pela ação das crianças que, perto do meio-dia, começam a varrer o chão, juntando as sementes de feijão e os restos de farinha

que o feirante deixa escapar ao mudar a mercadoria de um surrão para o outro, ou ao medir para o consumidor. Aproveitam também as frutas estragadas e os "farelos" de rapadura, às vezes para a sua própria alimentação, outras vezes para dar a alguém, para os porcos, e receber com isso uma "gorjeta".

As crianças também ficam ali para "fazer mandado" dos adultos, para "botar sentido" ao surrão de feijão ou farinha, enquanto o feirante sai. Com isso, ganham alguma coisa e começam, desde cedo, a "entender do movimento da feira".

Após essa descrição, reafirmamos aqui a idéia de que a feira, apesar de um fenômeno eminentemente econômico, tem em si um significado do ponto de vista sócio-cultural, para o povo.

## 2- A Feira como Expressão das Relações Econômicas

O conteúdo deste item é o seguinte: uma descrição da feira como teia de relações, identificando os seus principais agentes; análise do papel do intermediário e uma análise dos vínculos da feira com as formas de exploração agrícola e relações de trabalho, considerando o quadro descrito no capítulo anterior.

Inicialmente gostaríamos de explicitar que a feira enquanto essa teia de relações sócio-econômicas, envolve todas as relações que se processam entre os produtores, e intermediários e consumidores com o objetivo de trocar as mercadorias. Nesse sentido, entram todos os mecanismos ou artifícios criados no interior desse complexo de relações (tais como: comprar fiado para pagar com o "apurado"; vender no retalho; comprar diretamente ao produtor, na praça, para evitar o frete e outras "desvantagens"; comprar diretamente ao produtor, "na porta", ou comprar de um outro intermediário; misturar produtos de qualidade superior com inferior e vender como se fosse um só; vender "na porta" ou na praça, em grosso ou no "retalho", etc.).

Ao que nos parece, tudo conduz a um ponto tal que não se estende além de assegurar um meio de sobreviver. Da perspectiva do intermediário, isso se concretiza à medida em que obtém uma fração de lucro maior. Do ponto de vista do produtor, a feira enquanto espaço aberto à comercialização, é um dos caminhos através dos quais consegue su

prir algumas de suas necessidades básicas que não pode satisfazer, diretamente, pela própria produção. Portanto, para o produtor, a venda das mercadorias é a via através da qual adquire produtos de substância em uma sociedade onde o valor de troca permeia todas as relações. Outrossim, a feira parece justificar-se como sendo mais um caminho pelo qual viabiliza-se um barateamento da reprodução da força de trabalho, bem como uma ampliação do mercado interno. Numa visão de totalidade, esses tres ângulos não se dissociam.

Além das já mencionadas, é óbvio que a feira envolve as relações entre os feirantes e os consumidores; abrange, portanto, as transações efetivadas na praça de mercado, periodicamente. Encaradas assim, o que se passa entre os produtores e intermediários em geral, entre estes e os feirantes e entre os feirantes (como "tipo" especial de intermediário, no contexto da feira) e os consumidores, são aspectos e momentos de um mesmo processo, que não podem ser vistos dissociados.

Esperamos esclarecer melhor essa teia de relações à proporção em que desenvolvermos a análise.

Quanto à identificação dos principais agentes, fazem parte da feira: intermediários que compram diretamente ao produtor e repassam depois para o feirante na praça de mercado ou, para outros intermediários na mesma praça. Estes últimos, compram em quantidades maiores que o feirante e levam para outros centros, como por exemplo Fortaleza, onde, por sua vez, vendem nas feiras e mercados para outros que repassam ao consumidor, no "retalho".

O mecanismo acima descrito é válido para a maioria dos produtos. No caso do feijão, no entanto, alguns feirantes compram o produto em Fortaleza (nos armazéns ou em caminhões) e revendem aos seus companheiros de "profissão" em Itapipoca. Além disso, há um caminhão de Pernambuco que vai semanalmente até lá, revendendo também aos feirantes.

"... aqui tem três que vão comprar em Fortaleza e revende pr'os outro (...). Esses que num vão pr'a Fortaleza, têm que comprar é a nós mesmo. Pr'a eles nós num pode vender do mesmo preço que é no lito porque tem que deixar o que eles vão ganhar. Tem também um carro de Pernambuco que encosta aí toda semana e vende a eles" (feirante de feijão).

No caso das frutas (principalmente laranja) e verduras, os feirantes com-

pram na CEASA, em Fortaleza. Não necessariamente se deslocam todos, mas sim, uns com pram para os outros, alternadamente.

Os intermediários que compram do produtor, em geral não são agricultores (alguns já o foram), mas sim, donos de caminhão ou caminhonetas, e vivem do comércio.

"... mais, é os dos carro que compra aos de lá e vende os daqui. Eles têm os freguês certo, vão sempre na mesma estrada, ou já são de lá e têm aqueles que compram sempre" (pequeno produtor, proprietário, na zona da praia).

"É assim, por exemplo, se a Sra. tem um caminhão, a Sra. sai com ele numa estrada, até a praia. Então, toda feira a Sra. vai naquela estrada, fica fazendo aquela linha. Aí a Sra. vem pegando os passageiros que tem na estrada e que quer vir pr'a feira. Aí vêm aqueles lavrador que faz farinha, que faz 3 alqueiro, 4 alqueiro, traz pr'a vender na feira. Quando chega aqui, como bem, eles num quer ficar vendendo no retalho, quer vender logo numa tacada, tudo numa vez, aí ele vende a nós feirista, que já tá acostumado a vender, aí nós vai retalhar ela (...) quando o farinheiro sabe que o feirista num dá cabeçada, ele entrega a farinha pr'a vender e só vem buscar o dinheiro no fim da feira" (feirante de farinha).

"... eu sempre venho porque preciso fazer as compra da semana; é coisa pouca, é só pr'a fornecer os trabalhador. Nesse caminhão vêm os feirante e vem muita gente que vem resolver outros negócio" (pequeno proprietário, na zona da praia).

Esses depoimentos nos permitem ter uma idéia da cadeia de relações que compõe a feira. Há uma diferença entre os primeiros intermediários de que falamos, às vezes donos de caminhão, e o feirante. Enquanto este vende "no retalho", localizado sempre no mesmo "ponto" na praça, aqueles fazem a "linha" da feira. Nesse percurso, tanto podem comprar produtos que eles mesmos repassarão aos feirantes ou a outros intermediários<sup>(1)</sup>, co

(1) Há uns intermediários que vão de outras cidades, por exemplo de Fortaleza, e compram ali mesmo na praça para revenderem na sua cidade. Muitas vezes, estes compram diretamente do produtor que vem trazer sua mercadoria para "fazer negócio" na praça.

mo podem, ao mesmo tempo, transportar produtores que trazem algo para a praça, ou mesmo algum feirante que também faz a "linha".

"... como bem, eles vão daqui como uma carrada de farinha pr'a vender lá, aí a gente vai, chega lá compra o feijão e traz no mesmo carro. Paga Cr\$ 20,00 por cada volume. E é porque é preço camarada, viu? É preço bom porque a gente é conhecido, é freguês, ele faz assim (...) Lá no Canindé, a gente compra dos corretor que já compram no interior" (feirante de farinha).

Aqui cabe uma observação no que se refere às políticas governamentais, teoricamente voltadas para o "pequeno produtor", ou o chamado "produtor de baixa renda".

Se examinarmos o discurso oficial, explícito nos Programas de governo<sup>(+)</sup> e nos pronunciamentos dirigidos ao público em geral, vemos claramente que se atribui um "peso" muito grande aos intermediários, como se fossem estes os principais responsáveis pelo encaucamento dos produtos que chegam ao consumidor. Aliás, isso não se constitui novidade, pois, como demonstramos no primeiro capítulo, desde os tempos da Colônia havia esse combate à figura do intermediário. Encarando, pois, o intermediário como o "grande mal", como sendo aquele que suga dos pequenos produtores os seus possíveis lucros, os Planos de governo têm proposto por exemplo: a organização de cooperativas (que, quando chegam a ser implantadas, na prática os pequenos produtores não têm poder de decisão lá dentro); a construção de Centrais de Abastecimentos, a abertura de estradas que facilitem ao produtor vender diretamente a sua produção nestes Centros; criam-se também, no papel, políticas de preços mínimos e linhas especiais de crédito, tudo com o objetivo de "livrar" o produtor do intermediário.

Entendemos que todas essas propostas não fazem sentido, se permanece como está a estrutura fundiária, com características tão concentradoras, conforme demonstramos no capítulo II. Não negamos que, por exemplo no circuito da feira, o intermediário se apropria de parte do valor das mercadorias. No entanto, eliminar o intermediário não leva a um extermínio da exploração que se dá sobre o camponês. Como vimos também no capítulo II, há várias outras formas de exploração, inclusive anteriormente à comercialização-

(+) Como exemplo, podemos citar o POLONORDESTE.

- através da apropriação da renda-produto (pagamento da renda pelo uso da terra);
- pela incorporação de trabalho à terra, que o trabalhador prepara para ser ocupada por culturas como o algodão, de cuja produção só tem direito à metade, além de produzir pasta-gem que será consumida pelos animais do proprietário, à medida em que é obrigado a deixar no roçado os restos culturais;
- através da apropriação da mais-valia, no trabalho assalariado;
- quando lhe é imposta a "sujeição";
- através da expropriação, pelo processo de absorção das terras dos menores pelos maiores, provocando migrações e proletarização dos trabalhadores;
- quando o produtor realiza empréstimos junto ao dono da terra;
- quando o produtor compra, ao patrão, do produto que ele mesmo plantou, cultivou e colheu, e que pagou como "renda", ou que vendeu no momento de precisão. E mais, quando este produto é utilizado pelo proprietário para pagamento dos dias de serviço prestados pelo trabalhador à fazenda.

A nosso ver, qualquer política dirigida ao "pequeno produtor", além de se preocupar com o problema da intermediação comercial, deve atentar para esses outros aspectos citados e que dizem respeito principalmente à situação dos produtores que estão vinculados diretamente à grande propriedade.

Por outro lado, nós vimos também que há produtores que não se vinculam à grande propriedade, mas que, nem assim, podemos dizer que estejam fora das leis do mercado. Convém ressaltar, no entanto, que a vinculação ao capital não se dá de forma direta.

Encarando a feira como um espaço que é ocupado principalmente pelos trabalhadores que não se colocam diretamente submetidos aos proprietários de terra, analisaremos suas possíveis vinculações com formas de exploração da terra e relações de trabalho.

Ao decidirmos estudar a feira, uma das primeiras indagações que formulamos diz respeito à posição ocupada pelos seus principais agentes, na estrutura agrária: quem vende e quem compra os produtos agrícolas que circulam pela feira? (2)

(2) A título de esclarecimento, queremos lembrar que, embora tendo consciência de que a feira não abrange somente produtos agrícolas, daremos maior ênfase à comercialização deste tipo. Trata-se de uma opção coerente com a própria definição dada à feira neste trabalho.

Nossa preocupação nesses termos nascia do conhecimento de uma "outra faceta" da realidade. Isto é, como explicitamos no capítulo II, o fato de não possuir terra para trabalhar, ou possuí-la em quantidade insuficiente, é um dos condicionantes básicos para que o trabalhador se submeta ao domínio de grandes proprietários/intermediários. Sendo isso verdade, era de se esperar que nem todos os trabalhadores fossem potencialmente participantes da feira, na qualidade de fornecedores de produtos alimentares. Isso porque, como demonstramos naquele capítulo, um dos elos de submissão do parceiro ao proprietário, diz respeito à venda da sua produção. Quer dizer, via de regra, o parceiro, além de pagar a "renda" ao dono da terra, se quiser vender alguma parcela da produção que fica para si, o patrão tem prioridade como comprador. Implica, pois, em múltipla exploração: apropriação da renda-produto e apropriação de um lucro, já que o parceiro, nesse caso, nunca vende a sua produção pelo maior preço vigente no mercado, e sim pelo preço dado pelo patrão.

Então a nossa primeira tentativa foi de descobrir se, o fato de no âmbito das grandes propriedades as relações se processarem nesse nível, levaria a que a maioria dos agentes da rede que compõe a feira não estivessem diretamente ligados à grande propriedade.

Na verdade, pelo que podemos constatar, a feira não se constitui somente de categorias que estão fora da grande propriedade. No entanto, na condição de pequeno produtor, que vende parte da sua produção para a feira, é mais frequente a presença de pequenos proprietários e arrendatários, do que de parceiros sem terra. Portanto, há aí uma vinculação da participação na feira com a condição de posse e uso da terra e com a relação de trabalho. Talvez possamos, nesses termos, falar de uma variação no que se refere ao "grau" de autonomia do produtor, comparando as diferentes categorias. Em outras palavras, o pequeno proprietário e o arrendatário são mais "livres" para comercializar sua produção. E mais, entre o parceiro que é morador e aquele que não o é, este tem um pouco mais de "liberdade", ou pelo menos deixa de ser explorado em um ponto, que é o da "sujeição". Assim, morar fora da propriedade é importante para ele, principalmente se tem a posse da casa.

---

Com isso não queremos dizer que excluiremos as demais mercadorias que, aliás, na praça de mercado ocupam hoje um espaço físico talvez maior do que os produtos agrícolas, o que reflete em parte uma ampliação do mercado interno, através do consumo de determinados produtos que aí são adquiridos mais facilmente.

É importante lembrar, portanto, que a "autonomia" se evidencia um pouco mais, à medida em que o camponês recorre em menores proporções ao grande proprietário. Dizendo de outro modo; se um pequeno proprietário <sup>(3)</sup> ou arrendatário consegue se livrar dos empréstimos ao grande proprietário (seja crédito a dinheiro, seja sob a forma de gêneros ou de ferramentas), mesmo tendo que pagar a "renda" pelo uso da terra, ele será mais "livre" para vender a sua produção. Nesse sentido, embora não possa impor os preços -- pois estes se formam no mercado mais amplo, determinados pelas leis gerais do sistema -- ele pode escolher o comprador, bem como tem um certo poder de barganha, o que não ocorre quando a sua produção já está comprometida, como dívida, para com o dono da terra.

A respeito da participação do parceiro na feira, convém destacar alguns pontos:

- a) o produto mais importante que o parceiro entrega ao dono da terra como "renda" é o algodão. Do mesmo modo, dentre os produtos que ele vende ao patrão, o mais significativo do ponto de vista econômico, é também o algodão que lhe cabe ao "repartir a renda". E tal produto não entra no circuito da feira;
- se o parceiro participa na condição de feirante, vende pouquíssimo daquilo que ele mesmo produz. Isso ocorre principalmente porque produz pouco (e em geral tem família numerosa) e a feira é uma atividade contínua, durante todo o ano. Então, para se garantir como feirante, ele tem que comprar de outros.

"Quando o inverno é bom, eu vendo mais ou menos um mês do meu, sem comprar" (feirante de feijão).

"Tem deles que também planta, mas planta pouco, é coisinha, só pr'a comer". (feirante de feijão)

"A farinha que eu faço, só dá mesmo pr'o gasto; pr'a vender eu compro" (feirante de farinha).

(3) Referimo-nos particularmente àqueles pequenos proprietários que, além de plantarem na sua, utilizam ainda terra de proprietários maiores, passando assim, concomitantemente, à condição de parceiro. Nesse caso, pode acontecer que, igualmente ao que ocorre aos outros parceiros, ele não possa vender nada "fora da fazenda". No entanto, resta-lhe ainda a alternativa de vender daquilo que produz na sua própria terra.

"Nós feirista só compra de pouco, 3 alqueiro, 2... depende da feira; quando tá fraca compra menos, se tiver boa, compra mais. Nunca é da lavra, quage toda vida é comprada" (feirante de farinha);

c) Ainda na condição de feirante, a participação do parceiro possibilita-lhe uma renda complementar, que assegura a sua própria reprodução e da família, enquanto força de trabalho.

"Minha família é de 6 pessoas: 3 rapaz e 3 moça, que me ajudam também na roça.

Na segunda, terça e quarta, trabalho capinando na roça; quinta e sexta eu tiro pr'a assar os bolo, asso 2 mil bolim (...) Vendo nessa feira aqui e na de Antônio Bezerra, em Fortaleza" (feirante de bolo, parceiro).

"Se negocio com essa mercadoria, eu tem pelo menos o meu feijão pr'a comer todo dia" (feirante de feijão).

"Num faço só isso não. Isso num dá pr'a viver não. Eu planto meu roçadim todo ano. Planto milho, feijão e roça" (feirante de peixe).

d) Um outro ponto, é que a atividade de feirante só é desenvolvida aos sábados e esse dia usualmente não se inclui entre os da "sujeição". Portanto, se não estivesse na feira, provavelmente estaria trabalhando no seu roçado e não no do patrão.

"A gente trabalha na roça só até na sexta.

Ainda tem que dá 2 dia pr'o patrão, que é a sujeição; aí, no sábado a gente vem pr'a feira aqui e no domingo vou pr'a feira de Pentecoste. Aí, daquilo que a gente apura na feira, às vez dá pr'a pagar um trabalhador ou dois, na segunda feira" (feirante de farinha).

Esse depoimento mostra também um outro aspecto da exploração: o fato de ter que pagar a sujeição leva o trabalhador a, nos períodos em que a agricultura exige mais mão-de-obra ter que contratar gente de fora para substituí-lo no seu roçado. Quer dizer que, além de "pagar" a sujeição ao patrão, ele ainda tem que dividir o fruto do seu trabalho na feira, onde, só precisa trabalhar porque na agricultura não trabalha somente para si.

Chamamos a atenção, portanto, para o fato de que, a participação do

parceiro na feira, nesses termos, não ocorre em prejuízo da grande propriedade.

Por outro lado, considerando as formas de exploração da terra e as relações de trabalho no seu conjunto, queremos dizer que há uma vinculação estreita entre a parceria e a não-participação do produtor na feira.

De acordo com o que podemos observar, o fato do feijão ser produzido basicamente sob a forma de parceria (conforme mostramos na descrição feita no capítulo II, ao abordarmos as relações de trabalho na zona do sertão), faz com que aquele produto circule na feira em pequena quantidade. Nesse caso, entendemos que há dois pontos a destacar: a) como já dissemos, o parceiro, em geral, planta pouco. Então, mesmo que não seja obrigado a vender a produção ao dono da terra, ele dispõe realmente de um volume muito reduzido para vender. b) Quando recebe as diversas porções de feijão, como "renda", o dono da terra, em geral, não vende essa produção para a feira. Quase sempre é vendida em quantidades maiores para outros centros e por outras vias de circulação, ou é armazenada para ser vendida aos próprios produtores quando terminam de consumir, com a família, aquela outra parte que lhes tocou. Desse modo, portanto, temos que a produção sai do município e, posteriormente os próprios produtores têm que comprar de outros Estados, o que demonstra apropriação do excedente por outros "setores" da economia.

"Quem recebe de renda às vez vende é pr'a fora, espera um preço bom!".  
(Feirante de feijão).

"... esse povo que recebe renda dos que plantam nas terras deles, muitos guardam o feijão pr'a fazer os serviços <sup>(+)</sup> no inverno" (dona de banca de café).

O fato dos parceiros terem participação mais restrita aí, mostra bem as vinculações entre a feira e a forma de exploração da terra e as relações de trabalho, predominantes na organização da "economia agrária" no seu conjunto, que, por sua vez, está relacionada à estrutura da sociedade como um todo. Mostra os limites de sobrevivência do camponês.

(+) Fazer os Serviços - quando se inicia o inverno, o trabalhador muitas vezes não tem mais feijão da sua safra para comer com a família. Então, trabalhando nessa época para o dono da terra, recebe como pagamento produtos de primeira necessidade e, um deles, é o feijão que ele mesmo produziu. Assim, "fazer os serviços" nesse caso, significa pagar aos trabalhadores pelos serviços prestados à propriedade.

Na verdade, apenas por um espaço aproximado de três meses durante o ano, o feijão do próprio município é vendido na feira. Portanto, na sua maior parte vem de fora.

A venda dessa produção local ocorre logo que se inicia a colheita, ocasião em que os produtores trazem para a praça, em pequenas quantidades (5, 10, 20 litros) o chamado "feijão verde", ou, mesmo um pouco depois, já o produto seco, quando têm terminado a colheita e vendem logo aquela parcela que nem se constitui numa sobra, mas que a necessidade obriga a se desfazerem dela. Nesse sentido, é importante observar que os produtos comercializados não são realmente excedentes. A troca atua como um mecanismo pelo qual os produtores não podem fugir, mesmo que tenham que transformar o resultado da troca em consumo.

"Tirei essa pr'a vender, pr'a comprar alguma coisa pr'a semana santa, só vendo quando tem precisão" (produtor sem terra).

"É gente que tem precisão. Depois, esses mesmo que venderam hoje, vão comprar. Aí quando se acaba tudo, quando acaba de comer aquele que fez nos roçadim e sobrou das renda, aí vão trabalhar de alugado em construção, nas fazendas, empregado em firma, tem que se arremediar de qualquer jeito. Muitos deles, quando acaba de colher, tá sem nada, porque tira pr'a vender porque precisa de outras coisa..." (Feirante de feijão).

"A sra. tá vendo esse milho e esse feijão verde pr'a vender aí? É gente que vem vender porque tem precisão, pr'a comprar sabão, arroz, açúcar, um remédio... carne. Carne não, osso, que eles num pode comer carne. Daqui dois, três mês, num têm mais milho, nem feijão, aí vão comprar (feirante de feijão).

Atente-se para o fato de que, dentre as culturas agrícolas da região, o feijão é a que possui o ciclo produtivo mais curto. Quase sempre as vendas ocorrem por não haver alternativas, à medida em que o produtor precisa suprir outras necessidades, inerentes à sua própria sobrevivência e da unidade familiar.

Se por um lado a feira viabiliza a oportunidade do camponês vender "mais livremente" a sua produção e satisfazer com isso parte das suas necessidades mais prementes, por outro lado, no caso da venda do produto à proporção em que se efetiva a colheita acarreta, ainda mais, uma baixa no seu preço.

"quando chove, assim que começa a aparecer feijão verde, ele só trata é de baixar o preço" (feirante de feijão).

"De maio até julho, o preço cai porque começa a chegar o outro, desse povo por aqui que planta e assim que começa a amadurecer vem vender na feira" (feirante de feijão).

Por todos esses depoimentos que vimos até aqui, podemos dizer que, na verdade, a feira não existe como uma contribuição à solução (ou alternativa de) dos problemas inerentes ao desenvolvimento desigual da sociedade, mas sim, que ela faz parte das contradições e artifícios do próprio sistema.

"Quem compra muito dos outros por aí, guarda pr'a vender no inverno, antes do novo chegar, porque o preço tá melhor. Como bem, eu tou vendendo agora de CR\$ 4,00 o litro; no inverno, quando ninguém tiver do novo ainda, eu talvez vá vender de CR\$ 12,00. Tem muita gente que guarda feijão pr'a vender nesse tempo" (feirante de feijão).

Acreditamos haver demonstrado até aqui, em que termos a feira se vincula à estrutura da produção. A seguir, tentaremos analisar o papel do intermediário nesse labirinto de relações.

Apesar de grande parte dos feirantes constituir-se de pessoas que são, ao mesmo tempo, trabalhadores na agricultura (residentes nos subúrbios da sede municipal ou nos seus arredores, portanto, muitas vezes, morando fora das terras onde trabalham), eles praticamente não vendem a sua própria produção, mas sim, compram de outros para revender, pois plantam muito pouco.

"... a gente vende é do que compra. Sai comprando, ou compra aqui mesmo: é 20 litro dum, é 10 litro de outro, é 60 de outro...

Compra aí uns 3 alqueire ou 4, fica vendendo. Se num vender tudo hoje,

leva pr'a vender na feira de Pentecoste, ou guarda pr'a vender no ou  
tro sábadu" (feirante de farinha).

Observa-se, por outro lado, que na sua quase totalidade, os feirantes pre  
ferem comprar o produto na praça a irem comprar "na porta". Isso porque, se por um lado a  
compra direta ao produtor tem a vantagem de livrá-lo do intermediário, possibilitando assim  
a aquisição por um preço mais baixo, por outro lado, segundo depoimentos dos próprios fei  
rantes, comprar "na porta" traz muitas desvantagens. Uma vez que a produção está dispersa  
em várias unidades produtoras, sair comprando na estrada, implica em: perda de tempo em  
detrimento do trabalho agrícola (no mínimo, teria que dispor de um dia, só para as compras,  
ainda sem a certeza de que encontraria o que comprar); despesas com alimentação e pousa  
da e despesas com passagem e frete das mercadorias (para a zona da praia, por exemplo, há  
trechos bem longos - 80 km - então, mesmo tendo animais para a carga, o seu uso traria ou  
tras implicações). Alegam ainda o fato da procura estimular a alta dos preços por parte dos  
produtores e, em alguns casos, terem que se submeter ao risco de serem flagrados pela fisca  
lização na estrada.

"... num é vantagem ir comprar lá porque a gente tem outros serviço,  
tem que trabalhar no roçado; aí se fôr, já perde a sexta, às vez é preci  
so dormir por lá, tem que pagar o frete, porque animal num dá. Mesmo  
que a pessoa tenha <sup>(4)</sup>, é longe, perde mais tempo, traz pouca, é tudo  
de carro mesmo". (feirante de farinha).

Podemos dizer, portanto, que a principal dificuldade para que o feiran  
te vá comprar "na porta" está na atomização das unidades produtoras.

Por outro lado, se essa é uma tarefa praticamente impossível, ou invariável  
do ponto de vista econômico, para todos os feirantes, não o é para um número mais reduzido  
de intermediários, que estabelecem as "linhas" de feira. Como já dissemos, há os cami  
nhões, ou outros meios de transporte, que fazem sistematicamente o mesmo percurso, trazen  
para a feira: ou os produtores com sua produção para vender na praça, ou mercadorias que os

(4) O parceiro, por exemplo, quase nunca pode criar animais, pois estes aparecem como con  
correntes à pastagem que o patrão reserva ao seu rebanho.

intermediários compram "na porta", "quando acham um bom negócio", e trazem para vender também na praça.

"Tem esses caminhão que sai comprando aí pelo sertão, pela praia, compra até aqui perto. Quando chega aqui na feira, eles encosta aí, aí os feiristas vão comprando.

Quando a feira tá boa, a gente compra mais, quando tá mole, a gente compra pouco" (feirante de farinha).

"Tem aqueles que sai comprando galinha aí pelo interior e vem vender aqui. Outros compra criação; outros traz um porquinho pr'a vender..." (dona de banca de café).

Segundo Graziano e Queda, a dispersão da produção camponesa "facilita o aparecimento de um grande número de intermediários, fazendo com que os estímulos de preço (se existirem) não cheguem aos produtores, reforçando e mantendo sua situação inicial, sobretudo em relação aos produtos de subsistência" (Graziano e Queda: 197, pag. )<sup>(5)</sup>.

O que queremos mostrar é que a presença dos intermediários na feira pode ser compreendida por aí. Quer dizer, uma vez que cada produtor dispõe de pequenas quantidades para vender, não compensaria se deslocar toda semana para a praça, mesmo porque não teria, sempre, a mercadoria. Principalmente não compensaria ser feirante. Por sua vez, ao intermediário é viável comprar de produtores diferentes, alternadamente, de tal modo que sempre tem onde comprar. Isso se aplica mesmo no caso dos produtores que, ao invés de venderem "na porta", trazem o seu produto para a praça.

A feira funciona, pois, também como veículo de centralização daquela produção atomizada, no momento em que se processa a troca. Assim, por um lado, ao nível

(5) Chamamos a atenção, no entanto, para o fato de que não podemos adotar, na íntegra, a explicação dos autores citados, ao nosso estudo. De fato, ela será mais apropriada a intermediação de modo geral (e no texto assim o aparece), onde há possibilidades da apropriação de frações significativas de lucro (intermediação do algodão, por exemplo). No caso da feira, na verdade, como demonstraremos a frente, os estímulos são praticamente inexistentes. Assim, aplicaríamos o raciocínio dos autores muito mais para explicar a presença dos intermediários.

da grande propriedade, a produção do parceiro em geral é "centralizada" pelo proprietário da terra que recebe a sua "renda" e compra-lhe, além disso, uma parcela do que toca ao parceiro e esses produtos retornam posteriormente ao mesmo, ou se destinam à alimentação das populações citadinas e ao fornecimento de matérias-primas, dando assim margem à apropriação de um excedente de trabalho por outros "setores" da economia. Por outro lado, a feira apresenta um espaço para circulação da produção de uma outra parte desses pequenos produtores, principalmente dos que não se ligam diretamente à grande propriedade. E, nesse sentido, funciona também como uma forma de articulação entre "setores" da economia, à medida em que, um segundo intermediário compra nesse âmbito da feira, por um preço mais baixo, levando essa mercadoria para centros urbanos maiores, contribuindo assim para o abastecimento de alimentos, tanto com produtos agrícolas quanto com pequenos animais.

"... aquele home ali, aquele grosso, faz muitos ano que compra bicho aqui e leva pr'a Fortaleza nesse caminhão.

Lá ele vende pelo mercado, vende nas feira..." (feirante de banana).

"... isso (um caminhão) é que vai pr'a Fortaleza; todo sábado eles vêm; num é só esse não, tem mais. É gente que compra aqui pr'a vender lá (...). Aí vai côco, vai porco, vai galinha, vai rapadura, é tudo. Eles compram aí desses que vêm trazer pr'a feira" (dona de banca de café).

"Meu marido vende na feira em Fortaleza, eu fui ali embaixo vê se comprava umas galinha porque aqui é mais barato, mas tá muito cara: tão pedindo Cr\$ 80,00 numa galinha. Essas, ainda paguei Cr\$ 200,00 nas 4, mas foi ali mais pr'a baixo, na chegada, depois eles vê os preço dos outro e acompanha" (essa mulher falou que costumam ir fazer compras assim).

Enfim, queremos mostrar que essa organização dos intermediários numa cadeia, com essas características, torna economicamente viável a feira. Por outro lado, procuramos demonstrar que isso se vincula também à viabilidade da produção camponesa. Em outras palavras, a própria estrutura da produção dá origem à figura do intermediário. Olhando-se por esse prisma, portanto, a intermediação não pode ser considerada como único responsável pelo encarecimento dos produtos. Nesses termos, tal como está estruturada a economia,

os produtores das pequenas unidades estarão sempre sujeitos ao intermediário, seja este um grande proprietário (ou simplesmente um grande intermediário), ou um pequeno comerciante que entra no circuito da feira. No último caso, no entanto, o produtor, apesar de subordinado à dinâmica geral do sistema, parece vender mais "livremente" a sua produção.

Para finalizar este capítulo, abordaremos a forma como a feira contribui para o processo de barateamento da reprodução da força de trabalho.

Antes de qualquer coisa, fazemos questão de dizer que, da mesma maneira que a produção camponesa não se liga ao capital de forma direta, assim também a vinculação da feira ao amplo processo de barateamento da reprodução da força de trabalho, não se faz de forma direta e mecânica.

Com base, pois, nesse raciocínio, tentaremos aqui mostrar mecanismos específicos de participação da feira num processo mais global.

Em primeiro lugar, referimo-nos dos preços dos produtos alimentares básicos, oriundos da atividade agrícola, comparando-os em termos de venda nas bodegas e vendas na feira:

Produto	Preço por Local de Venda	
	Feira	Bodega
Feijão (1)	25,00	30,00
Farinha (1)	13,00	16,00

OBS: - Estes são os dois produtos agrícolas básicos que entram na composição alimentar das populações locais. Produtos como arroz e açúcar, não são vendidos na feira.

Existe na cidade um "supermercado" (pequeno), mas não vende feijão nem farinha, mas sim, produtos "mais sofisticados", como enlatados, por exemplo, que não fazem parte do padrão alimentar local.

Como se observa, na feira os preços são mais baixos, embora não se trate de uma diferença significativa, em comparação aos da bodega. (por outro lado, não pode

mos esquecer que, para quem tem um poder aquisitivo muito baixo, qualquer diferença pode ser significativa).

Em segundo lugar, nos voltamos para o lucro dos intermediários, para em seguida, analisarmos esses dois pontos, vendo as suas correlações como o todo.

A presença dos intermediários encarece as mercadorias, conforme podemos demonstrar, comparando os preços de compra e venda, pelo feirante, de alguns produtos:

FEIJÃO - a) o feirante compra em Fortaleza a Cr\$ 750,00 o saco de 60 kg (segundo eles, correspondente a 70 litros) e vende "no retalho" a Cr\$ 13,00 o litro. Portanto, ganha menos de Cr\$ 3,00 em cada litro. Paga Cr\$ 9,00 de frete, por saco, o que diminui ainda mais o seu lucro.

O preço de revenda para os outros feirantes, é de Cr\$ 800,00 o saco.

b) Compra feijão de qualidade inferior (mais velho, por exemplo) a Cr\$ 400,00 o saco e de outro melhor a Cr\$ 550,00. Mistura os dois, vende a Cr\$ 8,00 o litro. Ganha apenas Cr\$ 1,25 em cada litro.

c) Compra, na praça, o saco a Cr\$ 770,00 e vende o litro a Cr\$ 12,00, portanto, com um lucro de Cr\$ 1,00 (!), em cada litro.

No caso do feijão, há diferença de preços entre o produto que vem de fora e o produto do próprio município: no inverno/79, início da colheita, chegou a ser comprado a Cr\$ 3,00 o litro, pelo feirante, ao produtor que vinha vender na praça. No verão desse mesmo ano, comprando do que vai de outros Estados, os feirantes pagavam até Cr\$ 12,50.

FARINHA - a) o feirante compra 1 alqueire (160 litros) por Cr\$ 370,00 e vende o litro a Cr\$ 2,80. A diferença é de Cr\$ 0,50 em cada litro.

b) O feirante compra 1 alqueire por Cr\$ 550,00 e vende o litro a Cr\$ 4,00, ganhando, portanto, Cr\$ 0,60. Neste caso, segundo informações deles próprios, se fossem comprar "na porta", pagariam de Cr\$ 300,00 a Cr\$ 400,00, pelo alqueire.

"... se eu vender a farinha lá na minha porta, no litro, é a Cr\$ 2,00,

mesmo preço daqui <sup>(6)</sup>, mas se eu vender, por alqueire, é mais barato; sai a Cr\$ 270,00 o alqueire, até a Cr\$ 260,00, pr'a ele trazer pr'a cá, tem o frete que ele paga" (produtor de farinha).

BANANA - o feirante compra o "milheiro" (1.000 frutos), "na porta", por CR\$ 150,00 e vende na praça à razão de Cr\$ 250,00. Paga Cr\$ 30,00 de frete. Portanto, a diferença é de Cr\$ 70,00.

ABACATE - o feirante compra o cento, na praça, por Cr\$ 100,00 e vende por Cr\$ 120,00.

Com esses exemplos não queremos mostrar que o feirante deixa de aspirar maiores lucros. Não se trata de ver o problema por essa ótica, mas sim, de considerar o jogo de forças da sociedade como um todo.

Perguntaríamos, então, por que, mesmo existindo a intermediação, os preços na feira ainda são mais baixos?

Entendemos que este fato está estreitamente ligado à estrutura de produção. Nesse sentido, não é que a feira em si, cause a venda dos produtos por um preço mais baixo. De fato, reportando-nos ao processo produtivo, vamos logo nos deparar com o fenômeno da auto-exploração, em termos de força de trabalho, que possibilita a venda dos produtos por um preço abaixo do seu valor. Portanto, não podemos dizer que os produtos são vendidos por preços mais baixos porque a via de circulação é a feira, pois "optando" por outros canais, os produtores também venderão seus produtos por um preço baixo, uma vez que os preços não se definem a nível local, mas sim, de acordo com as leis do mercado mais amplo. Como diz José de Souza Martins, "o produtor agrícola tem que se adaptar ao preço que o mercado pagará. Se houver uma forte seca ou uma enchente, o produtor não tem condições de aumentar os preços dos seus produtos arcando sozinho com os prejuízos" (Martins: 1980, pag. 117).

Portanto, dentro da dinâmica do próprio sistema há forças, ou fatores, que determinam limites para o lucro dos intermediários.

(6) As variações maiores no preço da farinha (Cr\$ 260,00 a Cr\$ 400,00 no alqueire, por exemplo), decorrem do fato de havermos coletado os dados praticamente durante um ano. Aliás, isso não ocorreu por acaso, mas sim, porque pretendíamos examinar a situação, considerando determinadas variáveis, dentre elas, a questão das estações (período do inverno-chuvas e período do verão), o que está ligado às diferentes etapas do calendário agrícola.

E que forças seriam essas? A nossa compreensão é a seguinte: não podemos ver o "setor" agrário isolado dos demais, dentro da estrutura global da sociedade. Assim, a forma como se comporta a economia num "setor" tem a ver com o que se processa nos outros, dentro daquela visão de totalidade.

Então, como estamos tratando de uma sociedade de classes, as contradições inerentes à sua estrutura, geram, dentre outras coisas, a miséria. Quer dizer, para que os donos dos meios de produção continuem acumulando riquezas, é preciso que eles paguem aos trabalhadores um salário abaixo do valor real da sua força de trabalho. Isso significa que os bens produzidos pelo trabalhador, levam consigo um trabalho gratuito incorporado ao seu valor final. E é aí que está a principal fonte da riqueza que é apropriada pela classe dominante. Portanto, são essas forças que atuam sobre o mercado para que seja exercido um controle sobre os preços dos produtos. Significa que, para que os trabalhadores possam sobreviver com um salário baixo, é necessário que os produtos alimentares básicos não tenham seus preços muito elevados. "Os preços dos produtos agrícolas na cidade, não podem subir muito, porque esses produtos são consumidos principalmente pelos trabalhadores" (Martins 1980, pag. 118). Assim, podemos falar que "há uns pobres produzindo para manter outros pobres".

É nesses termos que, além de José de Souza Martins, autores como Francisco Sá Junior, Francisco de Oliveira, Graziano e outros, tratam da importância da chamada "economia de subsistência" dentro do capitalismo.

Bom, mas esse é o raciocínio mais geral, que diz respeito ao movimento do sistema como um todo, situando ao mesmo tempo a "produção camponesa", nessa dinâmica. Nossa preocupação, no entanto, deve se restringir ainda mais, para analisarmos a participação da feira nesse processo, enquanto um dos canais de circulação da "produção camponesa".

Em momento algum achamos que a feira, por si só, viabilize esse barateamento da reprodução da força de trabalho. A nosso ver, ela é apenas um dos caminhos pelos quais aquele processo se concretiza. E mais, a feira só pode ser analisada sob esse prisma, se associada a determinada estrutura de produção (como está descrito no capítulo anterior) e, à medida em que se desenvolvem determinados mecanismos ou artifícios, no processo de comercialização.

- Nesses termos, referimo-nos, por exemplo, a: - compra para "pagar com o apurado:"... quando o farinheiro sabe que o feirista num dá cabeçada, ele entrega a farinha pr'a vender e só vem buscar o dinheiro no fim da feira"; "... ele pode confiar de me vender, mas eu só pago a ele quando eu apurar aquela venda";
- compra para pagar depois de uma semana, sem acréscimos, o que não difere muito da forma anterior"... às vez eu compro pr'a pagar com 8 dia. Como bem, eu compro na segunda-feira, quando é na outra segunda, eu já levo o dinheiro. A gente compra àqueles conhecido"; "... pode ser que um deles na segunda-feira me compra 10 saco de feijão, me paga a metade no dia e a outra metade ele me paga no sábado, preço de à vista";
  - participação do produtor na candigão de feirante, conseguindo assim uma renda complementar;
  - venda do produto "no retalho": isso dá condições para que, mesmo as pessoas que têm poder aquisitivo muito baixo, consigam sanar, de imediato, pelo menos suas necessidades mais prementes (como ocorre também nas bodegas).
  - venda do produto à época da colheita, por preços ainda mais baixos;
  - revenda, em pequenas quantidades, a serem repassadas ao consumidor através dos botequins, na periferia da cidade;
  - venda por preços mais baixos "no final da feira";
  - suborno à fiscalização, no transporte do produto para a feira: "o fiscal da cancela disse que é pr'a pagar Cr\$ 50,00 de imposto, por cada volume, mas toda vida o dono do carro dá Cr\$ 300,00 a ele e num paga pelos volumes não. Mas aí ele ainda tem que se livrar da volante. Aí a gente sai daqui de tardezinha, passando da cancela acolá, a estrada é livre; de noite assim eles num tão parado não";
  - pagamento irrisório, ou inexistência de taxas (quando um conhecido tem armazém na praça e deixa guardar sem pagar nada) pelo direito de guardar na própria praça alguma mercadoria que não conseguiu vender àquele dia, etc.
  - a possibilidade de comprar produtos de qualidade inferior, principalmente no que se refere aos produtos industrializados. Esse aspecto aparece com muita clareza em mercadorias como tecidos e confeções (onde encontramos por exemplo, muitos tecidos que estão "fora de moda", bem como os modelos das confeções já "ultrapassados").

Portanto, não é apenas pela venda de produtos por um preço mais baixo

que a feira contribui no processo de barateamento da reprodução da força de trabalho, dentro do sistema capitalista, principalmente porque as trocas não se dão diretamente entre produtor e consumidor. A nosso ver, a sua contribuição ocorre, à medida em que se desenvolve esse conjunto de mecanismos que acabamos de mencionar. Nesses termos, as vinculações com o processo global de reprodução do capitalismo se processam indiretamente.

Por outro lado, estamos querendo mostrar que a feira funciona como um espaço onde circulam os produtos agrícolas oriundos principalmente dos camponeses que têm mais "liberdade" para comercializar a sua produção, portanto, aqueles que não estão dominados diretamente pela grande propriedade, embora estejam subordinados ao movimento geral do sistema capitalista.

Além disso, queremos mostrar principalmente que essa "liberdade" é ilusória. Isso porque, mesmo sem estar sob aquele mandonismo local, mesmo sem estar controlado diretamente pelo proprietário ou por um outro tipo semelhante no âmbito da estrutura agrária, esse camponês não escapa às determinações gerais do sistema global. Assim, ele não pode determinar o que plantar, ele não pode definir os preços e não tem condições também de guardar o seu produto e vendê-lo na época em que, pelo menos as leis do sistema, definem o melhor preço.

Admitimos, pois, que a feira, com as características até aqui apontadas, é esse espaço aparentemente mais livre, onde, por um lado os camponeses fazem circular parte da sua produção e, por outro lado, outras populações pobres se abastecem do mínimo para viver, (embora não sejam elas seus únicos frequentadores).

É preciso não esquecer que grande parte dessa população que hoje tenta, de um jeito ou de outro, sobreviver nas cidades, já saiu do campo, onde trabalhava anteriormente, mas que, envolvidas na dinâmica do próprio sistema capitalista, foi obrigada a migrar, o que se traduz por uma proletarização dos trabalhadores da agricultura. Nesse sentido, o movimento do sistema capitalista agrava, ele mesmo, um problema que gerou, qual seja o empobrecimento das camadas destituídas dos meios de produção, à medida em que o capital se apropria da força de trabalho livre,

Ao mesmo tempo, o sistema gera mecanismos para atenuar essas contradições internas à proporção em que procura manter uma produção alimentar a preços baixos,

que contribua para a elevação dos lucros da classe que se apropria da riqueza, sobretudo do trabalho não pago, que é a mesma classe que detém o poder.

Concluindo, ao lado de todo esse intrincado de relações, em que a exploração (no momento da produção e no momento da circulação) é levada a efeito por canais diversos, o próprio sistema deixa escapar certos espaços que, aparentemente, garantiriam uma "liberdade" maior ao camponês para comercializar seus produtos. Assim, uma vez inserida na "produção camponesa", a feira preencheria a função de ajudar no barateamento da força de trabalho que se reproduz no interior da sociedade.

Queremos destacar, no entanto, que, de fato, a feira não se constitui num espaço onde o camponês comercializa livremente a sua produção. Ele é condicionado pela dinâmica global do sistema, que faz com que a determinação do equivalente geral não se dê, a nível local. Assim, os preços não se formam a nível local, mas se definem em decorrência das leis do mercado.

"O FISCAL DA CANCELA DISSE QUE É PAGAR 50 CONTO DE IMPOSTO POR CADA VOLUME, MAS TODA VIDA O DONO DO CARRO DÁ A ELE 300 CONTO E NUM PAGA PELOS VOLUMES. MAS AÍ TEM QUE SE LIVRAR DA VOLANTE. AÍ A GENTE SAI DAQUI DE TARDIZINHA, PASSANDO DA CANCELA ACOLÁ, A ESTRADA É LIVRE". (feirante de farinha).

## CONCLUSÃO

Uma pesquisa de uma realidade restrita supõe um certo tributo a ser pago à teoria. O uso de determinados conceitos macro-estruturais não demonstram uma preocupação quanto à vinculação entre teoria e realidade. Assim, se a feira é para nós uma realidade específica, não contém explicações em si mesma. Por esse motivo, procuramos entendê-la a partir da sua formação histórica e também a partir de relações anteriores a ela, ou seja, as relações de trabalho.

Queremos deixar claro que não é nossa pretensão trazer aqui uma resposta acabada a respeito do tema. Portanto, aceitando a idéia de que o conhecimento se constrói ao longo do tempo e como resultado da soma dos esforços de todos os interessados, temos consciência de que aquilo que hoje conseguimos elaborar, será certamente elucidado e amplamente enriquecido com novas pesquisas. Na verdade, essa construção do conhecimento está condicionada também às transformações da própria realidade, numa relação dialética com o trabalho intelectual.

De acordo com o mesmo raciocínio, deixamos também algumas questões em aberto, que poderão servir de pistas para novos estudos.

Assim, ao final deste trabalho, apresentamos como pontos mais relevantes:

1. No Ceará, historicamente -- mesmo que desde o início (século XVII) a produção alimentar, oriunda das pequenas unidades de produção, já circulasse internamente -- tudo indica que as feiras assumem um papel mais significativo a partir da segunda metade do século XIX, quando a agricultura em geral passa a ter também um peso maior para a economia nacional. Até então, a pecuária ocupava lugar preponderante no cenário da economia da Província/Estado. A esses aspectos, devemos associar as crises de abastecimento interno, que se aguçavam à medida em que os estímulos maiores eram dados à produção de mercado, colocando-se a "economia de subsistência" no plano secundário e à medida em que havia um crescimento numérico da população. A feira se apresenta, pois, como uma das alternativas para o abastecimento, a preços mais baixos (pois proibia-se a inter

mediação dos produtos alimentares básicos), das populações que não se empregavam na agricultura.

2. As feiras representaram também e, isso ocorre ainda hoje, uma das formas da população adquirir mercadorias produzidas fora das unidades de produção agrícola, principalmente para produtos de qualidade inferior. Nesses termos, a abertura de novas estradas e o desenvolvimento dos meios de transportes desempenharam relevante papel.
3. Embora possuindo como pano de fundo um objetivo eminentemente econômico, a feira preenche também uma função social, enquanto veículo de comunicação e expressão da cultura do povo.
4. Há uma vinculação muito estreita entre a feira e a estrutura da produção. Nesse sentido, representa um dos espaços conquistados para a comercialização da produção oriunda da produção camponesa, principalmente das unidades que não se encontram diretamente ligadas à grande propriedade. Vista sob essa ótica, encontra-se também nessa relação, uma explicação para a figura do pequeno intermediário na circulação das mercadorias.
5. O título do trabalho tem para nós a justificativa no fato da feira aparecer sempre como um espaço onde os camponeses podem vender mais livremente os seus produtos (além de aparentar uma grande oferta de mercadorias de fácil acesso para os consumidores). No entanto, o exame cuidadoso da realidade demonstra os limites reais impostos a essa "liberdade" e nos faz ver que a feira é uma ilusão para aqueles produtores que há muito perderam a possibilidade de controlar o produto do seu trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, J. C. de - Capítulos de História Colonial - 6ª edição Editora Civilização Brasileira/MEC  
Rio, 1976.
- \_\_\_\_\_ - Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil - 2ª edição  
Edição da Sociedade Capistrano de Abreu  
Livraria Briguiet  
Rio, 1960
- Amin, S. e outro - A Questão Agrária e o Capitalismo  
Editora Paz e Terra  
Rio, 1977.
- Andrade, M.C. de - Cidade e Campo no Brasil  
Editora Brasiliense  
São Paulo, 1974.
- \_\_\_\_\_ - O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil  
Editora Hucitec  
São Paulo, 1976
- Antonil, J.A. - Cultura e Opulência no Brasil - 2ª Edição  
Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro  
São Paulo, 1976.
- Araújo, B.J. de (org.) - Reflexões sobre a Agricultura Brasileira  
Editora Paz e Terra  
Rio, 1979.
- Barreira, C. - Parceria na Cultura do Algodão: sertões de Quixeramobim.  
Dissertação de mestrado/I.C.H.-UnB - mimeo  
Brasília, 1977.
- Barroso, J.L. - Compilação das leis Provinciais do Ceará - 1835/61  
Typographia Universal de Laemmert  
Rio, 1862.
- Belshaw, C.S. - Troca Tradicional & Mercado Moderno  
Zahar editores  
Rio, 1968
- Brazil, T. P. de S. - O Ceará no Centenário da Independência do Brasil -  
vol. II  
Typographia Minerva  
Fortaleza, 1962.
- \_\_\_\_\_ - Relatório da Exposição de Chicago - 1892/93.
- Brisolla, S.de N. - Relações Pré-Capitalistas na Agricultura Brasileira: um  
estudo da cultura do algodão arbóreo no Ceará.  
Dissertação de mestrado/I.F.C.H.-UNICAMP, mimeo  
Campinas-SP, 1977.

- Carvalho, J.C.M. de - Camponeses no Brasil  
 Editora Vozes  
 Petrópolis, 1978.
- Castro, A.B. de - 7 Ensaio sobre a Economia Brasileira - 2ª edição, vol. I  
 Editora Forense  
 Rio, 1972.
- CEPA-Ce - Estudos Básicos e Opções para o Desenvolvimento Agropecuário  
 a Nível Regional e Estadual - vol. 3, tomo 1 - Estrutura Fund  
 diária do Ceará.  
 Fortaleza, 1978.
- Coleção das Leis Provinciais do Ceará - (1868 a 1870).
- Figuerosa, M. - O Problema Agrário no Nordeste do Brasil  
 Editora HUCITEC/SUDENE  
 São Paulo/Recife, 1977.
- Forman, S. e outro - "A Feira e o sistema de mercado: para uma teoria da integ  
 ração econômica do campesinato"- mimeo.
- Fundação I.B.G.E. - Produção Agrícola Municipal - 1976, Vol. 3, tomo 2.
- Garcia Júnior, A.R. - Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtor  
 es  
 Dissertação de mestrado/Museu Nacional-U.F.R.J. mimeo  
 Rio, 1975.
- Garcia, M. F. "Feira e Diferenciação Social" - texto preliminar  
 PIPSA  
 Rio, 1978.
- Gatti, L.M. e outro - "Relaciones Sociales en una Feria", mimeo  
 Museu Nacional/UFRJ  
 Rio, 1971.
- Godelier, M - Teoria Marxista de las Sociedades Precapitalistas  
 Editorial Laia  
 Barcelona, 1977.
- Goodman, D.E. - "Estrutura Rural, Excedente Agrícola e Modos de Produção no  
 Nordeste Brasileiro", in: Pesquisa e Planejamento Econômico -  
 vol. 6, nº 2 - IPEA.  
 Rio, 1976.
- Guarabiraba, M.C. - Atuação do Estado na Agricultura Cearense - 1850/1930  
 Fundação Getúlio Vargas/SUPLAN  
 Fortaleza, 1978.
- Kautsky, K. - A Questão Agrária  
 Portucalense Editora  
 Porto, 1972.
- Linhares, M.Y.L. - O Problema do Abastecimento numa Perspectiva Histórica -  
 1530/1918  
 Fundação Getúlio Vargas  
 Rio, 1978.

- Linhares, M.Y.L. e outro - História Política do Abastecimento  
(1918/1947)  
Binagri edições  
Brasília, 1979.
- Machado, M.C.M. - As Táticas de Guerra dos Cangaceiros - 2ª edição  
Editora Brasiliense  
São Paulo, 1978.
- Maluf, R.S.J. - A Expansão do Capitalismo no Campo: o arroz no Maranhão  
Dissertação de mestrado/I.F.C.H.-UNICAMP. mimeo  
Campinas-SP, 1977.
- Martins, J. de S. - O Cativo da Terra  
Livraria Editora Ciências Humanas  
São Paulo, 1979.
- \_\_\_\_\_ - Expropriação & Violência  
Editora HUCITEC  
São Paulo, 1980.
- \_\_\_\_\_ - "A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido  
da luta pela Reforma Agrária", in: Revista Encontros com  
a Civilização Brasileira, nº 22.  
Editora Civilização Brasileira  
Rio, 1980
- Marx, K. - Capítulo Inédito D'o Capital  
Publicações Escorpião  
Porto, 1975.
- \_\_\_\_\_ - O Capital, livro I, vols. 1 e 2  
Editora Civilização Brasileira  
Rio, 1977.
- Mello, A. da S. - Nordeste Brasileiro - estudos e impressões de viagem  
Livraria José Olímpio Editora  
Rio, 1953
- Mott, L.R.B. - "Estrutura e Função das Feiras Rurais no Nordeste do  
Brasil". mimeo.  
Campinas-SP, 1976.
- \_\_\_\_\_ - A Feira de Brejo Grande  
Tese de Doutorado/I.F.C.H.-UNICAMP - Mimeo  
Campinas-SP, 1975.
- Oliveira, L. de - Minhas Viagens pelo Norte do Brasil  
1939.
- Palmeira, M. - "Feira e Mudança Econômica" - mimeo.  
Museu Nacional/UFRJ  
Rio, 1972.
- Pimenta, J. - Retalhos do Passado  
Imprensa Nacional  
Rio, 1949.

- Pinsk, J. (org.) - Capital e Trabalho no Campo  
 Editora HUCITEC  
 São Paulo, 1977.
- Pinheiro, I. - O Cariri  
 Editora
- Queda, O. e outro - "Agricultura e Acumulação". in: Debate & Crítica  
 janeiro/junho, 1974.
- Sá Júnior, F. - "O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das  
 Atividades de Subsistência", in: Estudos CEBRAP nº 2  
 São Paulo, 1976.
- Servilha, V. - "A Agricultura e a Acumulação de Capital no Brasil"  
 (texto para discussão)  
 CEDEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional)  
 Belo Horizonte, 1977.
- Sistema Nacional de Cadastro - Estatuto da Terra  
 Gráfica Auriverde Ltda  
 Rio, 1974.
- Studart Filho, C. - Páginas de História e Pré-História  
 Editora Instituto do Ceará  
 Fortaleza, 1966.
- \_\_\_\_\_ - O Antigo Estado do Maranhão e suas Capitâneas Feudais  
 Imprensa Universitária  
 Fortaleza, 1960.
- Silva, J.G. - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura  
 Brasileira.  
 Editora HUCITEC  
 São Paulo, 1978.
- SUDENE - Processos de Mercado no Recife  
 Recife, 1972
- Theóphilo, R. - História da Seca do Ceará (1877 a 1880)  
 Imprensa Inglesa  
 Rio, 1922
- Velho, O.G. - Capitalismo Autoritário e Campesinato  
 DIFEL  
 Rio, 1976.
- Wanderley, M. de N. B. - Capital e Propriedade Fundiária  
 Editora Paz e Terra  
 Rio, 1979.
- \_\_\_\_\_ - "Algumas Reflexões sobre o Campesinato do  
 Nordeste: Conceito e realidade", in: Revista  
 Ciência e Cultura 29 (5)  
 Rio, 1977.